UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR EM JATAÍ (GO): a Comunidade Rural da Onça

EDIONE RAQUEL FOCKINK

UBERLÂNDIA – MG
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR EM JATAÍ (GO): a Comunidade Rural da Onça

EDIONE RAQUEL FOCKINK

UBERLÂNDIA – MG
2007

EDIONE RAQUEL FOCKINK

PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR EM JATAÍ (GO): a Comunidade Rural da Onça

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

UBERLÂNDIA – MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F652p Fockink, Edione Raquel.
Produção rural familiar em Jataí (GO): a Comunidade Rural da Onça / Edione Raquel Fockink. – 2007.
147 f . : il.

Orientador: João Cleps Junior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia agrária - Goiás - Teses. 2. Comunidades agrícolas - Goiás -Teses. I. Cleps Junior, João. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.373(817.3)

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação
mg-06/07

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Edione Raquel Fockink

PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR EM JATAÍ (GO): a Comunidade Rural da Onça

_____

Prof. Dr. João Cleps Junior
Orientador/UFU

_____

Profª. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa/UFU

_____

Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho/UFG

Uberlândia: ____/_____/2007.

Resultado: _____

A Deus, sem cessar.

Aurélio, Alexandre e

Daniele.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não seria concluída sem a presença de várias pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para o êxito deste trabalho. Gratidão de uma forma especial para:

o professor **Dr. João Cleps Junior,** amigo paciencioso, que me orientou durante este trabalho, acreditando e confiando nos méritos desta caminhada;

o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica), pela bolsa de estudos no período de abril de 2005 a março de 2007;

à professora Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa e ao professor Dr. Dimas Moraes Peixinho, pelas inúmeras e valiosas contribuições durante a trajetória desta pesquisa e no exame de qualificação;

aos professores da Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí: Dra. Zilda Mariano, Dr. Washington Moragas, Dra. Dinalva Ribeiro, Dr. Iraci Scopel, professor M.Sc. Márcio e Dr. Fabiano de Melo;

ao professor Dr. Elpídio Serra pela disponibilidade em participar da defesa final desta dissertação;

aos queridos amigos e companheiros do LAGEA, em especial, Alysson, Carla, Lucimeire, Marcelo Venâncio e Marcelo Chelotti, pelas trocas de informações e as boas risadas;

ao Eduardo Rozetti de Carvalho, pela atenção e paciência em confeccionar a bela capa deste trabalho;

ao Paulo Roberto Garcia, pela constante ajuda nas horas necessárias;

à Luciene Xavier, à Wanderléia Gobbi, à Alessandra, ao Ricardo, à Ercília, à Patrícia de Matos, à Iara e ao Jonas, colegas inesquecíveis da Pós-graduação;

à Nágela Aparecida de Melo, uma amiga, um exemplo;

à Universidade Federal de Goiás e à Universidade Federal de Uberlândia pela minha graduação e Pós-graduação;

à Joelma Cristina dos Santos, pelas palavras de incentivos e sugestões nas horas em que convivemos;

aos funcionários da Regional Bombas Injetoras–Jataí/GO pela disponibilidade

nos trabalhos de campo;

à minha família, irmãos e sobrinhos, e, em especial, a minha mãe Glasy, que, mesmo longe geograficamente, estão presentes acreditando em meus méritos;

à Mônica Ferreira do Prado Nunes, apelidada com muito carinho “amiga da onça”, pelos incansáveis trabalhos de campo em que compartilhamos muitas alegrias, um muito obrigada especialmente a você, ao seu marido Donizete e aos seus filhos Talia e Ícaro;

à Rosângela, Norma, Vinícius, Marluce, Balbina, Eric, Laudinei, Wênder, pelas horas de digitação, correções e consertos de meu computador;

aos personagens de nossa pesquisa: os moradores da Comunidade Rural de Onça filiados à APPRO, pela atenção e hospitalidade durante as nossas visitas em suas residências e ao Sr. Izalter Francisco;

à WWF-Brasil, ONG da qual sou colaboradora, pelo mapa confeccionado especialmente para este trabalho e todas as informações necessárias que me foram passadas;

às secretárias do Instituto de Geografia/UFU: Cynara Machado, Dilza Ramos, Janete e Lúcia;

a todos os professores do Instituto de Geografia/UFU, em especial, a Dra. Beatriz Ribeiro Soares, Dra. Vânia Vlach e a Dra. Suely de Del Grossi;

ao vereador e escritor Gênio Eurípedes de Assis, pelo empenho em ajudar nas tarefas a campo;

com muito carinho, ao historiador Sr. Binômino da Costa Lima, “Seu Meco”, pela gentileza da entrevista necessária;

aos funcionários e ao presidente da Agenciarural de Jataí Sr. Hélio Ranes de Menezes;

e a todos amigos que conquistei durante a trajetória do Mestrado, se aqui fossem citados, escreveria diversas linhas;

Muito obrigada de coração.

A Geografia familiariza-nos com os ocupantes da Terra e dos Oceanos, com a vegetação, os frutos e as peculiaridades dos vários quadrantes da Terra e o homem que a cultiva, é um homem profundamente interessado no grande problema da vida e da felicidade.

(Estrabão – GEOGRAPHIA – Século I)

RESUMO

A presente pesquisa objetiva compreender a produção rural familiar na Comunidade Rural da Onça, município de Jataí no Sudoeste goiano, com destaque para o associativismo. Para desenvolvimento deste estudo, buscou-se entender a reorganização do espaço agrário a partir da modernização agrícola e os principais fatores que têm levado os produtores rurais familiares a permanecerem em suas propriedades resistindo à expansão da grande produção rural mecanizada e empresarial modernas como a soja para exportação. A fim de atingir esse objetivo, apóia-se teoricamente nos clássicos da geografia agrária, levantando-se algumas definições e referências sobre a produção camponesa e familiar. Para analisar a organização rural dos pequenos produtores rurais da Comunidade Rural da Onça, constituíram em objeto de pesquisa, as famílias associadas à APPRO (Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça). Neste estudo, verificou-se que a inserção no associativismo tem assegurado maior participação e renda proveniente da produção de leite, que é vendida ao laticínio local. De outro lado, a pesquisa mostra que as duas festas religiosas centenárias, que acontecem anualmente na comunidade, são importantes para a comunidade como forma de permanência dos valores e a manutenção do agricultor no espaço rural.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, Comunidade Rural, Jataí/GO, Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça (APPRO).

ABSTRACT

This present study aims to understand the family rural production in the Rural Community of Onça, in the town of Jataí (in the Southwest of Goiás State), highlighting the associativism. For the development of this study, it was searched to understand the reorganization of the agrarian space from the agriculture modernization and the main factors which have led the family rural farmers to stay in their properties and resisting the expansion of the great, modern businesslike and mechanized rural production such as the soya beans for exportation. The initial discussion comes from the classic of the Agrarian Geography pointing some definitions and theoretical referencial on the peasant and family production. For the realization of minor rural farmers' organization of the Rural Community of Onça, the families associated to the ANPRO (Minor Rural Farmers of the Rural Community of Onça) were researched. In this investigation, it was verified that the insertion in associativism has guaranteed more participation and more income proceeding from dairy production, which is sold to the local dairy company. Also, this study shows that the two centenarian religious celebrations, that happen yearly, are important for the community as a way of the permanency of values and the maintenance of the farmer in the rural space.

Key-words: Family agriculture, Rural Community, Jataí/GO, ANPRO (Minor Rural Farmers of the Rural Community of Onça).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1	Localização do Bioma Cerrado.....	66
FOTO 1	Vegetação de Cerrado no município de Jataí/GO.....	70
MAPA 2	Localização do município de Jataí / GO.....	79
MAPA 3	Município de Jataí/GO e a Comunidade Rural da Onça.....	87
GRÁFICO 1	Comunidade Rural da Onça – Jataí/GO: grau de instrução dos filhos dos produtores.....	89
GRÁFICO 2	Comunidade Rural da Onça – Jataí/GO: qualidade de vida nesta propriedades pesquisadas.....	90
FOTO 2	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): vacas indo para o pasto.....	92
FOTO 3	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): ordenha manual.....	93
GRÁFICO 3	Comunidade Rural da Onça – Jataí/GO: fatores que favorecem a atividade agrícola.....	95
GRÁFICO 4	Comunidade Rural da Onça – Jataí/GO: prestação de serviços às propriedades vizinhas.	96
FOTO 04	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): sede de uma pequena propriedade da Região da Onça.....	98
FOTO 05	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): resfriador de leite da APPRO.....	101
FOTO 06	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): Escola Municipal Campos Elísios.	102
FOTO 07	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): sede da APPRO.....	102
FOTO 08	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): casa antiga.....	107
FOTO 09	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): reportagem da festa Nossa Senhora da Abadia.	108
FOTO 10	Comunidade Rural da Onça/Jataí (GO): bandô com a imagem de Nossa Senhora da Abadia.	111
FOTO 11	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): cozinha comunitária na Fazenda Indaiá.	112
FOTO 12	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): chegada da imagem de Nossa Senhora da Abadia.....	113
FOTO 13	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): bandô com a imagem de São Sebastião.....	115
FOTO 14	Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): fogueira da festa de São Sebastião.	116

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Estrutura Fundiária de Jataí/GO – 2003..... 80

TABELA 2 Comunidade Rural da Onça – Jataí/GO: participação dos filhos no serviço agrícola..... 89

TABELA 3 Comunidade Rural da Onça: distribuição de área..... 91

TABELA 4 Comunidade Rural da Onça: produção diária de leite..... 93

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
	O início	13
	O método	14
	Os sujeitos da pesquisa	17
1	"REVISITANDO" OS CLÁSSICOS SOBRE A PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR	20
1.1	Os clássicos sobre o campesinato: algumas discussões teóricas	21
1.2	O camponês: as interpretações sobre o campesinato no Brasil	27
1.3	Agricultura familiar: conceitos e definições	45
2	A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO SUDOESTE GOIANO	54
2.1	A questão agrária e a modernização do campo no Brasil	55
2.2	O Centro-Oeste e a Região Sudoeste Goiana: inserção no espaço agrário nacional	64
2.3	Município de Jataí-GO: localização e caracterização	77
2.4	A modernização agrícola e as transformações socioeconômicas no município de Jataí-GO	81
3	A COMUNIDADE RURAL DA ONÇA: permanência e resistência no contexto da modernização agrícola	85
3.1	Caracterização socioambiental da Comunidade Rural da Onça	85
3.1.1	Características dos produtores da Comunidade Rural da Onça	88
3.1.2	A estrutura das propriedades rurais	91
3.2	Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça – APPRO: organização e trabalho	98
3.2.1	O associativismo: resistência à exclusão	103
3.2.2	Heranças socioculturais da comunidade: as festas religiosas	105
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	122

ANEXOS..... 128
ANEXO A – Roteiro de entrevista com produtores da Comunidade Rural da Onça – filiados a APPRO..... 129
ANEXO B – Roteiro de entrevista com o Sr. Izalter Francisco de Souza.. 133
ANEXO C – Ficha de identificação e Filiação da Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça (Frente)..... 135
ANEXO D – Ficha de identificação e Filiação da Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça (Verso)..... 136
ANEXO E – Estatuto Social da APPRO – Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça..... 137

INTRODUÇÃO

O início...

A preocupação central deste trabalho surgiu em decorrência dos questionamentos feitos sobre as condições de vida dos pequenos produtores rurais familiares diante das transformações socioeconômicas sofridas pelo município, desde a década de 1970, tais como a modernização da agricultura, o que resultou na produção de monoculturas para a exportação com base em grandes lavouras mecanizadas.

O interesse em pesquisar a vida desses pequenos produtores rurais familiares surgiu nos trabalhos de campo desde a graduação. O trabalho *in loco* possibilitou o entendimento dos questionamentos criados a partir das primeiras observações empíricas e sanar as indagações sobre a permanência, até hoje, desses camponeses em suas residências adquiridas, principalmente, por meio de heranças.

Durante a trajetória da pesquisa de campo, o fato de ser filha de colonos sulistas foi primordial no crescente interesse pela busca de informações que permitissem construir e procurar a articulação entre a base teórica e empírica.

As pequenas propriedades rurais do município estão, na sua maioria, localizadas em relevos íngremes com difícil acesso de maquinários, o que torna favorável o trabalho manual e de subsistência.

Localizado na microrregião Sudoeste de Goiás, com uma área total de 7.174 km^2 (IBGE 2006), sob a vegetação de cerrados e no Planalto Central do Brasil, Jataí é um município que reflete na dicotomia, quando o assunto é meio rural. Sua história, geografia e economia diferem entre si, pois, com 112 anos (2007) de emancipação política, foi colonizado por mineiros e paulistas. Antigamente conhecido como “império do gado”, hoje conta com uma avançada produção agrícola voltada para o processamento e a exportação.

Com o agronegócio, Jataí ficou conhecida mundialmente pela alta tecnologia e produtividade de *commodities* (milho e soja), o que, num olhar geográfico sobre a paisagem, não foge à busca do entendimento do modo de vida do camponês que

resiste à exclusão do espaço rural.

O método...

Na revisão teórico-bibliográfica, por intermédios dos clássicos da Geografia Agrária e da pesquisa de campo, esta dissertação está estruturada em três capítulos.

Partindo da discussão teórico-bibliográfica de Kautsky (1980) e Chayanov (1974), procurou-se abordar aspectos relacionados com a questão agrária, que são tratados no primeiro capítulo.

Com a finalidade de conhecer a Comunidade Rural da Onça em Jataí/GO, situada no Sudoeste Goiano, bem como as condições socioeconômicas da sua produção rural familiar, procurou-se, primeiramente, desenvolver em embasamento teórico, a contemplação dos elementos estruturadores do objeto de pesquisa. Dessa forma, o presente estudo desenvolveu-se por meio da articulação entre a teoria e a pesquisa a campo.

Mediante uma revisão literária pertinente à temática, foi possível verificar a existência de condições extremamente diversificadas no que se refere à agricultura familiar. O processo de expansão do capitalismo no campo tem direcionado as unidades ligadas à produção camponesa, adequando-se aos novos padrões de produção e às relações de trabalho, a fim de permitir a sua permanência no campo.

A compreensão de camponês e agricultura familiar são conceitos abordados também no primeiro capítulo, tomando como fundamento alguns autores como: Queiroz (1973), Martins (1976, 1981), Wanderley (1979, 1985, 1999), Moura (1988), Wortmann (1995), Abramovay (1998) e Tedesco (1999).

O conteúdo teórico representa o alicerce para o desenvolvimento da pesquisa de campo realizada na Comunidade Rural da Onça, uma vez que se busca uma interligação entre a teoria e a realidade que se vivencia entre os pequenos agricultores em estudo. O trabalho teórico também fornece caminhos e subsídios para uma série de questões práticas.

Conforme Whitaker (2002), para que o pesquisador realize um bom trabalho, é necessário cercar-se de alguns cuidados, a fim de coletar e trabalhar os dados (sejam eles qualitativos ou quantitativos) necessários à sua pesquisa. Desta forma, o pesquisador necessitará tanto de uma fundamentação consistente, que lhe

possibilite desvendar os processos ideológicos e aclarar a natureza do processo social, quanto do uso de procedimentos rigorosamente controlados e de experimentos que lhe permitam a confirmação das teorias, ou principalmente a sua reformulação. Assim, o processo de investigação, mediado pela relação entre teoria e prática, favorece a adoção de uma metodologia de pesquisa e de um referencial teórico pertinente à problemática abordada em foco. Partindo de tais preceitos, torna-se possível definir o campo de estudo, o instrumento aplicado para a realização da pesquisa e os limites a que se estende a realidade observadora, a fim de melhor representar o objeto.

Dessa forma, buscando alcançar os objetivos propostos no início desse estudo, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, apoiando-se em livros e reportagens que versam sobre a comunidade camponesa e sua influência na economia brasileira.

Todas as informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa de campo foram levantadas por intermédio das famílias que residem na Comunidade Rural da Onça, localizada no município de Jataí/GO. A escolha dessa comunidade justifica-se por ser antiga no município e por estar organizada numa associação de pequenos produtores rurais familiares, bem como por conservar festas e tradições populares, citando, como exemplo, as duas festas anuais, que movimentam pessoas, tanto de Jataí/GO, como de municípios vizinhos. Outro fator que corrobora a escolha do pesquisador, é o fato de ainda não haver alguma pesquisa científica que trate da organização e da importância daquela comunidade para a região.

Withaker (2002) descreve a relevância da presença de pesquisador no local onde se desenvolverá o trabalho científico, já que, no decorrer daquelas visitas é que coletará as informações com os moradores, tais como a descrição de local, costumes, culturas, enfim, tudo o que se fizer necessário para o alcance dos objetivos traçados no início da pesquisa.

Devido ao grande número de informações repassadas por parte dos entrevistados, Withaker (2002) sugere a construção de um objeto de pesquisa que possa processar uma determinada quantidade de informações. Caso contrário, corre-se o risco de não desenvolver um excelente trabalho na comunidade que representa seu objeto de estudo.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado o Roteiro de Entrevistas, o qual encontra-se no anexo A no final desse trabalho. As perguntas contidas no

roteiro abordaram aspectos como: identificação do entrevistado, informações sobre a família, a situação do trabalhador (empregado), informações sobre a propriedade, os fatores que facilitam a atividade agrícola, entre outros.

A pesquisa empírica na comunidade ocorreu do segundo semestre de 2006 até o início de janeiro de 2007. Os dados apresentados neste estudo foram obtidos por meio da presença da pesquisadora junto às famílias entrevistadas, o que favoreceu ainda mais a aquisição das informações sobre o objeto em foco. No início da entrevista, foi possível justificar a realização desta pesquisa para os agricultores e incentivá-los a responder às questões formuladas.

O universo deste trabalho abrangeu um total de 22 produtores rurais familiares residentes na Comunidade Rural da Onça, situada em Jataí/GO. Além desses produtores rurais, foi entrevistado também o idealizador da APPRO – Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça –, historiadores do município e moradores mais antigos da comunidade pesquisada.

No segundo capítulo, foram levantados assuntos que inseriram o Centro-Oeste no espaço agrário nacional com a modernização agrícola, bem como aspectos sobre a inserção e a caracterização do município de Jataí/GO.

O terceiro capítulo trouxe o resultado da pesquisa de campo realizada na Comunidade Rural da Onça, com a descrição da trajetória do processo usado no trabalho *in loco,* bem como as característica, a localização e a dinâmica do associativismo presentes na comunidade.

Buscou-se, ainda com base em dados secundários no IBGE, a AGENCIARURAL de Jataí (antiga EMATER), a Carteira Agrícola do BANCO DO BRASIL, a CREDIJAT e a Marajoara, a maior compreensão da descrição dos assuntos levantados nos objetivos da pesquisa na comunidade rural.

A pesquisa de campo foi realizada coletando dados por meio de entrevistas e conversas com os pequenos agricultores familiares, transformados em relatos da pesquisa no terceiro capítulo. Esses agricultores permanecem em suas propriedades rurais, organizando-se a partir da APPRO como uma forma de resistência à exclusão, assim como as duas festas religiosas que acontecem na comunidade.

Na Comunidade Rural da Onça, encontra-se grandes, médios e pequenos proprietários de terra. Os sujeitos desta pesquisa são os pequenos proprietários rurais, filiados a APPRO residentes em propriedades adquiridas, na sua maioria, por

herança, fato este que influencia sobremaneira no valor sentimental pela terra e pelas dependências físicas ali edificadas. Este fator transparece no desejo de eles continuarem vivendo no espaço rural, assim como a melhoria da qualidade de vida no campo. Em entrevista concedida à pesquisadora, os filhos dos pequenos produtores expressam sua intenção de não deixar o campo e de não morar na cidade. Ao serem questionados, eles citam muitos problemas existentes na área urbana, como, por exemplo: violência, poluição sonora, falta de emprego e mau cheiro, quando se referem ao esgoto urbano.

Nessa comunidade, não há a ocorrência do êxodo rural, já que seus moradores parecem satisfeitos com as melhorias obtidas por meio da filiação à APPRO.

Outros fatores de grande relevância para a permanência daqueles proprietários naquela comunidade são a existência de uma escola de primeiro grau muito bem estruturada, a garantia de trabalho apoiada, basicamente, na produção de leite, recolhido ao resfriador, que também está construído na sede, além das festas celebradas pelos moradores, sejam elas religiosas ou não.

A satisfação em continuar "lutando" pela melhoria de vida em suas propriedades e o gosto pelo que fazem – não pretendem mudar de emprego – pode ser comprovada pelas respostas dadas por 80% dos entrevistados.

Diante disso, constata-se que alguns fatos descritos por Brandão (1981), como a competição com os profissionais urbanos, levando o camponês a sujeitar-se aos serviços informais e às péssimas condições de moradia nas cidades, interferem na decisão daqueles proprietários, pertencentes à Comunidade Rural da Onça, de permanecer fixados nas suas terras.

Os sujeitos da pesquisa

Os produtores da Comunidade Rural da Onça possuem suas peculiaridades como as diversas populações rurais, pois cada comunidade é resultado de uma história, de uma cultura específica associadas ao espaço onde vivem.

Rotular numa definição única essa comunidade rural, como também definir o

personagem dessa vida rural é algo impossível dentro de um trabalho[1]. Sendo o objetivo geral desta pesquisa compreender as condições de vida dos pequenos produtores rurais familiares da comunidade, que, em conseqüência das transformações socioeconômicas sofridas pelo município como uma agricultura altamente tecnificada e de exportação, afiliaram-se a uma associação de produtores de leite. Além do foco na produção familiar, esta pesquisa também se preocupa com as tradições culturais dos sujeitos, por isso, a atenção volta-se para as duas festas centenárias, que acontecem anualmente em fazendas da comunidade.

A percepção do modo de vida, bem como as condições que os fazem permanecer no meio rural foram adquiridas paulatinamente durante a nossa relação com esses produtores no trabalho de campo.

Por meio de entrevistas[2] e conversas *in loco,* foi possível analisar o modo de vida, a convivência em família, o trabalho e as duas festas religiosas centenárias que ocorrem anualmente na comunidade. Os resultados do trabalho de campo estão descritos no terceiro capítulo.

Quanto à análise dos dados, utilizou-se uma comparação entre as questões e as respostas repassadas pelos entrevistados. Os nomes dos entrevistados não foram mencionados na pesquisa, preservando suas identidades, a fim de dar mais liberdade às famílias, para que expressassem sua opinião a respeito do assunto abordado em cada questão, porém abrimos uma exceção, já que alguns dos entrevistados sentiram-se muito orgulhosos por participar da pesquisa, exigindo que suas identidades fossem divulgadas.

Os sujeitos da pesquisa são pequenos produtores rurais familiares que obtêm uma renda mensal resultado da produção de leite por meio de ordenha manual e vendido a uma beneficiadora local. Esses produtores são descendentes de mineiros e paulistas, que chegaram no município de Jataí no século XIX trazidos pela procura de terras para a criação de gado.

Atualmente, residem no meio rural, pois, além das propriedades serem particulares, trazem um valor sentimental. Estão afiliados a APPRO, uma associação de pequenos produtores rurais, que foi idealizada há dez anos, com o objetivo de auxiliar o produtor na produção de leite, garantindo, assim, uma renda mensal.

---

[1] Nesta discussão, buscaram-se com referências aos estudos de Brandão (1981), Cardoso (2002), Moura (1988), Villa (1995), Queiroz (1973), Wanderley (1985) e Wortmann (1995), discussões sobre a vida camponesa no meio rural.

[2] Ver roteiro em anexos.

Esta pesquisa, que está estruturada em três capítulos, já descritos anteriormente, traz também a introdução, a conclusão e anexos, que favorecem na compreensão dos objetivos abordados neste trabalho.

1 “REVISITANDO” OS CLÁSSICOS SOBRE A PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR

O campesinato é um tema de estudo da Geografia que não se encerra, pois, constantemente, é retomado e rediscutido em sua importância sócio histórica para as comunidades atuais, haja vista as conseqüências diretas e indiretas que ele exerceu e exerce sobre os meios de produção. Logo, devem ser consideradas, e muito, as reflexões que foram feitas sobre o assunto através do tempo.

Assim, o presente capítulo tem por objetivo principal descrever os estudos clássicos sobre a questão agrária na Geografia, já que estes iniciam a construção de uma consciência reflexiva e histórica a respeito do campesinato, a qual foi percebendo os caminhos por ele trilhados, seu nascimento, desenvolvimento e, de certa forma, sua desestruturação e/ou reestruturação em modelos que se diferenciam da cultura tradicional devido a uma série de fatores que são descritos ao longo do capítulo.

Torna-se imprescindível, também, rever o percurso histórico e bibliográfico do camponês, como foram as constantes reformulações conceituais de sua formação que mudaram, à medida que alteraram as relações com o proprietário rural, por exemplo, originando redefinições até mesmo radicais, levando-se em consideração sua conceituação inicial.

Nesse contexto, a unidade de trabalho familiar na agricultura tem sido objeto de numerosas pesquisas, que, na sua maioria, tratam parcialmente da questão de “redefinição” desse segmento social.

Para Kautsky (1980), as dificuldades resultantes da expansão do capitalismo no campo subordinam o camponês, criam uma situação de dependência e condicionamento do sucesso da atividade da agricultura à sua vinculação com a indústria. Esta é uma característica que marca a Comunidade Rural de Onça no município de Jataí/GO. Seus integrantes se subordinam ao capitalismo, trabalhando para uma empresa privada, que monopoliza o produto fornecido por eles.

Com o passar do tempo, o conflito entre campo e indústria resultou numa aproximação entre ambos, embora ainda mantendo certa superioridade desta sobre aquele. De modo geral, Kautsky (1980) admite o fim da pequena produção, seja pela

via do sistema do proletariado ou pela sua desintegração total.

Estudos clássicos da Geografia Agrária analisaram a realidade conflitante dos séculos passados, muitos defendendo que o desaparecimento do pequeno produtor rural familiar é inevitável, visto que, gradativamente, ele é tolhido em suas ações, sofre um processo de alienação tecnológica, política e econômica, e torna-se dependente do grande produtor capitalista.

Todas essas idéias até aqui descritas, em grande parte, contradizem as investigações de nossa pesquisa, pois os produtores rurais familiares de Jataí/GO exercem um papel significativo na economia do município, mesmo diante do fato de, na referida região, destacar-se a produção de *commodities* da soja e milho para a exportação.

1.1 Os clássicos sobre o campesinato: algumas discussões teóricas

As obras clássicas que tratam de questões que envolvem assuntos relacionados ao campesinato, tanto no âmbito mundial e nacional quanto regional e local, têm concorrido para uma reflexão sobre o campesinato.

Dentre elas, destaca-se a contribuição teórica de Kautsky (1980) e Alexander Chayanov (1974), cujo trabalho, embora datem dos séculos XIX e XX, são pertinentes para o entendimento da questão agrária no mundo moderno.

Esses estudos clássicos compuseram fontes importantes para a estruturação das abordagens teórico-metodológicas que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa. Ainda que tais autores tenham enveredado por linhas de raciocínio e de crenças diferentes, as discussões que elaboraram muito colaboraram para um melhor entendimento do objeto apontado nesta pesquisa. Todos eles, de alguma forma, ressaltam a importância do camponês e suas condições frente ao capitalismo. E pode-se afirmar que muitas das suas constatações são ainda atuais.

Para os clássicos, as três classes que compõem a sociedade moderna são os assalariados, os capitalistas exploradores e o proprietário explorador. As relações entre elas são as seguintes: os capitalistas se apropriam dos meios de produção e extraem a *mais valia* para a obtenção de lucro; o camponês é explorado pelo capitalista, subordinando-se às condições de trabalho e negócio. Ele cultiva, durante

uma parte da semana, em suas próprias terras e com seus instrumentos, ficando os outros dias semanais a prestar serviços ao proprietário rural, ou seja, ele trabalha gratuitamente em terras que não lhe pertencem. Neste processo, a renda e a mais valia são idênticas. O lucro a ser obtido pelo produtor vai depender da divisão imposta pelo explorador.

Na visão dos clássicos, a renda em produtos proporciona ao produtor imediato uma valorização de seu trabalho e da sociedade em geral. Ele dispõe, quase que totalmente, o seu tempo de trabalho, mesmo que uma parte deste continue pertencendo-lhe. Tal tempo de trabalho, a título gratuito, ao proprietário rural é recompensado ao produtor sob a forma natural do lucro que ele realiza.

A abordagem clássica esclarece que a “renda em dinheiro” diferencia-se da “renda em produto”, pois o produtor imediato não repassa ao produtor rural o produto, mas paga em dinheiro o valor estabelecido por seu proprietário. Assim, uma parte do que se produz deve ser vendida para gerar lucro. Esse processo modifica todo o caráter do modo de produção, uma vez que a relação tradicional entre produtor imediato e proprietário da terra é substituída, forçosamente, por uma relação contratual de trabalho.

Os resultados gerados por essas mudanças levaram os camponeses ricos e limitados à renda a explorar por sua própria conta os trabalhadores agrícolas, pagando-lhes salários baixos. O solo passou a ser arrendado a capitalistas, que começaram a aplicar, na agricultura e no campo, o capital adquirido na cidade. De mais-valia e de sobretrabalho sob forma natural, a renda tornou-se um excedente agrícola. O lucro passou a ser a forma normal da mais-valia.

Desde que a renda assumiu a forma de renda-dinheiro, a relação entre o proprietário rural e o trabalhador agrícola passou a ser firmada por meio de contratos. Essa nova relação entre empregador e empregado resultou no desenvolvimento relativo do mercado mundial, do comércio e da manufatura. O solo passou a ser considerado fonte geradora de lucro, onde o capitalista aplica os capitais adquiridos na cidade.

Ainda na visão clássica, a agricultura encontra-se submetida ao modo de produção capitalista. Ela é explorada por donos de capitais da mesma forma como ocorre na indústria; o que a diferencia é o produto final: enquanto o arrendatário produz trigo etc.; [...] o fabricante produz fios ou máquinas. Essa hipótese comprova que o modo de produção capitalista exerce influência sobre todos os setores sociais,

em todas as esferas de produção. Oferece aos proprietários rural e industrial a livre concorrência dos capitais, a disponibilidade para transferi-los de uma para outra esfera e assim sucessivamente, o que leva a gerar uma estratificação social, na qual uns muito ganham, acumulam e investem, e outros não.

Assim sendo, as condições impostas pelo capitalismo subordinaram o camponês a uma alienação, tendo em vista que, nem sempre, ele conseguiu adequar-se às relações capitalistas de produção, às novas condutas de produção exigidas, principalmente no aspecto das condições de trabalho e da manutenção de um mínimo vital para sua sobrevivência no campo.

Conforme frisam os clássicos, o modo de produção capitalista exige que os verdadeiros agricultores sejam assalariados e tenham como patrão um capitalista, o qual presencia na agricultura apenas o espaço ideal para a exploração de seu capital. Da mesma forma que aquele que empresta capital - dinheiro paga ao proprietário um certo juro, o capitalista arrendatário deve pagar ao proprietário rural uma renda fixada por contrato com vencimento em datas determinadas. O valor pago corresponde ao tempo durante o qual o proprietário alugou o solo ao arrendatário.

Nesse sentido, a teoria clássica aponta que a terra, no sistema capitalista, é transformada em mercadoria e possui um preço a ser pago por aqueles que desejam explorá-la para obter benefícios. Assim sendo, a renda da terra se obtém por intermédio do aluguel, do arrendamento ou da sua venda a um novo proprietário.

Portanto, para alcançar os seus objetivos, o arrendatário emprega o seu capital no preparo e cultivo do solo, tornando-o ainda mais fértil. Vencendo o contrato, tal fertilização torna-se direito do proprietário. Ao renovar o contrato, o proprietário rural pode exigir um valor superior em razão dos melhoramentos que ocorreram em sua terra, o que gera aumento em sua renda.

Ainda na concepção desse autor, as mudanças que estão ocorrendo na sociedade capitalista não geram resultados satisfatórios para os camponeses. Desaparece toda a possibilidade de refazer a sua antiga prosperidade, ao mesmo tempo em que o solo empobrece e a lavoura declina.

O capitalismo, penetrando no campo de forma fulminante, trazendo a necessidade de modificação na estrutura de produção, destruiu o sistema de trabalho organizado pelos camponeses, originando o que se chama de *antagonismos sociais*.

As abordagens de Kautsky (1980) referentes à questão agrária apontam as dificuldades encontradas pelo capital quando de sua penetração no campo. Entre elas, destaca-se o fato de a agricultura e a indústria direcionarem-se para pólos diferentes, esta última defendendo a proletarização dos camponeses e o inevitável fim do campesinato. O referido autor também menciona que, dentre os obstáculos encontrados para o sustento do acúmulo de capital na agricultura, salientam-se a mudança de valor para indústria e a concorrência pela força de trabalho,

> [...] o modo de produção moderno chega – sob duas formas, de certo, a do trabalho industrial assalariado do pequeno camponês e a da indústria agrícola do grande lavrador –, ao fim do processo dialético, ao seu ponto de partida: a supressão do divórcio entre a indústria e a agricultura. Mas, se na exploração camponesa primitiva a agricultura era do ponto de vista econômico, o elemento decisivo e dirigente esta relação agora se subverte. A grande indústria capitalista passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências. A direção da evolução industrial serve de regra à evolução agrícola. (KAUTSKY, 1980, p. 323).

Desse forma, o camponês fica condicionado ao modo capitalista, submetendo-se às questões impostas pelo sistema, tendo que direcionar sua produção às exigências ditas pela indústria.

Da mesma forma que as máquinas mudaram o processo de produção industrial, exigindo por parte do trabalhador maior conhecimento para introduzi-las na geração de lucros para as empresas, a agricultura também foi obrigada a modernizar-se. Contudo a exploração por meio de máquinas exige maior adaptação por parte do agricultor; enquanto, na indústria, o lugar onde se realiza o trabalho se adapta às exigências da máquina, na agricultura, a maioria dos maquinários deve adaptar-se à natureza. Essa adaptação não é fácil e, às vezes, inteiramente impossível. No entanto, as dificuldades que o proprietário-rural encontra não são apenas técnicas, mas também econômicas.

Os personagens desta pesquisa permanecem no campo, pois além da propriedade simbolizar recordações afetivas, trabalham com a produção de leite que é vendida para uma beneficiadora, garantindo, assim, a comercialização do produto e uma renda média mensal de R$500,00.[3]

---

[3] Corresponde a US$289 (dólares americanos) em 25/02/2007.
Fonte: CMA.

Esses agricultores são filiados a uma associação de produtores, que foi idealizada há mais de dez anos e que pode ser considerada como papel importante na resistência à exclusão.

Apesar de todas as dificuldades apontadas pelos autores, o que se observa no campo é, cada vez mais, o emprego de máquinas agrícolas para a realização do trabalho desenvolvido pelo camponês, e reduzindo assim, as suas oportunidades de crescer, em sentido material, nesse ramo de atividade. Em suma, o investimento em maquinários agrícolas tende a crescer na sociedade capitalista e a retirar do camponês a liberdade de trabalhar para manter sua sobrevivência.

As necessidades dos camponeses em prosperar dentro de seu estabelecimento encontraram cada vez mais barreiras, pois a separação da agricultura em relação à indústria já algo que evidenciou em sua obra, bem como patente a dependência da primeira sobre a segunda. Assim, as pequenas indústrias domésticas dos camponeses são suprimidas. Sobre esse assunto, Kautsky (1980, p.323) esclarece: “a agricultura pura deixa, na sociedade capitalista, de construir um elemento de conforto. Ao mesmo tempo desaparece para a classe dos camponeses a possibilidade de prosperidade.”

Nesse sentido, o camponês passou a dedicar-se à indústria doméstica e, com a emergente supremacia capitalista de produção, ficou condicionado aos caprichos do mercado impostos pelo novo sistema econômico. A possibilidade de tornar-se proletário é inevitável.

O pequeno agricultor estava condicionado às formas inferiores de vida, quando comparada com a dos operários e jornaleiros das grandes corporações, tendo em vista que a grande empresa fornecia aos seus funcionários algum conforto.

Agora, sob a dependência do mercado, a indústria doméstica, que era destinada a atender às necessidades do pequeno agricultor, foi se desvalorizando. Esse é um dos fatores que justifica a redução da família rural.

Enquanto a indústria doméstica do camponês existiu, a família rural dedicava-se aos serviços domésticos e à lavoura. Isto também cessou, quando a máquina agrícola passou a substituir o serviço humano prestado pelo pequeno agricultor.

Com relação ao desaparecimento do camponês, Moura (1988) indica a existência de dois ângulos totalmente opostos: por um lado, o camponês expressa sua resistência em desaparecer e, por outro, continua existindo, pois o próprio

capitalismo não o extingue. Além de captar o sobretrabalho dos operários, o capitalismo também o extrai onde é possível. Uma dessas possibilidades é o trabalho do camponês.

A pesquisa descreve um camponês que busca a permanência no meio rural, apesar das dificuldades encontradas, como a distância da zona urbana e o acesso à escola, nos ensinos médio e superior.

Os pequenos produtores rurais familiares pesquisados na Comunidade Rural da Onça expressam um valor sentimental pela propriedade e suas construções, pois estas pertenceram aos seus antepassados.

Filiados a uma associação, eles resistem à grande propriedade capitalista, pois sua área de terra não é favorável à mecanização agrícola presente no município, que está inserido, há três décadas, na expansão das fronteiras agrícolas nacionais produzindo inicialmente soja e milho para exportação.

Comparando a pequena produção camponesa com a grande exploração na agricultura, Kautsky (1980) ressalta que a pequena exploração raramente é capaz de nutrir e manter seu proprietário, de modo que sua situação, sendo digna de lástima, o faz recorrer, por necessidade de condições mais dignas de vida, à procura de um outro trabalho, paralelo às atividades do campo, isto é, tira os meios de subsistência do pequeno agricultor, sem, no entanto, satisfazer e garantir a do grande agricultor. São mesmo paradoxos de um sistema.

Sob o ponto de vista de Kautsky (1980), o fim do campesinato ou a sua proletarização são anunciados juntamente como o fim da pequena propriedade familiar submetida às rígidas explorações.

Chayanov (1974) descreve o sistema econômico da unidade de trabalho familiar como uma estrutura econômica distinta do capitalismo. Compara o processo de expansão do capitalismo com a forma de produção camponesa chayanoviana, de maneira que elas existem, convivem e evoluem em conjunto. Esse processo de expansão do capitalismo na agricultura direciona as unidades familiares atreladas a uma produção camponesa a buscar um modo adequado de novas relações de trabalho, o que, de certo modo, contribui para a permanência da unidade familiar.

Quando Chayanov (1974) refere-se ao trabalho familiar como distinto ao capitalismo, ele apresenta formas de resistência do camponês ao sistema capitalista vigente, como as associações que buscam por meio da convivência em conjunto, sua permanência no meio rural, adaptando-se a novas relações de trabalho,

resultando na permanência da unidade familiar. Essa discussão pode ser focada nesta pesquisa, pois os personagens entrevistados são filiados a APPRO (Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça), que tem o objetivo de auxiliar na produção de leite.

Para esse autor, a pequena unidade de trabalho familiar permanece na agricultura sem o objetivo de "lucro", mas com o fim de satisfazer às necessidades do camponês que surgem, de modo que é possível afirmar que ela não nega a expansão do capitalismo e o seu papel nas relações sociais, econômicas e políticas.

Os pensamentos apontados pelos clássicos da Geografia Agrária mostram todo o processo de evolução que ocorreu, e continua prevalecendo no campo, bem como os seus impactos na vida do trabalhador rural. Portanto, surge a necessidade de compreender o percurso histórico e bibliográfico dos camponeses, resultando nos diversos conceitos apontados pelos estudiosos deste assunto.

1.2 O camponês: as interpretações sobre o campesinato no Brasil

Para um entendimento do percurso histórico e bibliográfico do camponês, é importante compreender que o conceito também evolui ao longo da história. Para Velho (1982), originalmente, o conceito de camponês referia-se a um fato bem localizado estrutural e historicamente. Esse termo não foi criação de cientistas sociais, mas apenas sofreu apropriação por estes, pois o uso desse conceito vai depender, em grande parte, do seu valor explicativo nas situações concretas.

No entanto a utilização desse conceito não pode deixar de levar em consideração a dicotomia camponês e proprietário rural. O conteúdo, a seguir, descreve o percurso histórico do camponês ao longo da história brasileira.

À época do descobrimento do Brasil, Portugal e os demais países europeus encontravam-se em pleno florescimento do mercantilismo. Com a queda do feudalismo, a aristocracia agrária entrou em crise, e os senhores de terras, para escapar dos prejuízos, buscavam, nos centros urbanos, novas atividades que pudessem atender aos seus objetivos.

De acordo com esse autor, o regime instaurado no Brasil – Colônia significou um atraso de centenas de anos em relação ao desenvolvimento da metrópole. Os

homens vindos da península não estavam preparados para explorar o solo brasileiro.

Por ser a terra o principal e mais importante dos meios de produção, a classe que possuía domínio total sobre ela poderia sobrepor o seu poderio às demais classes. Por isso, sendo a terra o meio de produção fundamental na agricultura, nota-se um desenvolvimento inferior da produção agrícola referente às condições históricas pré-capitalistas.

Em suma, percebe-se que, no período colonial, os princípios feudais tiveram grande aceitação por parte dos latifundiários brasileiros. Dentre esses princípios destacam-se o domínio sobre a terra e as pessoas que nela trabalham, e as interligações com as formas primitivas do capital comercial.

Guimarães (1977) ainda aponta que essas características encontram-se presentes na atual estrutura latifundiária brasileira. No entanto não se pode afirmar que elas existam no mesmo grau que no período da colonização.

Na visão de Guimarães (1977), a história do monopólio da terra no Brasil destaca a ocupação, em escala cada vez maior, das terras não cultivadas ou devolutas por grandes contingentes da população rural. Esses contingentes de passageiros obrigaram as autoridades brasileiras a tomar novas medidas com relação aos privilégios da propriedade latifundiária.

Nesse contexto, Prado Jr. (1979), ao analisar as relações de produção no campo, ressalta que, em quase todo o Brasil, é possível encontrar a ação de influência da grande exploração de mão-de-obra camponesa. Porém essa exploração não é rígida e, pelo contrário, é extremamente variável tanto no tempo como no espaço. Tudo vai depender das circunstâncias ocasionais, que são, em primeiro plano, as da conjuntura do mercado de trabalho.

Os grandes fazendeiros ocupam posição dominante nesse mercado, graças à concentração da propriedade agrária e virtual do monopólio da terra que daí deriva. O acesso ao local de trabalho, que neste caso, é representado pela fazenda, constitui a meta principal de uma política orientada para a transformação das relações de trabalho e para a melhoria das condições de vida do trabalhador.

Embora, no Brasil colônia, a fazenda fosse considerada como um latifúndio, mais tipicamente feudal, o seu proprietário se distanciava da produção e passava a embolsar a renda agrária. Comparando os vaqueiros com os demais trabalhadores livres e escravos de engenho, pode-se afirmar que os primeiros eram trabalhadores

socialmente mais independentes e economicamente melhor retribuídos.

Quando a escravidão caminhava para o fim, o Brasil não dispunha de ordenamentos jurídicos que pudessem solucionar o problema da terra, que “seria a divisão da propriedade, a instituição em larga escala da exploração camponesa” (GUIMARÃES, 1977, p. 97). Por isso, para a conservação do monopólio da terra, permaneceram a meação e o colonato sistematizado no contrato de “parceria”. Na visão dos grandes produtores, também denominados latifundiários, essa era a melhor estratégia para conservar o monopólio da terra.

A Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, dispunha sobre as terras devolutas no Império do Brasil. Ela objetivou mudar o sistema nacional de propriedade da terra, o que é fácil de se perceber pela leitura de seu 1º artigo, em que declara que “ficam proibidas as aquisições de terras ‘devolutas’ por outro título que não seja o de compra”.

Guimarães (1977) refere que o 2º artigo da mesma lei determina que:

> [...] os que tomarem posse de terras ‘devolutas’ ou pertencente a outro, e nelas derrubassem o mato, ou lhe pusessem fogo, serão obrigados ao desalojamento, com a perda dos benefícios, e além disso sofrerão a pena de dois anos e seis meses da prisão e a multa de 100.000$, além da satisfação dos danos causados. (artigo 2º, Lei nº 601/1850).

Esses artigos esclarecem que seria legitimada a propriedade ocupada, de forma mansa e pacífica, nas terras devolutas. As ocupações que se encontravam nas sesmarias, ou sob outras concessões do governo, só dariam direito à indenização dos benefícios realizados. O Governo se comprometia a marcar prazos dentro dos quais as terras adquiridas por ocupação ou concessões deveriam ser medidas. Os possuidores que deixassem de proceder às medições nos prazos marcados seriam reputados ilegais e perderiam o direito sobre as terras, reconhecendo-se somente o terreno ocupado com cultivo efetivo.

O artigo 11 da referida lei trata da mudança de propriedade de terra. Nele, tem-se que é de obrigação dos ocupantes tirar os títulos de terrenos que, por efeito da dita Lei, lhe pertenciam de modo que “sem eles não poderão hipotecar os mesmos terrenos, nem vendê-los por qualquer modo”.

Moura (1988) ressalta que essa medida jurídica impediu que inúmeros cultivadores pobres, sem recursos financeiros, tivessem acesso à terra ou que seus

descendentes pudessem possuí-la. Porém, no século XIX, muitos camponeses já tenham títulos definitivos de propriedade da parcela da terra em que habitavam. Esses camponeses constituíram um campesinato que, em algumas regiões do Brasil, se autodenomina de “sitiante”.

A Lei nº. 601 de 1850, conforme se verifica neste estudo, tinha como principal meta favorecer a apropriação privada da terra. No entanto não impediu que restassem extensões de terras livres, nas quais se tornou constante a luta entre pequenos e os grandes interesses.

Se, para o trabalhador livre, tal Lei significou o “cativeiro” da terra, para o capital ela significou sua liberdade. A terra já não estava livre para ser ocupada, como no regime anterior, mas para ser transformada em mercadoria e ser adquirida pelos que tivessem condições para isso. De certo modo, ela estava “livre”, mas para gerar a renda capitalista da terra. As outras formas de aquisição se transformaram, com a aplicação desta lei, em atos ilegais.

Por isso, como afirma Martins (1981), a finalidade da Lei de Terras de 1850 não foi democratizar o acesso à propriedade rural, mas sim, atuar como um instrumento legal que garantisse um monopólio de classe sobre as terras de todas as regiões do país, até aquelas que ainda não tinham sido ocupadas economicamente. Essa lei impossibilitava o acesso do lavrador pobre a terra, pois impedia-o de trabalhar para si mesmo, condicionando-o a trabalhar obrigatoriamente para os grandes proprietários.

Mas a Lei 601 não se limitava a isso, tinha uma maior amplitude. É importante recordar que o projeto foi apresentado em 1843, e a Lei somente obteve a sua aprovação em 1850. Delongou-se, portanto, por sete anos e, devido a infindáveis discussões, intensas resistências e diversas alterações, a legalização da referida lei; e note-se que ela somente foi legitimada apenas duas semanas depois da extinção legal do tráfico negreiro.

Para Martins (1981), isso não pode ser entendido como uma casualidade, mas sim, como um ato emoldurado dentro do processo que anunciava a iminência da abolição da escravidão e da implantação do trabalho livre. Este era um tema que preocupava a classe dominante, que se apressou em adotar providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo da grande plantação, principalmente a de café e cana-de-açúcar.

Martins (1976) ainda menciona que, a partir dessa Lei, o governo do Brasil

empreendeu uma política de criação de núcleos de colonização, especialmente de imigrantes estrangeiros, destinados a pequenos proprietários, que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios para o mercado interno. A criação desses núcleos ocorreu essencialmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e, em certa medida, em São Paulo. No Nordeste brasileiro, eles não alcançaram êxito.

Em verdade, a imigração de colonos para os núcleos agrícolas foi insignificante em relação ao número de trabalhadores-colonos que foram encaminhados às fazendas de café. Como afirma Prado Jr. (1978), a política de criação de núcleos oficiais de colonização e a possibilidade de ter acessar à terra serviram de motivação para que as correntes imigratórias se dirigissem ao Brasil, pois, até esse momento, não compunham o número exigido pelos interesses da grande fazenda de café.

Em 15 de novembro de 1889, um golpe militar alterou o regime político do país: o Império findou e surgiu a República Federativa. Esse golpe iniciou um período denominado de “Primeira República” ou “República Velha”, que se estendeu de 1889 a 1929.

Para Brum (1998), o movimento militar defendia a influência dos militares nas atividades políticas do país, além daquelas que já desempenhavam nos quartéis. Por integrarem uma parcela importante da elite brasileira, os militares aspiravam à maior presença e à participação nas decisões nacionais.

Antes da ocorrência do golpe militar, a base de exploração era a mão-de-obra escrava. Com o fim do Império, esse grupo de trabalhadores e os imigrantes que a partir do século XIX, vieram reforçar os contingentes do campo brasileiro, nunca se apresentaram em condições de adquirir para si o patrimônio fundiário da nação, descreve Prado Jr. (1979). O papel desempenhado por esses trabalhadores, antes e após o Império, continuava sendo o de fornecer mão-de-obra à minoria privilegiada, que coordenava uma grande parte das terras brasileiras.

Por isso, pode-se considerar que o golpe militar não foi somente um golpe contra a Monarquia, mas também e principalmente contra os republicanos civis, contra a nova e próspera fração da classe de fazendeiros cultivadores de café, que, desde os últimos anos do Império, vinham assumindo uma participação política cada vez maior no governo.

No novo regime, a propriedade da terra continuou sendo mantida em toda a

sua plenitude, salvo a expropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante um pagamento antecipado, como lembra Guimarães (1977).

O autor ainda informa que a alteração mais significativa foi que os bens nacionais que não fossem necessários para serviços da União passariam ao domínio dos Estados da Federação onde os territórios estivessem localizados.

Dessa forma, as terras devolutas passaram a ser domínio de cada região onde estavam situadas e à União cabia apenas a parcela de território indispensável à defesa das fronteiras, das fortificações, das construções militares e das vias ferroviárias federais.

Anteriormente à vitória do sistema republicano, como observa Martins (1981), a base da dominação era o escravo e agora passaria a ser a terra. As disputas pela terra conduziria a uma confrontação direta e inevitável entre camponeses e fazendeiros. Com o fim do trabalho escravo, foi revelado um novo instrumento de dominação trouxe uma contradição que leva exploradores e explorados a divergirem.

À medida que o século XIX findava, a sociedade brasileira experimentou mudanças importantes, destacando-se o final da escravidão, em 1888, e a construção de um governo republicano em 1889. Além de transformações decisivas no sistema de trabalho e na estrutura política, figuram como características importantes desse período a inovação tecnológica na produção agrícola, a ampliação do sistema ferroviário e a vinda de muitos imigrantes europeus para o trabalho em cafezais.

Guimarães (1977), enfatizando as crises da superprodução e as transformações que ocorreram no final do século XVIII, descreve que a economia nacional passou por profundas alterações. Dentre essas mudanças, encontram-se a limitada expansão do mercado interno; a passagem da manufatura para o sistema fabril; a introdução da máquina a vapor e de aperfeiçoamentos na técnica de produção agrícola e manufatureira; e o surgimento das relações capitalistas.

Esse autor ainda aponta que, apesar de todas essas inovações, a grande lavoura continuou desempenhando papel importante na economia brasileira. Na primeira década do século XX, a situação econômica do país degradava-se e arrastava consigo para o caos econômico todos os demais setores de atividade do país. Atingida por uma crise de superprodução, a grande lavoura acumulou estoques invendáveis de produtos. Essa crise foi superada após a Primeira Guerra Mundial,

quando o latifúndio ingressou num novo ciclo de prosperidade. Para evitar perdas maiores e prejuízos futuros, a grande lavoura reduziu os salários de seus trabalhadores e fez acionar a máquina inflacionista do Estado, canalizando para si a renda confiscada da maioria da população.

Para superar os desafios provenientes dessas crises, o sistema latifundiário foi obrigado a adotar métodos e processos de produção diferentes dos que utilizava antes. A realização dessas mudanças exigiu mais investimentos por parte do produtor agrícola para aumentar sua produtividade e produção.

Como resultado desses investimentos, o que se presenciou foi o desenvolvimento de uma nova classe social: a burguesia rural. Analisando as mudanças que ocorreram na vida do camponês, Guimarães (1977, p. 175) acentua: “assim como o século XIX assinalou a consolidação da propriedade camponesa, o século XX assinala a consolidação da propriedade capitalista”.

O elemento de apoio da grande propriedade latifundiária foi o surgimento do minifúndio, que, na visão de Guimarães (1977), usufruía das piores terras em tamanho diminuto, cujo cultivo não satisfazia a um mínimo das exigências alimentares de seu cultivador, que era forçado a dividir o tempo entre o seu pedaço de chão e a grande propriedade próxima.

Essa descrição serve de estudo para demonstrar a situação do minifúndio como fator de apoio à grande propriedade latifundiária. Enquadram-se na categoria de minifúndios, os estabelecimentos agropecuários de dimensões inferiores a 5 hectares. Guimarães (1977) descreve que de 1940 a 1960 esse grupo de estabelecimentos já havia aumentado sua proporção para 31% do total de estabelecimentos existentes em todo o Brasil. O Nordeste foi a região mais beneficiada, no entanto a fragmentação minifundiária ocorreu em grau inferior nos Estados em que a pequena propriedade se instalou mais rapidamente ou em que os problemas referentes à mão-de-obra foram solucionados por meio de intensa imigração. Dentre esses Estados, encontram-se São Paulo, Espírito Santo e Santa Catarina.

Apesar das diferenças no ritmo e no grau da modernização, houve uma característica comum na transformação de ambas as regiões: a modernização aconteceu principalmente sob o controle dos latifundiários, que, não raro, impediam uma distribuição generalizada de seus benefícios, de modo que os avanços significaram pouco, ou quase nada, para a melhoria de vida da população rural

pobre.

Para Guimarães (1977), no Brasil do fim do século XIX, a modernização instaurou-se em um meio caracterizado por grandes imóveis rurais orientados para o mercado internacional e apoiados por sistemas muito repressivos de força de trabalho. Não é preciso deter-nos no exame da estrutura clássica do latifúndio, da exportação de monoculturas e da escravidão. O importante a ressaltar é que o sistema de utilização de mão-de-obra escrava atrasou o desenvolvimento do contratualismo nas relações trabalhistas, já que o escravo tinha o mesmo valor de uma simples mercadoria.

Além disso, a escravidão atrasou a penetração do capital no campo e, portanto, a extensão do exercício dos direitos de cidadania desses trabalhadores rurais, já que os proprietários privados competiam pelo monopólio da coerção em seus domínios. Os escravos não possuíam documento que os identificasse como trabalhadores rurais, ressalta Guimarães (1977).

As referências teóricas e as experiências históricas são fundamentais para a construção de tipologias do conceito de camponês. Abandonar os escritos clássicos acerca da questão agrária e da luta pela transformação da sociedade não pode constituir atitude coerente, embora muito do que se produziu não seja suficiente para explicar a atual situação do Brasil, no que tange ao tema abordado neste estudo. Contudo, é necessário tomá-los como referências para melhor compreender os fatos históricos, políticos, econômicos e geográficos atuais. Com base nessas referências, constroem-se novas interpretações e novas constatações até então ignoradas, do mesmo modo que se torna possível refutar conclusões precipitadas e não condizentes com a realidade dos fatos passados e presentes.

É a constituição histórica do camponês – especialmente dentro da região sudeste brasileira – que se entrelaça com a história do trabalho, distribuição de terras e, ao mesmo tempo, da religião oficial e rural, dentro da história do Brasil. Em suma: o sujeito-camponês construiu (e ainda continua construindo) sua identidade em conjunto com (e como agente determinante de) a história de construção do próprio Brasil.

Nesse processo de formação de paradigmas do conhecimento, é que se constrói um pensamento crítico-reflexivo, contribuindo com o debate da questão agrária (um dos temas de pesquisa por nós proposto), por meio da análise das diferentes correntes teóricas em determinados momentos históricos.

A partir dessa compreensão, a obra: Paradigmas do capitalismo agrário em questão, torna-se ponto de partida e de retorno para qualquer análise mais detida e específica da questão, principalmente porque, conforme afirmação de Abramovay (1998), esse livro não se adapta exclusivamente ao marco de lutas políticas em que viveu seu autor. De fato traz referências essenciais para a investigação da dinâmica da questão agrária, auxiliando na (re)construção de idéias em relação à verdadeira dimensão dos problemas agrários.

Por outro lado, tal obra deve ser compreendida no momento histórico em que foi produzida, pois associa uma instrumentalidade política do campesinato associada a uma visão romântica do camponês.

O Brasil vem construindo a sua própria tradição de interpretação teórica relacionada com conceito de "camponês". Tal tradição esbarra, de forma constante – e até os dias de hoje –, em interpretações politizadas dessa figura histórica. Da utilização do conceito, como instrumento de revolução socialista, à "agricultura familiar" dos dias de hoje, o conceito de camponês, no Brasil, freqüentemente esbarra em concepções políticas, mais ou menos conscientes, no sentido de defini-las como um processo atual.

É importante ressaltar, como lembra Cardoso (2002), a noção escorregadia de camponês, pois o seu conceito sofre alteração conforme a época, o local, os movimentos sociais e as reivindicações deles próprios. De forma geral, ao se estudar o campesinato, os pesquisadores não devem ignorar a grande heterogeneidade política, econômica e social interna e externa que, em cada lugar e em cada época, eles expressam. Note-se, sobre o assunto, o comentário do autor:

> *campesinato* é noção vaga, ampla demais, carregada de estereótipos e de lugares-comuns culturais e políticos; concomitantemente, é impossível abandonar tal noção, por ser idéia socialmente difundida desde muito antes do advento das ciências sociais. Nisto se parece a muitas outras categorias com as quais – volens, nolens – devem trabalhar os cientistas sociais. Sua necessidade, pelo menos para sociedades complexas que conheçam a urbanização e nas quais o campesinato (seja ele o que for) não tenha sido eliminado, deriva do caráter central do que, para Marx, foi a primeira e primordial divisão social do trabalho. (CARDOSO, 2002, p.32).
> A percepção unificada de uma boa parte da população trabalhadora rural como camponeses, em oposição aos citadinos, pode ser indesejável, mas é muito difícil de evitar, tão arraigada está. Trata-se, então de trabalhar com essa categoria – sempre imperfeita em sua heterogeneidade –, período a período, sociedade a sociedade, o melhor e mais rigorosamente que poderia (CARDOSO, 2002, p.37).

A princípio, pode-se lembrar da obra *A questão agrária no Brasil* de Prado Jr (1979) como uma primeira tentativa sistemática de conceituação de *camponês*. Este livro foi publicado pela primeira vez em 1979, e reeditado pela Editora Brasiliense no ano 2000. Os artigos que compõem a obra foram publicados, de início, na Revista Brasiliense entre 1960 e 1964. Em virtude da lógica e da persistência no trato da questão, essa obra, é um referencial teórico e um documento histórico importante, sobretudo no que diz respeito aos principais elementos estruturais relacionados com a questão agrária brasileira.

O clássico *Quatro séculos de latifúndio,* de Guimarães (1977), é outra obra de referência, especialmente para entender a formação das grandes propriedades também denominadas latifúndios.

Esses autores abriram um espaço no meio científico a debates políticos em relação às diferentes interpretações da questão, construíram conhecimentos teóricos e práticos e propiciaram aos leitores um maior (e melhor) entendimento do desenvolvimento do capitalismo no Brasil – o que justifica o fato de figurarem entre as principais referências teóricas desde meados do século XX.

O campesinato emerge, continuamente, como um personagem histórico constantemente oprimido. Independentemente da época e do período histórico que se considere, o camponês é sempre representado como alguém dominado pelas camadas da sociedade detentoras de poder e terras, a eles submetidos econômica e politicamente.

Moura (1988) destaca o tom depreciativo pelo qual o camponês tem sido historicamente designado:

> no repertório lingüístico das sociedades agrárias, existe sempre um número expressivo de palavras que se referem ao camponês. Através de algumas delas, ele é designado; através de outras, ele se autodefine [...] em Roma, paganus designava habitante dos campos, bem como o civil, em oposição à condição de soldado. Da palavra latina pagus, que tanto significa um território rural limitado por marcos como também a aldeia camponesa, ficou a palavra pago, que no sul do Brasil designa o campo onde se nasceu; o rincão de origem. (MOURA, 1988, p.15).
>
> *paganus,* em latim, foi transmutado em *payan*, no francês, e *peasant,* no inglês, que significam exatamente camponês. Tomando sentido diverso do acima mencionado, *paganus* se tornou paisano, em português – o que não é militar. Mas também resultou em pagão, que quer dizer *não-cristão* – aquele que precisa ser convertido. Na

> Alemanha do século XI, a *Declinatio rústica* tinha seis declinações diferentes para a palavra *camponês:* vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; e, no plural, miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis. (MOURA, 1988, p.16).

O camponês, como foi possível perceber pela leitura das citações acima, é caracterizado como aquele que é submetido a forças maiores que a sua, o elo fraco da corrente, o dominado, pois, ainda conforme Moura (1988), não é, na concepção brasileira, mais rica em conteúdo do que *lavrador* , que é originária do latim e significa *labor*, que, além de significar trabalho, pode conotar em esforço cansativo, dor e fadiga.

Segundo Prado Jr. (1979), historicamente, o camponês sempre desempenhou a mesma função, que é a de fornecer mão-de-obra à minoria privilegiada e dirigente da população rural. Mesmo quando juridicamente livre, a força de trabalho do camponês continuou tendo um custo baixo. Essa classe trabalhadora pertencia a um mercado de trabalho que não sofria a eventual concorrência de outras ocupações trabalhistas.

O monopólio da terra concentrava-se nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, que obrigavam a massa trabalhadora a satisfazer suas necessidades básicas prestando-lhes serviços. O proprietário fiscalizava rigorosamente as atividades do trabalhador que não tinha autonomia alguma e, na realidade, o camponês era associado a um simples empregado assalariado, distinguindo-se deste unicamente pela natureza da remuneração recebida.

Ainda na visão daquele autor, os êxitos comerciais da agricultura brasileira se devem à abundância de terras e de força de trabalho. São essas circunstâncias que contribuem para o baixo padrão de vida da população trabalhadora rural. Para atender os interesses do capitalista, o camponês encontra, à sua frente, um grande obstáculo a ser superado: melhorar a qualidade do serviço prestado ao proprietário da terra. Com relação a esse assunto, Prado Jr. (1979) faz o seguinte comentário:

> mas, seja como for, o certo é que o progresso técnico, que objetiva maior rentabilidade, não pode constituir, por si, fator de elevação do padrão de vida do trabalhador rural. Se uma rentabilidade acrescida torna possível uma remuneração melhor do trabalhador, trata-se, contudo, unicamente de uma possibilidade, que somente outras circunstâncias independentes completamente da técnica produtiva, podem tornar efetiva. (PRADO JR., 1979, p.29).

Assim, na visão desse autor, nas condições em que a atual economia rural brasileira se encontra, o que determina e fixa a remuneração do trabalho é a relação entre a oferta e a demanda que se encontra no mercado de mão-de-obra agrícola. Enquanto o camponês não buscar outra alternativa de ocupação da terra, a oferta e demanda não sofrerão alterações. Uma reduzida classe de grandes proprietários e fazendeiros continuará dominando a renda agrícola, e o camponês vivenciará condições piores do que há anos passados.

Seja onde e quando for, a grande exploração da mão-de-obra camponesa tende a:

> se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência. Agravam-se em conseqüência as condições de vida da população trabalhadora rural cuja remuneração, seja em salário, seja em participação no produto principal [...] está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio [...] (PRADO JR., 1979, p. 31).

Por esse texto, verifica-se que a solução para os problemas que afetam a vida do camponês encontra-se distante e quase que impossível. Para elevar o padrão de vida do trabalhador rural e contribuir com o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, é preciso arrancar da miséria o camponês e implantar um programa de reforma agrária que venha a trazer benefícios para as famílias assentadas.

De acordo com o conteúdo abordado neste estudo teórico, ainda se verifica que a relação entre proprietário e camponês conserva traços do período colonial. O proprietário mantém sobre a terra os seus direitos integrais; é ele quem dirige e fiscaliza rigorosamente as atividades do trabalhador rural. Este não tem nenhuma autonomia e disposição sobre a cultura de que se ocupa. Na realidade brasileira, o camponês continua desempenhando a função de empregado que se assemelha à do assalariado, cuja única distinção existente é a natureza da remuneração recebida.

Assim, para Moura (1988), o salário continua existindo como forma de remuneração. Comparando o camponês com qualquer outro trabalhador, observa-se uma tendência formal nas relações trabalhistas entre patrão e empregado e, também, nas relações de produção em geral. A agricultura brasileira continua prevalecendo como um “empreendimento essencialmente comercial”. Os indivíduos

que dela participam possuem direitos iguais.

Há igualmente, na historiografia, uma forte tendência de superestimar o caráter religioso e messiânico dos movimentos caboclos brasileiros, ignorando suas raízes e expressões ideológicas socioeconômicas.

O caráter temporário da ocupação da terra pelo caboclo se expressa na ausência de moradias perenes e no seu caráter sumário e de seus bens, de modo que podiam ser reconstituídos em questão de dias, assim como seus equipamentos eram passíveis de ser carregados nas costas de um homem. Essa característica apoiava-se em tradições e práticas antigas das comunidades indígenas nativas.

A simplicidade, a precariedade e a autonomia da moradia do caboclo são demonstradas no fato de que, em geral, dela não necessitavam. De acordo com os apontamentos de Dias (1978), as construções não tinham prego, nenhuma dobradiça, nem qualquer outro material que fosse adquirido por meio de compra. Nesse tipo de construção, eram utilizados somente recursos naturais disponíveis nas cercanias do lugar, como estacas de madeira, pedras e folhas de palmeira para a cobertura dos ranchos.

Em geral, à medida que foi avançando a fronteira da agricultura mercantil, as comunidades caboclas abandonaram as terras que detinham sob a forma de uma posse sem propriedade atribuída, e foram ocupando novas terras, enquanto fosse possível. Essas comunidades acabaram expulsas pelo latifúndio e pela expansão da fronteira agrícola camponesa colonial.

Os camponeses eram informados pelos italianos que chegavam, de que as terras não pertenciam mais a eles, assim, os camponeses iam embora, pois os italianos haviam comprado essas terras, conforme descreve Silva (2001).

A terra abandonada não tinha plantações perenes e nenhuma quantidade significativa de trabalho anterior acumulado que o caboclo devesse defender. A inexistência da aldeia sedentária como *locus* de formação de sólidos laços familiares e societários, carência determinada pelo modo de produção praticado pelas comunidades caboclas, dificultou a resistência à expansão dos latifúndios e das comunidades colonizadoras, mais ainda porque essa expansão era apoiada pelo Estado.

Na década de 1980, pelo menos duas obras se destacam dentre as que tratam da análise da questão agrária: *Os camponeses e a política no Brasil,* de Martins (1981), e *A modernização dolorosa,* de Graziano da Silva (1982). Estes

trabalhos também se erigiram em referências para o desenvolvimento das investigações e a consolidação do debate, tornando-se fundamentais para as análises e para as contribuições teóricas sobre a dinâmica da questão.

Martins (1981) discute as origens e a formação do grupo de camponeses; sua obra, é sem dúvida, referência essencial para uma leitura sociológica desta parcela da população. Para esse autor, o termo camponês, bem como seu correspondente latifundiário, trata-se de uma transposição patrocinada por grupos de esquerda, sobretudo pelo Partido Comunista do Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, inspirados na realidade sociopolítica russa e nos teóricos da questão agrária do início do século XX. Essa importação, de certa maneira, reveste-se mais de uma conotação política do que de imagem, modelo ou referência científica.

Conforme Martins (1981), a realidade agrária nacional, adotando esse conceito importado, revela a politização da questão, agrupando sujeitos sociais diferentes sob uma mesma denominação e estabelecendo uma compreensão de conflito e antagonismo, a partir da inspiração teórica marxista, na tentativa de emprestar “atualidade” à realidade do campo no Brasil. Além disso, mediante uma estratégia de uniformização do conceito adequado ao camponês, parte de referências externas, tendo, assim, a possibilidade de construir uma luta camponesa fundamentada em um direcionamento político-ideológico, numa ação que seria liderada pelos operários urbanos organizados sob influência dos intelectuais e dirigentes partidários.

Graziano da Silva (1980) analisa as transformações recentes da agricultura e a permanência da concentração na estrutura da propriedade da terra, a fronteira agrícola e a subordinação do camponês ao capital. O referido autor ainda esclarece que a compreensão do camponês se dá apenas quando é entendido o complexo processo de “industrialização da agricultura”, que liberta “a produção agrícola das condições impostas pela natureza” e que se associa “à formação de um mercado de trabalho constituído exclusivamente por assalariados puros”.

Na década de 1990, surgiu outra obra que se converteu em uma referência importante para as investigações sobre a questão agrária e no intuito de elaboração de políticas públicas e de organização sociopolítica: é a tese doutoral de Abramovay (1998), com o título *De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão*, posteriormente, publicada com o título *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*.

Esta obra foi uma referência muito utilizada nos estudos sobre a questão agrária em diversas áreas das ciências humanas. É parte de um amplo conjunto de pesquisas sobre a *agricultura familiar*, tema que ganhou destaque em detrimento do conceito de camponês. Dentro deste paradigma, defende-se que o produtor familiar que utiliza recursos técnicos e está integrado no mercado não é um camponês, mas um agricultor familiar. Deste modo, pode-se afirmar que toda a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês.

Tais afirmações condizem com a comunidade pesquisada, pois seus moradores não refletem todas as definições de camponês. Absorvem os recursos técnicos necessários para sua produção, e as tarefas da propriedade não são executadas somente por pessoas com laços de parentesco.

Na Comunidade Rural da Onça, encontram-se alguns aspectos sociais de campesinato, são pequenas propriedades de cultura e moradias que existem além do trabalho familiar, e algumas prestações de serviços são efetuadas por terceiros. Muitos de seus proprietários sempre moraram na propriedade rural e cuidaram dos afazeres da roça.

No desenvolvimento do presente estudo, foi possível compreender o percurso histórico vivenciado pelos camponeses desde a colonização do Brasil até os dias atuais e comprovado pelo referencial bibliográfico utilizado. Porém, faz-se necessário a compreensão de novos conceitos que envolvem o camponês, para isso, amplia-se a discussão teórica na seqüência deste capítulo.

Com o surgimento de um mercado cada vez mais compensador para a venda de produtos agrícolas, a substituição do sistema de “terra cedida” por sistemas de parcerias e a introdução de maquinário rural, com o uso estendido de fertilizantes, os camponeses tendem, em sua maioria, a converter-se em agregados-meeiros. Para Brandão (1981), a cada ano, ocorre redução no número de lavradores-meeiros ou assalariados que residem nas zonas rurais. O que se presencia é o aumento do número de lavradores residentes nas cidades e também os “diaristas”, ou seja, o trabalhador assalariado cuja mão-de-obra é apropriada por meio de remuneração por dia trabalhado.

Na visão desse autor, o camponês que deixa de residir na fazenda, onde foi um agregado, e passa a morar na cidade com sua família, sofre profundas alterações em seus hábitos de acesso e uso de alimentos. Por viverem uma vida

totalmente voltada para a agricultura, quando chegam à cidade, são obrigados a se adaptar a ritmos de vida totalmente diferentes daqueles que viviam na zona rural. Dentre os fatores que influenciam a vinda do camponês para a cidade, Brandão (1981) destaca:

> o aumento, [...] muito vertiginoso, das dificuldades de trabalho e de obtenção direta de alimentos nas fazendas; b) a procura de um trabalho "melhor", como o de diarista ou de um assalariado urbano; c) a preocupação com o estudo dos filhos; d) a expectativa do encontro das "facilidades", de assistência na cidade (serviço de atendimento médico, religioso e de comercialização). (BRANDÃO,1981, p. 28).

Para esse autor, nem sempre o camponês e seus familiares conseguem alcançar todos os objetivos que almejam, quando mudam para a cidade. Criados nas fazendas, geralmente, os adultos são pessoas analfabetas ou, no máximo, pré-alfabetizados. A competição com os profissionais já urbanizados dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho. Muitos se ocupam de serviços não-qualificados ou tornam-se empregados de serviços esporádicos.

Ainda segundo esse autor, as dificuldades encontradas pelo camponês na vida rural condicionam-no a viver na cidade sendo sujeitado aos serviços informais, resultando, assim, numa pior condição de sobrevivência. Mesmo escrito há 26 anos, esse livre é atual, pois, com a mecanização da área, rural a mão-de-obra está sendo cada vez menos necessária.

Brandão (1981) descreve também, a dificuldade de trabalhar em locais diferentes do trabalho agrícola, que faz com que o camponês migrante se redefina profissionalmente dentro dos limites do trabalho rural. Antes, trabalhava para um fazendeiro, agora, passa de empregado a diarista de vários. Durante os períodos de plantio e safra, ocupa intensamente o seu tempo de trabalho com atividades prestadas a diversos fazendeiros. Porém, durante os períodos de entressafra, torna-se sub-ocupado.

Quando percebe que a vinda para a cidade dificilmente favorecerá a melhoria do seu nível de vida, o camponês procura fazer com que o seu trabalho de diarista facilite, pelo menos, o cumprimento de duas funções: não deixar faltar alimento e criar condições para que seus filhos tenham um futuro melhor.

Na visão de Brandão (1981), o camponês que migra para a cidade pode continuar desempenhando a função de meeiro ou se transformar em um diarista a

serviço de “apropriadores periódicos de força de trabalho na agricultura”. Também, é possível combinar essas duas modalidades de trabalho rural.

Geralmente, os meeiros aproveitam as terras sob seu uso para plantio de alimentos que, futuramente, servirão para o sustento de seus familiares. Porém, a cada ano, torna-se mais difícil o acesso a terras cedidas em parceria. Porções maiores das fazendas são reservadas para as lavouras, destinadas aos proprietários de terras, ou para a formação de pastagens. Terrenos cada vez menores e de pior qualidade são destinadas aos camponeses. Na verdade, verifica-se que o lavrador-meeiro não consegue cultivar mais do que dois ou três alqueires de cereais, devido às péssimas condições do solo e à ausência de seus familiares, que, enquanto residiam na fazenda, contribuíam com serviços indiretos.

Como explica Brandão (1981, p. 61) a transição do campo para a cidade resulta na “passagem de um sistema adequado de relações para um sistema cada vez mais inadequado”. Na visão desse autor, as interferências de uma outra sociedade, por intermédio de agentes “de fora”, exercem impactos negativos entre o homem e a terra, deteriorando os meios de trocas homem-natureza e homem-homem.

As mudanças que estão ocorrendo entre o homem e a natureza também favorecem uma outra alteração de relações. São as que trocavam e trocam entre si, produtores rurais proprietários e não-proprietários da terra, é o que explica Brandão (1981). Muitas vezes, o camponês presencia uma perda correspondente na qualidade das trocas de serviços. Essa perda é resultado da destruição, que ocorre aos poucos, nas relações entre patrão e empregado e dos recursos naturais. O camponês de hoje desenvolve suas atividades agrícolas com muito mais esforço físico, em um espaço aumentado, pior e insuficiente para o consumo de sua família e da do proprietário. As proibições de cultura e criatório aumentam, enquanto que as terras adjacentes à casa cedida se reduzem.

Para o proprietário, essa mudança nas relações contratuais de trabalho é avaliada de forma diferente. Ao investir em tecnologias, ampliando o espaço utilizável de sua fazenda, o fazendeiro passa a dominar um aumento de sua riqueza sem perder, significativamente, o lucro que se obtém com a produção agrícola.

Brandão (1981) esclarece que essa desigualdade entre proprietário e empregado é que responde pela atual carência de trabalho e de bens para o camponês. Em decorrência dessa situação crítica, o camponês procura refúgio na

cidade. Assim sendo, é possível identificar que os fazendeiros tornam-se, cada vez mais, usuários exclusivos de suas terras, e o camponês sempre se afasta das condições antes existentes e dos ideais de trabalho sobre a terra.

Em busca de uma redefinição do conceito de camponês, Moura (1988) ressalta que é impossível conhecer o modo de vida das sociedades atuais, sem levar em consideração as representações e práticas camponesas. O camponês é conceituado, por essa autora, como integrante de uma família que cultiva uma parcela de terra. É também "o colono, morador ou parceiro, isto é, o cultivador que possui uma roça dentro da grande propriedade". (MOURA, 1988, p. 65).

Além dessas qualificações, encontram-se os posseiros, que habitam as chamadas "terras livres". Essas são conquistadas por meio de numerosas lutas.

Velho (1982) argumenta a favor do emprego do conceito de camponês que possa designar exclusivamente ao agricultor que possua uma pequena porção de terra e que é empresário de toda a sua produção. Assim, a designação de "camponeses" destina-se a trabalhadores e pequenos produtores autônomos, que, ocupando embora a títulos diferentes – proprietários, arrendatários, parceiros... –, exercem sua atividade por conta própria. Essa classe de trabalhadores forma uma categoria socioeconômica, distinta dos trabalhadores dependentes, que não exercem suas atividades produtivas por conta própria e, sim, a serviço de outrem, em regra, o proprietário da terra que, além de proprietário é, também, o empresário da produção.

Portanto, ao verificar os clássicos, como Kautsky, Chayanov, é possível ter uma melhor visão de como se estruturou o campesinato mundialmente, a vida do camponês e suas relações sociais, ao passo que outros autores como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Margarida Maria Moura, ajustam-se dentro das abordagens teórico-metodológicas para o norteamento da pesquisa, a fim de que fiquem realmente claras as questões pertinentes ao homem do campo e suas lutas diante do desenvolvimento das sociedades.

Dessa forma, é fato que o capitalismo e sua entrada destruidora no campo trouxeram necessidades de modificação na estrutura de produção, o que gerou a desorganização de um sistema de trabalho que remonta à Idade Antiga e se mantém durante um longo percurso da História da Humanidade. A história do camponês e a do trabalho são indissociáveis e trazem à tona a questão da distribuição de terras, bem como da formação e estruturação agrária atual.

A identidade camponesa não é estática, ela evolui num *continuum*, pois, ao mesmo tempo, o camponês é também agente determinante do *status quo* do Brasil, tornando-se difícil entender o modo de vida das sociedades atuais sem o entendimento das práticas camponesas. E isso será aprofundado no próximo item, nas abordagens sobre "agricultura familiar", ao perceber as relações entre propriedade, trabalho, família e o próprio camponês, o que gerará uma expectativa sobre o investimento feito na área rural e as próprias condições de sobrevivência das partes.

1.3 Agricultura Familiar: conceitos e definições

A agricultura familiar é um segmento social que retoma conceitos e (re)definições no que tange ás considerações atuais. A dinâmica no tempo e no espaço alteram os conceitos das sociedades rurais, sejam mundiais, regionais ou locais. No entanto, devido à abrangência que lhe tem atribuído nestes últimos anos, novos paradigmas são traçados para diferenciá-la do campesinato tradicional.

Para uma melhor compreensão sobre a agricultura familiar, seguem-se os seguintes conceitos e definições:

> o ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. (TEDESCO, 1999, p. 23).

> o estabelecimento familiar [...] caracteriza-se por três traços básicos: a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial e c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família. (ABRAMOVAY, 1998, p. 166).

> [...] o espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto tanto no nível da vida cotidiana quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa. Este é, fundamentalmente, o "lugar" da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. (WANDERLEY, 2000, p. 30).

Por meio desses conceitos, evidencia-se que a agricultura familiar abrange relações de parentesco e de vizinhança, que são a base da vida social local. Essas relações estendem-se por um espaço mais amplo e que, freqüentemente, se originam nos processos de migração dos membros da família e de vizinhos para outros locais mais distantes.

Abramovay (1998), quando caracteriza a agricultura familiar na Inglaterra e país de Gales, ressalta que a família é a base de sustento e apoio à agricultura familiar. Sem ela, é impossível que esse ramo de atividade possa crescer. Uma grande proporção dos novos ingressantes na atividade agrícola vem do interior do próprio setor por meio da sucessão familiar.

Tradicionalmente, a relação existente entre propriedade, trabalho e família se transfere de uma para outra geração. E o caráter familiar da produção agrícola vai adequando-se às condições técnicas tradicionais da produção estipuladas a cada geração. Isso confirma que o estabelecimento familiar camponês é uma organização social que se adapta às condições técnicas da produção agrícola.

Em seu estudo sobre as relações entre trabalho, propriedade e família, Oliveira (1995) apresenta essas relações como os fatores que contribuem para a existência das desigualdades entre capital e trabalho. Na agricultura, essa relação exige que o capitalista compre ou arrende a terra, que constitui o principal meio de produção. Também se faz necessária a aquisição de máquinas, ferramentas, insumos etc.

Com a posse da terra e demais recursos necessários para a exploração do solo, o proprietário contrata a mão-de-obra e, em troca do serviço, paga-lhe um salário em dinheiro. Por meio dessa renda, o trabalhador rural compra tudo o que necessita para continuar prestando serviços ao capitalista, que é o proprietário da terra.

Ainda na visão deste autor, a família camponesa representa “o motor do processo de trabalho na unidade camponesa”. (OLIVEIRA, 1995, p. 69). Sem ela seria impossível a existência do trabalho coletivo. A ajuda mútua entre camponeses e familiares é a prática empregada para suprir determinados momentos em que se exige maior força de trabalho. Esse processo ocorre pelo fato de os camponeses e suas famílias não disporem de capital suficiente para pagar trabalhadores assalariados.

Mendras (1978) ressalta que a sociedade camponesa é organizada por meio

dos grupos domésticos. Cada grupo assegura a produção de certos bens alimentícios ou outros que favoreçam a relação de troca entre um e outro grupo. Assim, é raro presenciar atividades sendo desenvolvidas fora do grupo doméstico, que correspondam aos seus interesses e garantam seu alicerce patrimonial.

No grupo doméstico, todos os homens adultos desempenham uma função, assim como todas as mulheres jovens. As crianças crescem juntas, sob cuidados dos adultos, sejam estes seu pai e mãe ou tio e tia ou primo e prima. Sendo formado por numerosos membros que desempenham papéis intercambiáveis, o grupo não tem começo nem fim. Como estratégia para desestruturar o camponês familiar, Mendras (1978) aponta o desaparecimento do patrimônio, o qual pode gerar a dispersão do grupo.

A respeito das relações de trabalho que são mantidas no interior da família camponesa, Tedesco (1999) descreve que suas finalidades se destinam à sobrevivência de seus familiares no presente e, também, a um projeto para o futuro. Portanto, um dos eixos principais da relação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo e qualquer investimento que se fizer na área rural garantirá as condições da sobrevivência de seus investidores e descendentes.

A família camponesa define estratégias que visam assegurar sua sobrevivência imediata e garantir um futuro melhor para os seus descendentes. Essas estratégias são definidas mediante a combinação de recursos de que dispõe na unidade de produção e com atividades complementares, temporárias e intermitentes.

Por ser portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade, a família torna-se um elemento-chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento, sendo que, segundo Wanderley (1999), em cada região demográfica, o agricultor camponês define suas estratégias levando em consideração o clima, o solo e demais fatores geográficos.

Assim, para Wanderley (1999), o momento presente favorece a preparação para o futuro. Mas, para alcançar esse objetivo, o agricultor familiar recorre ao passado, o qual lhe permite a formação de um saber tradicional e que possa ser transmitido aos filhos. Isso justifica as decisões do agricultor na busca de recursos por meio do trabalho familiar, bem como a administração do consumo de acordo com as estações do ano e períodos de plantio e colheita.

Assim, é possível compreender a importância da propriedade familiar, da terra

desempenha na vida do camponês. Wanderley (1999) descreve essa relevância na história agrária, pois encontra-se repleta de lutas dos camponeses pela posse total da terra, a fim de conquistar a liberdade com relação aos direitos senhoriais e das servidões coletivas.

Para ser enquadrada como "agricultura familiar", a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - (1996) apontam as seguintes características: a gerência da propriedade rural deve ser feita pela família; o trabalho também precisa ser desempenhado, na sua maior parte, pela família; os fatores de produção devem pertencer à família, exceto, às vezes, a terra; e, em caso de falecimento ou aposentadoria daqueles que a administram, seja possível de sucessão aos seus herdeiros. Todos esses requisitos se resumem na seguinte citação:

> na verdade, para se definir agricultura familiar, além dos requisitos gerência da unidade produtiva pela família, renda agrícola proveniente, no mínimo, de 80% da atividade agrícola, contratação do trabalho assalariado permanente limitado a um empregado, ou trabalho temporário limitado a quatro empregados, dever-se-ia observar a sua extensão territorial. [...] Outro fator importante na redefinição de propriedade familiar é o de a família morar e viver na comunidade rural, participando de suas atividades sócio-econômicas. (BLUM, 1999, p. 64).

Ainda na visão deste de Blum, existem muitas dificuldades quando se busca classificar a agricultura familiar. Enquanto o Manual de Crédito Rural – MCR – de 1990 classificava os produtores em mini, pequeno, médio e grande produtor, levando em consideração a renda bruta percebida no ano agrícola, o MCR de 1997 passou a classificá-los como: miniprodutor, aquele que recebe renda bruta inferior a R$ 7.5000,00 por ano; pequeno produtor, aquele que tem uma renda bruta anual que fica entre R$ 7.500,00 e R$ 22.000,00; e médio e grande produtor, aquele que recebe renda bruta anual acima de R$ 22.000,00.

De acordo com a FAO e com o INCRA, as propriedades agrícolas classificam-se em: patronais e familiares. As familiares dividem-se em:

> consolidadas, agricultores que estão acima da média e representam 26,5% do total; em transição, agricultores que estão entre a média e a mediana e representam 23,5% do total, e periféricos, agricultores que estão abaixo da mediana e representam 50% do total. (BLUM, 1999, p. 65).

Para um melhor entendimento do que hoje existe empiricamente no meio rural, esse autor apresenta uma descrição detalhada de cada categoria. Na sua concepção, a agricultura familiar consolidada é semi-especializada e se diversifica entre três a cinco atividades para a obtenção de renda. O proprietário reside na propriedade, que, geralmente, possui menos de 200 ha, com concentração próxima a 50 ha. Normalmente, usam tecnologia e recorrem ao crédito rural. Sua margem bruta[4] é superior a dez salários mínimos por mês. São produtores que possuem noções de liderança, discernimento e gerenciamento para administrar suas propriedades agrícolas.

Já na propriedade agrícola em transição há diversificação maior, ou seja, de três a seis atividades para a obtenção de renda, e o proprietário reside nela. Blum (1999) descreve que sua propriedade possui menos de 100 ha, com concentração próxima a 20 ha. Faz uso da tecnologia e do crédito rural, porém com menor índice do que o proprietário de uma propriedade rural consolidada. Sua renda fica entre cinco a dez salários mínimos por mês. Possui menor esclarecimento sobre o gerenciamento de sua propriedade.

Por fim, Blum (1999) acrescenta que a propriedade familiar periférica ou de subsistência é muito diversificada e envolve entre quatro a sete atividades para subsistência e comercialização do excedente. O espaço físico abrange, geralmente, menos de 50 ha, com concentração abaixo de 20 ha. O proprietário reside na propriedade e faz uso de baixa tecnologia, sendo o manejo das culturas desenvolvido de forma espontânea. Não faz uso do crédito rural, por não possuir viabilidade econômica que lhe dê acesso a esse tipo de crédito. Sua renda anual fica abaixo de um salário mínimo por mês e enfrenta dificuldades para liderar e gerenciar sua propriedade.

Alentejano (1999) mostrou que as transformações que estão ocorrendo na sociedade brasileira dificultam os estudiosos das relações sociais no campo em criar novos conceitos que possam explicar a formação da agricultura familiar. Ao longo do século XX, consolidou-se o caráter marcadamente familiar da agricultura européia. Desde a década de 1950, esse caráter vem se generalizando e criando a categoria dos agricultores modernizados e especializados. Isso se deve à mecanização crescente que ocorre no campo, à integração cada vez maior do agricultor com os

[4] A margem bruta (MB) se obtém por meio da receita total (RT) reduzida dos custos variáveis (CV). É obtida mediante a seguinte fórmula: MB = RT – CV.

insumos de crédito. Tudo leva à formação de novos setores baseados no trabalho agrícola familiar.

Com base na realidade brasileira, esse mesmo autor aponta que as perspectivas de desenvolvimento da pluriatividade ainda é algo bastante restrito e limitado, pois decorrem, fundamentalmente, da noção que não se aplicaria no Brasil, pois, em nosso país, temos uma concentração fundiária. Assim o desenvolvimento e a possibilidade das várias formas de organização socioespacial se encontrariam num processo dificultoso.

A diversificação das atividades no campo tem contribuído para que a agricultura familiar seja administrada e totalmente orientada para o mercado. Em virtude das mudanças que ocorrem no campo, o agricultor familiar percebe que sua renda tende a diminuir sempre mais quando a compara com a de outros agregados do agronegócio.

Além disso, a agricultura familiar no Brasil enfrenta alguns problemas, dentre os quais, destacam-se: aqueles relacionados com o fator "terra", com a mão-de-obra e com o capital. O conteúdo a seguir analisa cada um desses problemas.

Na concepção de Blum (1999), a agricultura familiar brasileira sofre uma desigualdade muito grande quando se refere à distribuição da terra. Isso se deve ao processo de colonização, que distribuiu boas áreas de terras para a época, mas insuficientes para os dias atuais. Com o passar dos anos, a aquisição de propriedades com grande extensão passou a ser concedida por meio da força de poder e de renda. Algumas alternativas são apresentadas para solução deste problema, dentre as quais, estão a reforma agrária, os créditos fundiários e os assentamentos rurais.

Outro problema ligado ao fator terra é a desigualdade na qualidade do solo.

> O sistema antigo e nômade de preparo do solo, derrubando matas nativas, plantando até diminuir a fertilidade natural; após, mudando de área; deixando crescer novamente a mata (capoeira) para tentar recuperar a fertilidade e, depois de alguns anos, voltar a plantar, foi, talvez, o início das desigualdades nas propriedades rurais. (BLUM, 1999, p. 81).

Ainda na visão desse autor, a desqualificação do solo veio a ocorrer devido a entrada de tratores, arados e grades, ocasionando erosão da terra. Muitos agricultores brasileiros encontram-se descapitalizados e sem conhecimento para

retomar o investimento na agricultura.

Dentre os problemas ligados à mão-de-obra, sobressaem a redução da força de trabalho nesta área, a pouca instrução formal, o custo elevado de mão-de-obra e as atividades penosas e rotineiras. Por fatores ligados ao êxodo rural, doenças ou constituições de novas famílias, muitos agricultores encontram-se com um número reduzido de ajudantes, por isso, necessitam contratar diaristas, safristas ou empregados fixos salariados. Porém o desconhecimento das leis trabalhistas leva o agricultor a não contratar mão-de-obra. Blum (1999) aponta a mecanização agrícola como estratégia para a solução deste problema. No entanto seu alto custo de investimento e o fato de muitas propriedades não possuírem áreas suficientes para dimensionar as máquinas e equipamentos levam o produtor a desconsiderar tais estratégias.

Diante do conteúdo exposto, verifica-se que, no meio rural, há uma grande parcela da população que possui pouca instrução formal. Além disso, muitos agricultores têm dificuldades de assimilar as tecnologias que são apresentadas e não fazem cursos e treinamentos que poderiam repercutir positivamente em suas atividades.

Por outro lado o custo da mão-de-obra no campo vem aumentando constantemente e muitas atividades desenvolvidas pelos agricultores, no seu sistema produtivo, são altamente penosas e rotineiras. Mas busca pela maior humanização da mão-de-obra pode gerar prejuízos para o agricultor.

Os problemas que surgem no campo abrangem a escassez de capital e a política agrícola. Aliado à tendência secular de baixa de preços, o modelo produtivista levou os agricultores à descapitalização. O custo relativo nas comunicações, na infra-estrutura portuária, no transporte interno, nos aspectos fiscais, os impostos excessivos etc., são fatores que influenciam na descapitalização dos produtores e geram desestímulo muito grande entre os agricultores.

No que diz respeito à política agrícola, Blum faz a seguinte descrição: “O conjunto de medidas que visam orientar, disciplinar e promover o meio rural, a curto, médio e longo prazos, para manter ou ascender o nível de vida, é chamado de *política agrícola;”.* (BLUM, 1999, p. 87).

Quanto a esse problema, o mesmo autor ressalta que a política agrícola nunca existiu no Brasil. As únicas políticas que se identificam no país são as de safra e, muitas vezes, insuficientes e inúteis. Para solução deste problema, ele

propõe a implementação da política agrícola com um planejamento estratégico diferenciado para as propriedades familiares. Para que tenha sucesso, qualquer política agrícola deve envolver princípios educativos, programados, participativos, democráticos, sistêmicos, cooperados e sem distinção.

Já os problemas ligados à capacidade empresarial abrangem a falta de administração, gerenciamento e visão empresarial; falta de análise de custos, margens brutas, lucratividade e análise de investimentos; falta de associativismo; falta de visão sistêmica; comercialização e agregação de valor; e uso da tecnologia.

Em uma análise geral, focalizando todos os problemas acima, Blum (1999) comenta que o agricultor precisa ter noções de planejamento, organização, direção e controle para garantir a sustentabilidade e o crescimento econômico. Porém a maioria dos agricultores desconhecem essas funções administrativas e não controlam suas receitas e despesas. Por desconhecerem quais são as atividades mais lucrativas e as deficitárias, não conseguem identificar a fonte de seus problemas.

Outro problema existente na agricultura familiar é a falta de associativismo e de uma visão sistêmica. A união de agricultores favorece a atuação democrática e pode solucionar problemas técnicos e econômicos de falta de área de cultivo, crédito dificultado, pouca agregação de valor nos produtos, na comercialização ou escala de produção. Também, a visão sistêmica de sua propriedade pode melhorar o processo de tomada de decisões.

Assim sendo, a propriedade rural iguala-se a uma unidade econômica na qual o produtor rural desenvolve um sistema de produção. O objetivo que o agricultor busca alcançar é viabilizar uma renda para a manutenção desse sistema. Disso decorre a denominação de “empresa agrícola”. (BLUM, 1999, p. 93).

Além desses problemas, existem aqueles ligados à comercialização e à agregação de valor. Os principais fatores que geram aumento de lucratividade das propriedades agrícolas são: o baixo custo dos insumos e um preço alto na venda dos produtos agrícolas. Para obtenção desses resultados, o agricultor deveria eliminar o maior número possível de intermediários e tornar-se o dono do negócio, além de implantar um sistema cooperativo de produção, é o que ressalta esse autor.

O pouco uso da tecnologia nos serviços agrícolas tem dificultado o sucesso do agricultor, e diversos problemas são gerados por causa desse fator, dentre eles:

> os principais problemas de baixa tecnologia apresentados pelas propriedades familiares em transição e periféricas são: perdas na colheita e no armazenamento, erosão dos solos, uso inadequado de agrotóxicos, pouco uso de insumos, monocultura, etc. As propriedades familiares consolidadas também apresentam esses problemas, porém em menor grau de intensidade. (BLUM, 1999, p. 97).

Por contarem com pouca assistência técnica, essas propriedades necessitam de um orientador que possa instruir o proprietário rural a empregar corretamente cada tipo de maquinário. Prestando assistência técnica com análise econômica nas propriedades rurais, é possível diagnosticá-las e apontar a forma de intervenção a fim de melhorar os resultados financeiro-técnico-econômicos.

O assunto que envolve as discussões voltadas à agricultura familiar está fundamentado nas abordagens locais, pois cada região onde esse segmento social é encontrado, possui suas especificidades de análise.

2 A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO SUDOESTE GOIANO

O presente capítulo apresenta uma discussão sobre a questão agrária no Brasil, considerando como foco a modernização agrícola nacional e suas alterações socioeconômicas no município de Jataí/GO. Aborda, também, assuntos referentes ao estudo de caso da comunidade escolhida para a pesquisa: agricultura familiar na perspectiva teórico-metodológica das ciências humanas e da Geografia Agrária.

O capítulo inicia-se examinando assuntos da colonização e o interesse dos europeus pelas terras brasileiras. Segue demonstrando as zonas principais de criação de gado no Brasil e a exploração mercantilista das riquezas naturais por parte dos colonizadores, o que formou inúmeros núcleos de povoamento.

O nascimento do bandeirismo de apresamento, a ausência de um mercado interno, a implantação da monocultura e os ciclos econômicos vão fazer parte desse contexto, que marcou quatrocentos anos de história brasileira, e no qual se poderá também perceber a presença de uma lenta industrialização. Junto a esses fatores, serão apresentadas a importância da residência e suas pequenas unidades de cultura nas áreas agrícolas e a presença do povoamento disperso que vai caracterizar a maior parte das terras povoadas.

A entrada do capitalismo também afetou sobremaneira as relações econômico-agrárias do país, mantendo-se, por certo tempo, porém, a família como unidade social de trabalho. A partir daí, o capítulo descreve a história do modo de vida do camponês, seus contatos sociais, sua relação com a terra, até chegar à questão da separação física da família e sua capacidade de incorporar os avanços técnicos. Em seguida, a questão agrária é retomada e analisada sob a visão de alguns autores, envolvendo os avanços técnicos e a subsistência do pequeno agricultor diante as grandes culturas.

Esse contexto histórico vai, por sua vez, caracterizar também o município de Jataí/GO, assim, a descrição passa a ser sobre o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste, abrangendo o cerrado, para culminar no município de Jataí/GO, que é o nosso principal campo de estudo, sua localização e caracterização.

2.1 A questão agrária e a modernização do campo no Brasil

Desde o início da colonização, o território brasileiro chamou a atenção dos europeus, em que não são poucos os contrastes econômicos ou fisiográficos, demográficos ou sociais, conforme menciona Petrone (1970) em seu texto *Povoamento e colonização.* Porém o traço marcante que deu início à evolução do povoamento do atual território brasileiro foi o seu caráter periférico.

Na visão de Petrone (1970), o primeiro fator sobre o povoamento e ocupação está ligado ao interesse mercantilista daquela época. Os portugueses que colonizaram as terras brasileiras instalaram-se na costa com feitorias, a fim de aproveitar e explorar os produtos da terra. O comércio marítimo favorecia a ligação entre colônia e metrópole. Já o segundo fator está ligado às condições físicas, relevo principalmente, que dificultaram as tentativas de penetração.

De acordo com Valverde (1985), os fatores naturais, que enquadram as planícies, o clima e os cerrados, favoreceram a agricultura brasileira desde o início da colonização. Quando aqui chegaram, os portugueses já introduziram a criação de gado bovino no Brasil, que se deu a partir de três pontos: Bahia e Pernambuco no Nordeste e São Vicente na costa paulista.

Assim, até meados do século XIX podem ser consideradas como as três zonas principais de criação de gado no Brasil: o sertão do Nordeste; o sul de Minas Gerais e as planícies e os planaltos do sul. Por ser a primeira e a mais antiga, o sertão do Nordeste é considerado uma das zonas mais importantes regiões pastoris do Brasil colonial. Toda a faixa litorânea, que abrange a Bahia até o Maranhão e a região das Minas, era abastecida por esta zona.

Conforme descreve Valverde (1985), esse gado foi trazido das ilhas portuguesas da costa ocidental da África-Madeira, Cabo Verde, Açores, ou da própria metrópole. Por ser criado e reproduzido de acordo com a lei da natureza, ou seja, sem a intervenção de produtos químicos, esse gado era chamado de pé duro, crioulo ou curraleiro. Estes animais recebiam um tratamento extremante primitivo, pois viviam soltos nos pastos brutos e tornavam-se bois magros e musculosos. A cura de feridas, defesa contra animais selvagens e a queima periódica de pastos eram alguns cuidados que os agricultores ofereciam aos seus gados.

Devido a essa escassa produção de leite, a produtividade das fazendas

nordestinas era insignificante. Valverde (1985) ressalta que se vendia, por ano, uma média de 250 a 300 cabeças de gado. Deste total, cerca da metade se perdia no longo do caminho que percorria até chegar ao abate nas cidades.

A segunda principal zona de criação de gado no Brasil situou-se na bacia do alto Rio Grande, localizada no sul de Minas Gerais, na comarca do Rio das Mortes. Nesta região, desenvolveu-se outra notável zona pastoril no decorrer do período colonial. A grande diferença desta com a primeira, ou seja, com a nordestina, é o clima tropical amenizado pelas altitudes. Encontram-se, também, outros fatores que a diferenciam, tais como: um grande planalto ondulado, atravessado por alinhamentos montanhosos; os rios perenes; a pluviosidade elevada; as estepes úmidas; e os cerrados, que são interrompidos por cordões de matas ciliares, completam a vegetação, conforme Valverde (1985).

Na zona localizada no sul de Minas Gerais, a pecuária adquiriu importância excepcional e a indústria de laticínios tornou-se notável. Os bois criados nessa região abasteciam a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo. Por conseqüência, o gado era melhor, e a capacidade das fazendas era mais elevada que na zona nordestina. Em duas léguas de terras, que correspondem a 12 quilômetros, criavam-se de 600 a 700 reses, ou seja, cabeças de gado (Valverde,1985). O fazendeiro e sua família tinham participação ativa na criação de gado e, também, podiam empregar a mão-de-obra escrava.

Esse autor ainda ressalta que, nessas fazendas, a economia predominante era considerada “quase fechada”, ou seja, a circulação monetária tinha pouco significado, o que favoreceu a resistência por parte dos fazendeiros em aceitar inovações por longo tempo. Em vista da dificuldade de manter contato com os mercados urbanos e por se tratar de áreas pastoris remotas, o progresso técnico nessas áreas acorreu muito lentamente.

Mas o principal, desde o início da colonização, foi explorar as riquezas naturais existentes no solo brasileiro, a fim de exportá-las. É o que Brum (1998) informa em seu texto “O modelo Econômico Primário-Exportador”:

> as atividades econômicas, desde o inicio da colonização, foram predominantemente dirigidas para a exportação. Essa orientação decorreu da situação colonial e dos interesses dominantes do mercantilismo. Não se criou propriamente um mercado interno. A imensa maioria da população – brancos pobres, mestiços, pretos, índios - vivia em submissão, em condições precárias de subsistência

> e marginalizada do processo econômico dominante. De outro lado, a classe dos senhores, a única com rendas e padrões de consumo mais elevados, além da produção do próprio latifúndio, consumia produtos importados. (BRUM, 1998, p.130).

Conforme se verifica pela citação, com sua enorme extensão, o Brasil é um território maciço, que, desde o início da colonização, foi explorado por aqueles que o povoaram, com interesses totalmente mercantilistas. É possível reconhecer que os recortes litorâneos foram utilizados para a fixação de núcleos de povoamento.

Petrone (1970) aponta que, no decorrer do século XVI, a criação desses núcleos foi relativamente numerosa. Todavia poucos conseguiram permanecer e desenvolver-se, tornando-se grandes centros. O desenvolvimento se deve ao fato da existência de uma hinterlândia próxima, capaz de fornecer produtos da terra ou propícias a monoculturas tropicais de caráter comercial.

Por serem considerados células do organismo político, social e econômico português em terras da América, esses núcleos litorâneos se desenvolviam pot meio da exploração da terra e servião de base para a instalação de atividades agrícolas rendosas. Outro fator de grande importância desses núcleos foi facilitar o povoamento no interior do país. Dos núcleos criados fora da obra litorânea, o de São Paulo foi o primeiro a tornar-se permanente. Em seguida, novos núcleos foram criados no interior do país, o que se pode comprovar pelo texto a seguir:

> [...] São Paulo evoluiu sob o signo de uma vocação geográfica para a expansão. Povoando, durante a segunda metade do século XVII, extensas áreas do sul do País, com a criação de gado; contribuindo para o povoamento do médio Vale do São Francisco e de áreas do Sertão nordestino; descobrindo jazidas auríferas e zonas ricas em pedras preciosas, abrindo Minas, Goiás e Mato Grosso ao povoamento, dando vida ao movimento do Bandeirismo de apresamento, como em nenhuma outra parte se fizera, os paulistas colaboravam, de forma esplendida, para o devassamento e povoamento de enormes áreas, englobadas oficialmente dentro das fronteiras portuguesas, e, portanto, brasileiras, pelos tratados de limites do século XVIII. (PETRONE, 1970, p.134).

Ainda na visão desse autor, o bandeirismo de apresamento não deve ser considerado um trabalho de apresamento, pois não tinha como objetivo exclusivo a caça ao indígena, conforme aconteceu durante a primeira metade do século XVII, com as missões jesuíticas dos vales do Uruguai e Paraná.

Isso também é confirmado por Prado Júnior (1978), ao considerar o

bandeirismo de apresamento essencialmente exportador. As bandeiras invadiram todo o sertão brasileiro, atacando aldeias, exterminando elevados contingentes indígenas e explorando as riquezas minerais.

O colonialismo e o mercantilismo foram os fatores que favorecerem a exportação. Não se criou um mercado interno propriamente dito, pois o que se almejava era beneficiar a Metrópole. Esse processo de produção destinado à exportação continuou existindo, mesmo depois da Independência e do abandono ou superação do mercantilismo.

Nesse contexto, Brum (1998) ressalta que, por mais de quatro séculos, a economia brasileira funcionou como sendo totalmente voltada para a exportação, o que facilitou a implantação da monocultura. Para cada tipo de monocultura, traçavam-se planos de acordo com o produto de maior rentabilidade em certo momento histórico. Essa dependência pode ser observada com clareza nos ciclos econômicos que marcaram os quatrocentos anos de história brasileira, ou seja, de 1500 a 1900.

Por ciclo de produção, esse autor apresenta o seguinte conceito:

> o ciclo econômico pode ser definido como o período em que determinado produto, beneficiando-se da conjuntura favorável do momento, se constitui no centro dinâmico da economia, atraindo as forças econômicas-capitais e mão-de-obra e provocando mudanças em todo os outros principais setores da sociedade, como na criação de novas atividades, no uso de equipamentos, na distribuição das rendas, na constituição das classes sociais ou frações de classe, com o declínio de umas e ascensão de outras etc. (BRUM, 1998, p.131).

Os principais produtos cíclicos que beneficiaram as exportações, abrangendo o período de 1820-1930, foram o açúcar, seguido pelo algodão e café. Em seguida, o café assumiu a supremacia devido ao declínio acentuado do açúcar e do algodão nas exportações brasileiras. O ciclo da borracha foi de curta duração, ou seja, final do século XIX e início do século XX. Nesse período, constata-se, também, a reduzida participação global do cacau, por ser um ciclo regional localizado, restrito ao sul da Bahia.

A influência dos ciclos econômicos sucessivos, é às vezes superpostos, revela que o processo econômico foi totalmente mercantilista e dependente. Por ser uma economia primária, seu destino era atender à demanda externa. Internamente, visava alcançar os objetivos do latifúndio, do comércio exportador e importador e

dos traficantes de escravos.

Brum (1998) deixa bem explícito que a maioria da população brasileira vivia em condições subumanas de existência. O alimento para seu sustento e o de sua família era extraído de uma rudimentar agricultura de subsistência. Alguns produtores viviam sob a condição de pequenos proprietários, outros cultivando áreas de terras menos férteis dos latifúndios.

Nas mãos de poucos, a terra sempre foi fator de exploração, dominação e exclusão. A reduzida e poderosa classe senhorial beneficiou-se do latifúndio, ao controlar o poder econômico e político do país. Nesse sentido, Keller (1970), ao descrever o "habitat rural", faz questão de destacar a importância que assumem as atividades agrícolas na vida econômica do país. Por isso, acentua:

> o elemento central do habitat rural é a casa, marca concreta da ocupação permanente da terra pelo homem. Ela é o centro do conjunto formado pela exportação rural, na qual outros elementos constituem também objetos de interesse: os campos de cultura, as pastagem, os pomares, os jardins e as hortas, as entradas e os caminhos vacinais. As relações de posição e as funções destes diferentes elementos revelam os gêneros de vida dos habitantes, as estruturas agrárias e a organização econômica do espaço rural considerado (KELLER, 1970, p. 292).

Na visão dessa autora, a existência de pequenas unidades de cultura nas áreas agrícolas servia de residência aos proprietários, arrendatários e trabalhadores agrícolas, que se deslocavam diariamente para seus campos. Além dessas aglomerações rurais, existiam aldeias implantadas segundo um plano de colonização dirigida na zona colonial do Sul do Brasil.

Algumas áreas brasileiras que passaram por diferentes ciclos econômicos de curta duração, caracterizados por um modo de povoamento rural próprio e por uma estrutura fundiária e agrária típicas, geraram modificações sensíveis no arranjo das habitações e dos campos dentro do espaço rural.

A maior parte das terras povoadas destinava-se à criação de gados, a qual basicamente se associou à dispersão. Por isso Keller (1970) aponta que essa foi a forma dominante de povoamento para grande parte do território brasileiro, chegando a atingir diversos municípios.

O município de Jataí/GO, que conta com 112 anos (2007), está inserido nesse contexto histórico, pois, dentro dessa dinâmica de expansão da pecuária e da busca por minerais preciosos, buscou-se adentrar nesse território. As boiadas eram

levadas por um considerável número de pessoas, que fixavam seus acampamentos nas margens de córregos. O córrego Jataí, que passa dentro do município, recebeu este nome porque em algumas árvores localizadas na mata ciliar, se encontram abelhas jataí.

Os fatores sociais também agiam fortemente como elementos ordenadores da dispersão. A escola e a igreja estavam presentes no decorrer do surgimento das vilas, além do comércio de gêneros de primeira necessidade.

Assim, pode-se verificar que a amplidão de terras contribuiu para a formação das estâncias de criação de gado, grandes propriedades, resultantes da concessão de sesmarias. A ocupação e a exploração de terras no Brasil sempre chamaram a atenção de pesquisadores, devido às desigualdades existentes com relação à posse de terras.

Desde o final do século XIX, a questão agrária no Brasil tornou-se objeto de estudo, em razão da curiosidade que o assunto desperta entre os estudiosos. O folclore, os costumes e a conservação dos modos de vida dos camponeses são fatores que chamam a atenção dos estudiosos. Assim, Queiroz (1973) explica:

> [...] o aparecimento de novas produções, na mesma área ou em regiões vizinhas, pode muitas vezes determinar o aparecimento de uma nova camada social, diferenciada das que anteriormente existiam; assim, a rizicultura com suas transformações modifica a estratificação social de certas áreas. (QUEIROZ, 1973, p. 11).

De acordo com Graziano da Silva (1982), o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e a modernização da agricultura brasileira ocorreram por volta da década de 1950, quando se deu o rompimento com “as velhas formas de dominação, eliminando antigas relações de produção e ampliando as fronteiras agrícolas”. Essa mudança se deve à passagem dos Complexos Rurais para os Complexos Agroindustriais, o que se verifica no texto a seguir:

> [...] os complexos rurais constituíam uma forma autárquica de organização da produção rural onde a própria unidade produtiva provia as suas necessidade de insumos e instrumentos e equipamentos de trabalho. Nela também se desenvolviam a produção de manufaturas em geral, bem como a maior parte dos bens utilizados no processo de produção e na reprodução social da mão-de-obra. Praticamente, inexistia a divisão do trabalho entre o conjunto das atividades desenvolvidas. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 18).

Ainda na visão desse autor, nos complexos rurais, predominava uma economia em estágio natural, pois seus produtos constituíam bens de consumo final e possuíam características predominantes de valor de uso. Esses complexos passaram por uma crise de desestruturação após 1850, quando foram introduzidos novos elementos na forma de organização da produção agrícola. Essa crise prolongou-se até os anos de 1940, quando se iniciou o processo de modernização da agricultura brasileira.

Mesmo privilegiando algumas classes sociais, culturas e regiões do país, essa modernização agrícola foi conservadora e excludente, ressalta Graziano da Silva (1999). O que se buscava alcançar por meio dessa modernização era evitar que qualquer tipo de acesso à terra fosse propiciado para os trabalhadores rurais. Assim, no intuito de evitar grandes problemas de inchaço nos centros urbanos, as políticas agrícolas buscavam formas de organizar a geração de renda no meio rural, por intermédio de atividades ligadas ou não à agricultura.

Nesse sentido, pode-se constatar que o avanço do modo de produção agrícola e a modernização da agricultura serviram para favorecer a concentração de renda e de terras, além de alterar as relações de trabalho.

São essas mudanças que ocorrem no campo que chamam a atenção dos pesquisadores. Porém os caracteres do campesinato continuam os mesmos, conforme descreve a maioria dos autores. A família sempre constitui a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que os produtos colhidos do resultado de seus trabalhos satisfazem às necessidades básicas da vida. É a família que proporciona a subsistência de todos os seus membros, por isso, a junção família-empresa agrícola pode contribuir para o estabelecimento de uma comunidade de posse e uma de consumo, além da comunidade de trabalho que se encontra sob a autoridade do pai de família.

Pode-se afirmar que os camponeses ainda praticam a policultura e a criação de seus produtos em pequena escala; possuem nível de escolaridade baixo; sua tecnologia é pré-industrial; cultivam pequenas áreas; empregam mão-de-obra familiar em suas plantações e, também, podem utilizar algum trabalho exterior à família, remunerando-o de diversas maneiras. Politicamente, dependem da cidade para manter o seu ritmo de vida; no entanto pode-se facilmente preservar sua independência econômica com relação a elas.

De acordo com Moura (1988), o camponês vive na terra e se alimenta do que

ela produz. Sua atividade resume-se em plantar e colher alimentos que vão para sua mesa e para o de seu patrão, que é o proprietário da terra. Portanto, o camponês é o trabalhador que, diretamente, se envolve com a natureza, para retirar dela os recursos para sua sobrevivência e de sua família, além de gerar lucros para os fazendeiros.

Os contatos sociais do camponês ocorrem tanto na pequena comunidade onde vive, como se estendem a habitantes distantes, sendo mais diretamente à população das cidades vizinhas. Dentre as várias descrições apontadas por Moura (1988) a respeito do camponês, convém ressaltar:

> [...] cultivador de pequenas extensões de terra, as quais controla diretamente com sua família. Esta visão é bastante difundida nos livros de ciências sociais, e tem por objetivo identificar a condição camponesa com o controle direto sobre a terra onde habita e produz. Tal controle pode adiar do costume ou da propriedade privada garantida pelo código civil. Alguns autores denominam esse pequeno proprietário rural de camponês parcelar (MOURA, 1988, p. 12).

Essa primeira definição, apontada por Moura (1988), leva-nos a compreender o camponês como um trabalhador que cultiva pequenas extensões de terra para sobreviver com sua família. Os livros de ciências sociais divulgam esta definição, pois identifica a condição camponesa com a administração da terra onde reside e produz para a sua subsistência.

Outra forma de conceituar o camponês é considerá-lo como o cultivador que explora a terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural. Por meio do seu trabalho e de seus familiares, todos os cultivadores dedicam-se a plantar e transferir os excedentes de suas colheitas aos que não trabalham a terra. Nesse novo conceito, o camponês passa a ser considerado um produtor que produz para sobreviver. (MOURA, 1988, p. 16).

Os processos sociais e as revoluções que ocorrem no campo têm abordado uma questão preocupante, a extinção do campesinato. Contudo o camponês ainda continua existindo, portanto, é mais correto falar em “recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista. Nem mesmo nas sociedades socialistas é possível falar numa abolição do trabalho familiar camponês”. (MOURA, 1988, p. 18).

Pode-se observar que a separação física da família não corresponde à separação social. Assim, é impossível confundir distância com rompimento familiar.

Muitas famílias camponesas que residem na Comunidade Rural da Onça são migrantes do Sul do País e chegaram a Jataí (Goiás) em busca de terras produtivas para cultivar inicialmente soja para exportação. São as grandes propriedades que estão localizadas no entorno do Córrego da Onça. Já as famílias pesquisadas são goianas e muitas herdaram as pequenas propriedades em que residem.

Os camponeses sempre dependeram de uma classe social superior, esta composta de fazendeiros, de criadores de gado, de comerciantes, de chefes políticos. No século XX, o campesinato brasileiro já se encontrava em vias de desaparecimento, persistindo ainda em algumas outras localidades. Os sitiantes tradicionais encontram-se em decadência, e Queiroz (1973) enfatiza que a produção tende mais a organizar-se sob a forma capitalista, voltada para o mercado e para o lucro, conforme esclarece no trecho abaixo:

> assim, aquela camada de sitiantes autônomos que, no passado, ocupou um nível social intermediário na estrutura rural, tende a se integrar, na sociedade global moderna do país, como um estrato de situação social inferior. [...] sua degradação econômica os transforma em precários consumidores, ao mesmo tempo em que lhes acarreta uma posição social subalterna e muito baixa. Quando comparada sua existência com os padrões tradicionais, ela se alterou para pior. Quando comparada com os padrões atuais da sociedade brasileira industrializada, o termo que a define é “miséria” (QUEIROZ, 1973, p. 46).

A agricultura familiar que se integra ao mercado e torna-se capaz de incorporar os principais avanços técnicos, respondendo às políticas governamentais, não pode ser caracterizada como “camponesa”, destaca Abramovay (1998). Por isso, este autor ressalta a necessidade de distinguir essas duas formas fundamentais de produção familiar.

O principal fator de diferenciação desses produtores, de um exercício classificatório levado adiante pelo cientista social, encontra-se no interior da mercadoria em que emerge a forma particular de socialização, cujo resultado é a necessária divisão da sociedade em classes sociais. Essa divisão traz como conseqüência a luta de classes e toda a organização social.

Wanderley (1979), considera a questão agrária, no Brasil, um assunto muito complexo de ser analisado. Na sua visão, a propriedade fundiária não constitui uma “forma burguesa”, capitalista, mas representa uma dominação indireta do capital sobre a própria agricultura.

Ainda na visão dessa autora, desde o início da história do Brasil, a apropriação da terra decorre do fato de que a classe que a realiza não se diferencia daquela que possui os meios de produção agrícola e se define, fundamentalmente, como dirigente do processo produtivo. Além de proprietária da terra, essa classe apropria-se do conjunto dos recursos produtivos aplicados no meio agrícola.

A apropriação da terra é, portanto, o único elemento basilar para que um indivíduo se torne fazendeiro. Ele deve possuir, além da terra, controle sobre as atividades desenvolvidas no campo, por meio da propriedade dos meios de produção industriais correspondentes. Assim, a apropriação da terra aparece apenas como condição para a realização do "lucro" do empreendimento global.

Também Wanderley (1979) esclarece que a propriedade fundiária representa, no Brasil, uma forma de redução dos custos de produção agrícola, uma vez que fornece a base para seu crescimento extensivo. Essa redução é obtida pela exploração da fertilidade natural do solo e dispondo de grandes extensões de terra, a fim de realizar a rotação de seu uso. É essa eliminação nos custos de produção, do preço da terra e a redução de parcelas significativas do capital e variável que favorecem a garantia da margem de "lucro" a ser alcançada no processo produtivo.

No entanto Prado Júnior (1978) considera que a questão agrária no Brasil mantém traços que comprovam as origens históricas do capitalismo brasileiro. A economia agrária-exportadora continua marcada pela união entre a condição essencial da terra e a do capital. Assim, a propriedade territorial representa o alicerce para o capitalista investir seu capital. Torna-se uma empresa mercantil, passando a sofrer, por sua própria natureza, as contingências conjunturais que sua atividade comercial exige.

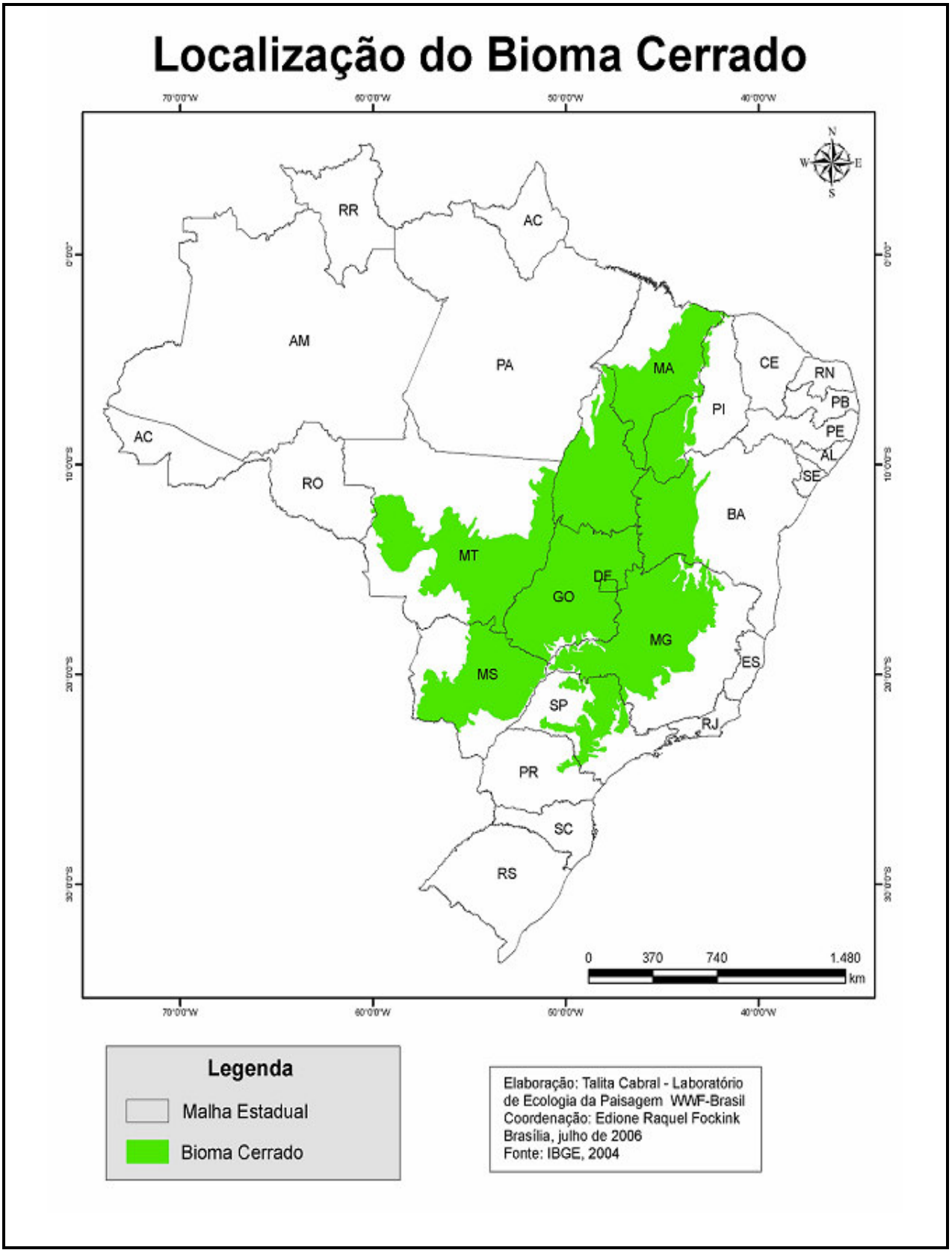
2.2 O Centro-Oeste e a Região Sudoeste Goiana: inserção no espaço agrário nacional

Esta parte do trabalho apresenta o processo de desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e tem como principal campo de estudo o município de Jataí-GO. Também se busca uma descrição do bioma cerrado, formação vegetal nativa que cobre o estado de Goiás, Tocantins, Distrito Federal e porções dos Estados do

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, parte do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Pará, Rondônia. É o segundo ecossistema em extensão do Brasil, pois o primeiro é a Amazônia, que ocupa, aproximadamente, 25% do território brasileiro. O cerrado é uma formação savânica tropical, que cobre 2 milhões de km^2 e corresponde a 23,1% do território brasileiro, conforme WWF-Brasil 2000.

No mapa 1, encontramos em destaque o Bioma do Cerrado no Brasil.

MAPA 1 – Localização do Bioma Cerrado.



Fonte: IBGE, 2004.

Na primeira metade do século XX, ocorreu a incorporação de um processo produtivo mais dinâmico. Esse processo teve início com a expansão da pecuária mineira e, em seguida, com a agricultura. O espaço geográfico favoreceu essa incorporação. Apesar de a região Sudeste Goiano ser cortada pela ferrovia e ter recebido influência de novos investimentos, nela foram implantadas várias estradas de rodagem.

Porém, foi a partir de 1940 que a estrutura regional do Sudoeste Goiano mudou efetivamente. Nessa década, ocorreu a introdução de uma agricultura comercial, como o arroz e o algodão. O município de Jataí – Goiás foi um dos beneficiados por essa modernização. Na década de 1970, foi introduzida a cultura da soja e, conseqüentemente, deu-se a modernização da agricultura. Todos esses investimentos desencadearam transformações sem precedentes em Goiás. Atualmente, esta região concentra a maior produção agrícola, com agroindústrias importantes, junto de uma agricultura altamente comercial (IBGE, Modernização da Agricultura no Sudoeste de Goiás. Rio de Janeiro, 1982).

Nesse sentido, a produção agrícola e a pecuária representam a base da estrutura fundiária, concentrada nas terras do sudeste goiano. Nas grandes propriedades agrícolas, atualmente, a agricultura é totalmente mecanizada, o que faz com que utilize pequena parcela da mão-de-obra e monocultura voltadas para a exportação.

Devido à dificuldade estrutural que a economia brasileira vem enfrentado, a indústria sempre se opôs a políticas estáveis de preços que contribuíssem para aumentos significativos de produtividade para o setor. Nesse sentido a indústria de leite e lacticínios teve um crescimento e modernização de acordo com o rendimento da população média e alta. Porém, em sua totalidade, a capacidade aquisitiva dessas indústrias não promoveu a modernização da pecuária leiteira.

A disponibilidade do território brasileiro e o caráter misto da pecuária (carne e leite) proporcionaram crescimento horizontal, expandindo para a região Centro-Oeste. Nesta região, a indústria de laticínio conseguiu manter o abastecimento da matéria-prima, pois teve o apoio de uma forte política de subsídio. No entanto não passou por um processo de modernização como deveria.

O processo de industrialização da agricultura da região Centro-Oeste e do Estado de Goiás ocorreu de acordo com as necessidades do mercado consumidor existente na região Sudeste. A terra foi desbravada pelas culturas temporárias,

sendo, em seguida, preparada para a atividade pastoril. O pequeno produtor tinha pouco acesso ao crédito, o que dificultava a modernização da agricultura. Assim, para aumentar o poder de barganha, esses agricultores e pecuaristas diversificavam as atividades camponesas e, respectivamente, seus produtos.

A pecuária leiteira, que abrange a criação e a reprodução do gado, além da produção do leite, exige uma tecnologia avançada que possa favorecer o processamento de produto. Muitos produtores não conseguem investir nesta área de modernização agrícola e continuam residindo no campo, desenvolvendo atividades agrícolas e pastoris.

Para muitos agricultores e pecuaristas, o desenvolvimento tecnológico tornou-se inviável. Tendo em vista a pouca disponibilidade de recursos, é quase que impossível a esses agricultores e pecuaristas conseguir superar os desafios de seus concorrentes, as indústrias de laticínios, e manter um alto padrão de qualidade em seus serviços e produtos derivados da agricultura e pecuária.

De acordo com Jank e Galan (1997), apenas os produtores especializados conseguirão adaptar-se às exigências do mercado, enquanto os demais tendem a desaparecer. Assim, o futuro do pequeno agricultor vai depender da redução de custos ligados à área de transporte, da qualidade do pasto e de seu gado. Portanto, torna-se essencial um plano de desenvolvimento voltado para o pequeno produtor familiar, a fim de possibilitar não somente a sua permanência na zona rural, mas também a expansão e obtenção de uma renda familiar que possa satisfazer às necessidades de sua família.

Até a década de 1950, a Região Centro-Oeste conseguiu manter sua economia voltada para a agricultura extensiva e para a pecuária. Produziam-se alimentos básicos para auto-suficiência com a comercialização do excedente. Entretanto, a partir de 1930, mudanças começaram aparecer nesta região brasileira.

Ribeiro (2003) aponta que, por esse fator, a década de 1930 constitui “um marco decisivo nas políticas nacionais de colonização, integração nacional e interiorização dos recursos escudados nas políticas desenvolvidas pelo Estado”. Essas mudanças propiciaram o deslocamento populacional em todo o território nacional e resultaram em investimentos na área agrícola. A Região Centro-Oeste foi uma das beneficiadas com esses deslocamentos populacionais. Isso se verifica no seguinte texto:

> o Centro-Oeste brasileiro, que, até então tinha pouca importância no contexto econômico nacional, passou a obter os impulsos necessários para a valorização das suas terras e teve na transferência da capital federal para o Planalto Central brasileiro, em 1960, um fator decisivo para a integração desta fração territorial ao restante do país, a partir da construção das rodovias e dos incentivos para a instalação dos projetos de mineração e de pecuária no Centro-Norte do país. (RIBEIRO, 2003, p. 19).

Na visão dessa autora, a instalação de projetos de mineração e de pecuária, a transferência da capital federal para o Planalto Central brasileiro e a construção das rodovias favoreceram a integração e o desenvolvimento da região Centro-Oeste. Essas mudanças ocorreram na década de 1960 e fizeram com que o interior do país se tornasse passível de um novo tipo de ocupação, povoamento e exploração embasado no capital e em modernos processos de produção.

Por ser a região Centro-Oeste rica em cerrados, esta recebeu instrumentos técnico-científico capazes de gerar uma agricultura altamente mecanizada. O processo de exploração do solo goiano seguiu os princípios adotados no sul do país, embora com diferenciações significativas, como descreve Ribeiro (2003).

Na década de 1970, essa imensa área era considerada sem aproveitamento econômico. Sua exploração, quando ocorria, girava em torno da pecuária extensiva. No entanto, essa área passou por um processo de inversão e, hoje, os cerrados são considerados a maior área de expansão agrícola do mundo. Esse processo de ocupação do cerrado tem a contribuição do governo federal, além do investimento do capital estrangeiro para a modernização de máquinas agrícolas.

Quando se observa o ecossistema cerrado, o que se verifica é o predomínio de fitofisionomias menos densas, que corresponde a um conjunto de árvores retorcidas e pequenas, arbustos de um verde escuro, geralmente, empoeirado e seco. Na foto 1, encontra-se amostra de árvores típicas do cerrado já fazendo parte da paisagem modificada, pois verifica-se a presença de brachiaria[5], uma espécie de pastagem para o gado.

---

[5] Nome científico: B. *decumbens* cv. Basilisk

FOTO 1 – Vegetação de Cerrado no município de Jataí/GO
Autora: FOCKINK, E. R., 2006.

Além dessa visão de conjunto de árvores retorcidas e pequenas, o bioma cerrado também revela uma diversidade de flores de cores fortes, contrastando com os arbustos cinzentos. Por isso, o bioma cerrado desperta o interesse de pesquisadores desde o século XX, a fim de encontrar explicações sobre a ocorrência dos cerrados e suas variações fisionômicas, além dos fatores que exercem influência na ocorrência desse tipo de vegetação.

"O aspecto fisionômico é o visível, marca a paisagem, destaca as diferenças dos cerrados no sentido empírico, ou seja, aquilo que é observado a olho nu". (PEIXINHO, 1998, p. 10).

De forma resumida, Peixinho ressalta que o cerradão caracteriza-se por pequenos bosques isolados, localizados principalmente onde não é muito intensa a ação humana. O tipo de terreno e as características químicas do solo são os principais fatores que contribuem para variar sua fisionomia. Os troncos dos indivíduos arbóreos apresentam-se mais ou menos retos, e a sua altura varia entre 8 e 15 metros de altura. Entre esse abstrato, normalmente, desenvolve-se um estrato inferior adensando a vegetação.

A inserção do Centro-Oeste na área de fronteira agrícola iniciou-se na década de 1930, com a finalidade de atender ao mercado consumidor de produtos agrícolas

da região Sudeste. Assim, Bezerra e Cleps Jr. (2004) descrevem:

> [...] o desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste esteve diretamente ligado ao desenvolvimento industrial do país, que se iniciou na região Sudeste nesse período.
> A necessidade de um custo de mão-de-obra mais barato levou a indústria a pressionar o setor agrícola, para que ele elevasse a oferta de bens primários, buscando, conseqüentemente, uma redução dos preços dos produtos agrícolas. Com uma maior oferta de produtos agrícolas, menor seria o custo da força de trabalho industrial, sendo que isso seria fundamental para o fortalecimento do setor industrial brasileiro. (BEZERRA & CLEPS Jr.2004, p. 31).

A respeito do processo de ocupação do cerrado na década de 1930, a WWF-Brasil (2000) ressalta que a chegada da estrada de ferro impulsionou o dinamismo econômico, permitindo a interligação dessas regiões com as mais urbanizadas do país. Na década de 1940, foram traçadas políticas públicas direcionadas para a ocupação do estado de Goiás, o que culminou com a criação da Colônia Agrícola do estado. Esse é considerado o primeiro passo na “marcha para o oeste” no território brasileiro. Essa marcha consolidou-se com a construção da Capital Federal, na década de 1950, no centro do cerrado, e a emancipação de vários municípios da região.

As conseqüências da construção de Brasília, em fins da década de 1950, podem ser observadas no texto a seguir:

> a ocupação dos cerrados só assumiu um caráter mais dinâmico com a construção de Brasília em fins da década de 1950. Este fato além de transferir a capital para o planalto central, criou também um sistema rodoviário ligando a nova capital ao núcleo mais dinâmico do país – o centro-sul. E ainda estenderam rodovias a partir da capital federal até a região amazônica que beneficiaram a penetração da região dos cerrados, como as Rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém. (PEIXINHO, 1998, p. 34).

Este autor também esclarece que a infra-estrutura tornou acessível a incorporação de novas terras, principalmente, à pecuária. Isso confirma o papel fundamental que os investimentos realizados pelo governo federal, na década de 1950, desempenharam no processo de ocupação do Centro-Oeste.

Também é importante destacar que a região Centro-Oeste foi alvo central dos programas de ocupação econômica do cerrado: o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado - e o PRODECER – Programa Cooperativo Nipo-

Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado. Assim, a partir de 1950, Goiás conheceu uma profunda aceleração produtiva e populacional, resultado do processo de ocupação das áreas de fronteiras, é o que salienta Bezerra e Cleps Jr. (2004):

> o período em análise teve crucial importância para o estado de Goiás, pois foi marcado pela inserção do estado no processo de modernização da agricultura, e também por um aumento populacional significativo. [...] é a partir da década de 1950 que o estado começa a apresentar um crescimento populacional que supera os números nacionais, sendo que, em 1950, a população goiana representava 1,9% da população brasileira e em 1970 esse número chegava a 3,2%. (BEZERRA & CLEPS JR. 2004, p. 3).

Esses autores descrevem que o início da construção de Brasília e a abertura da rodovia Belém-Brasília, que foi inaugurada em 1959, são os principais fatores que facilitaram o aumento populacional no estado de Goiás. Além desses fatores, outro que também contribuiu foi o surgimento de grandes programas de colonização, resultado de parcerias entre o governo e empresas privadas. Esses investimentos atraíram pequenos produtores de outras regiões, especialmente do Sul do país.

Peixinho (1998) salienta que a idéia de alto investimento favoreceu uma concepção ideológica de que as terras de cerrado só poderiam ser viáveis para os grandes proprietários que tivessem capital para investir em maquinários de última geração. Essa concepção ideológica norteou o processo de ocupação das terras do cerrado. O autor ainda ressalta que:

> o fato de ser preciso um alto investimento financeiro para dotar as terras de cerrado das condições necessárias para produção, não significa que a pequena propriedade não pudesse fazê-lo. Isto porque os recursos investidos nos grandes projetos foram oriundos dos subsídios do Estado. Esta exclusão da pequena propriedade não se dava nos níveis de sua eficiência para a ocupação dos cerrados, ela se dava na concepção do tipo de produtor que se queria criar nos cerrados. (PEIXINHO, 1998, p.34).

De acordo com o pensamento desse autor, a ideologia criada com relação à ocupação do cerrado favoreceu a concepção de que essas terras necessitavam de um produtor “moderno”, que pudesse incorporar um modelo tecnológico baseado no consumo de máquinas e insumos produzidos pela indústria e que se voltasse para uma produção de culturas de exportação. Esse tipo de produtor excluía o

latifundiário atrasado e o pequeno produtor familiar.

Assim, a exploração do cerrado permitia o começo de um novo projeto para mudar as relações de produção na agricultura brasileira. Nesse sentido, a ocupação dos cerrados não se limitava apenas à simples expansão sobre terras “não ocupadas”, mas assumia o significado de um Brasil “novo e moderno”, descreve Peixinho (1998).

Para atender ao mercado paulista, foram introduzidas novas técnicas de trabalho baseadas na nova racionalidade técnica e científica, que inovavam a agricultura. A antiga estrutura produtiva adotada pelos agricultores que povoaram a região Centro-Oeste, fazia com que tal porção do Brasil Central fosse pouco utilizada para o cultivo de lavouras temporárias. O cerrado também era considerado área de vegetação pobre e solos com pouca fertilidade. Isso exigia a utilização e técnicas modernas de produção, além do preparo do solo, tornando-o qualificado para o cultivo intensivo e adaptável ao modelo de agricultura modernizada.

O cenário dessas transformações fez com que a produção de soja, que era viável apenas nas regiões Sul e Sudoeste do Brasil, tornasse um excelente investimento para os agricultores que residissem na região Centro-Oeste.

A modernização da agricultura na região Centro-Oeste promoveu o incentivo para plantação de soja, que antes era cultivada apenas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. O Estado de Goiás foi um dos beneficiados com essa modernização agrícola e continua despertando o interesse de novos produtores para investir nesse ramo.

A ocupação das novas áreas para o plantio agrícola e investimento tecnológico exigia um processo de seleção, a fim de identificar as regiões com melhor oferta de infra-estrutura, condições topográficas favoráveis à mecanização e proximidade de jazidas de calcário. Esses fatores são indispensáveis para a correção dos solos ácidos do cerrado.

Por ser o cerrado considerado área de vegetação pobre e seus solos tidos como pouco férteis, a estrutura produtiva, descrita por esses autores, fazia com que a região Centro-Oeste fosse pouco utilizada para o cultivo de lavouras temporárias. A utilização de técnicas modernas de produção aplicadas às áreas de cerrado alterou a forma de exploração da terra. Com o uso de técnicas modernas de produção o solo foi qualificado para cultivo intenso e novos cultivos passaram a compor a paisagem agrícola, como as lavouras de soja e o cultivo do milho em

escala comercial.

Uma vez que a produção se destinava sobretudo ao mercado externo, as áreas selecionadas, além de dinamizarem o desenvolvimento do seu entorno, deveriam possibilitar a ligação com os centros consumidores e especialmente com os portos através dos corredores de exportação. Outro aspecto levado em consideração ao selecionar tais áreas foi a existência de reservas de calcário, pois este é de grande importância na correção dos solos dos cerrados.

Peixinho (1998) ainda esclarece que um dos instrumentos mais importantes para a existência do POLOCENTRO foi o crédito subsidiado e a construção do chamado "corredor de exportação". Nesse período (1975/1979) foram criadas condições para que o Banco do Brasil pudesse distribuir e acompanhar a fiscalização da aplicação dos recursos. Também ampliou a rede oficial de empresas de assistência técnica nos estados, surgindo a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –, que centralizou todas as pesquisas do governo federal para desenvolver e/ou difundir tecnologias direcionadas para o aproveitamento dos cerrados.

Essas condições materiais impostas pelo governo federal contribuíram para a definição do tipo de produtor que estaria produzindo nos cerrados. Para o governo, o produtor não podia ser pequeno produtor rural (minifundiário), não integrado ao mercado, nem o grande produtor rural (latifundiário). Esse novo sistema produtivo seria desenvolvido mediante uma transformação fundiária que possibilitasse a criação da figura do empresário rural do Estatuto da Terra.

O reconhecimento do potencial agroindustrial do Centro-Oeste, no final da década de 1980, favoreceu a implantação das primeiras agroindústrias na região, que tinham como principal objetivo o aumento da competitividade.

Devido às condições climáticas favoráveis, o grande potencial de produção da região Centro-Oeste atraiu o capital agroindustrial, consolidando um processo de integração de cadeias produtivas, em especial, as cadeias grãos-rações-carnes e grãos-farelos-óleos. As barreiras que outrora eram consideradas insuperáveis foram eliminadas, e a região Centro-Oeste tornou-se, na década de 1980, um pólo de atração de capitais do Centro-Sul, particularmente das chamadas empresas líderes que atuam na área agroindustrial.

Outro fator que se refletiu substancialmente no processo de desenvolvimento agrícola da região foi a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM. No entanto

a grande participação do Estado de Goiás na formação de preços dos produtos agrícolas gerou uma barreira ao desenvolvimento agrícola da região no longo prazo. Comentando essa política, Bezerra e Cleps Jr. (2004) relatam:

> a PGPM não foi uma política regionalizada, os custos de transportes não eram levados em conta, beneficiando ou não determinadas regiões do país. No caso do Centro-Oeste, essa não-regionalização da PGPM significou dificuldades e sua integração a mercados consumidores, devido ao alto custo de transportes. Tendo em vista estes problemas, o Estado foi forçado a assumir o monopólio da comercialização agrícola do Centro-Oeste. (BEZERRA & CLEPS Jr. 2004, p. 45).

Diante desse contexto, pode-se afirmar que a PGPM não concorreu para o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste a longo prazo, uma vez que não propôs solucionar problemas relacionados com a infra-estrutura e de caráter institucional. Também desestimulou o desenvolvimento das atividades agrícolas, comerciais e industriais das empresas consumidoras de grãos, cujos preços foram artificialmente tornados elevados.

Conforme destacam os referidos autores, foi somente na década de 1990, que a região Centro-Oeste se libertou da participação do Estado e passou a desenvolver-se com seus próprios meios. A partir dessa década, a referida região passou a cumprir um papel estratégico na expansão agrícola brasileira, pois combinou a expansão de área com o aumento de produtividade, em muitos casos, superior ao de outras regiões. Além de tudo isso, tornou-se uma importante área produtora de grãos para o mercado interno e externo, o que veio a gerar, de um lado, uma grande propriedade competitiva em nível nacional e, por outro, uma agricultura familiar sem condições para competir com os agricultores desse segmento nas demais regiões e estados do país.

O Estado de Goiás, que integra a região Centro-Oeste, contribui para a produção de soja. Somente neste estado, 4 das 18 microrregiões respondem por 90% da produção estadual de soja. Essas microrregiões localizam-se nos contornos de Brasília e Goiânia, grandes centros urbanos, e no sudoeste de Goiás, zona de saída para o estado de Mato Grosso, e o sudeste brasileiro (WWF – Brasil. 2000).

Além da lavoura de soja, o cultivo de milho em escala comercial também passou a compor a paisagem agrícola goiana. Na década de 1970, com a modernização da agricultura e a preparação do solo, o cultivo de milho concentrado

em Goiás apresentou grande expansão.

Sendo assim, a (re)organização da produção agrícola refletiu-se na paisagem regional, não só na economia, mas também no “novo” conteúdo do espaço geográfico que, passando por um processo de remodelação, favoreceu as novas tendências da agricultura moderna. Com essa mudança na agricultura goiana, inicia-se a (des)estruturação das organizações socioespaciais. Assim, após a incorporação de novas técnicas agrícolas, um novo (re)arranjo espacial passou a ser identificado, o que se verifica no texto a seguir:

> alterações no uso da terra e nas relações de produção e de trabalho e a incorporação de novos instrumentos de trabalho integraram o município de Jataí, bem como o Estado de Goiás e o Centro-Oeste brasileiro, a um novo (re) arranjo econômico nacional e internacional, ocasionando uma reestruturação da organização espacial regional preexistente. (RIBEIRO, 2003, p. 21).

Dessa forma, o Estado de Goiás tornou-se agente direto na condução de novos caminhos trilhados para a agricultura brasileira a partir de 1960, uma vez que propiciou a sustentação básica à implementação do “moderno” ao rural brasileiro, gerando a consolidação dos Complexos Agroindustriais.

Ribeiro (2003) aponta que, na década de 1970, o eixo Rio Verde – Jataí, incorporando a BR – 060, canalizou recursos para o desenvolvimento do capital nas atividades agrícolas da microrregião. Durante essa década, o espaço geográfico passou por fortes impactos na sua reorganização, a fim de adequar-se ao novo modelo de organização e produção agrícola existente no país. Para a integração desse espaço ao cenário produtivo e econômico nacional, a concessão de crédito e a implantação de infra-estrutura foram altamente estimuladas.

Assim, as transformações que ocorreram no cenário rural extrapolaram o setor agrícola e também resultaram em mudanças em outros setores da economia, como na área de prestação de serviços, nos diversos níveis de organização do trabalho e também no espaço urbano. A respeito dos municípios que integram a microrregião do Sudoeste de Goiás, comandada basicamente pelo eixo Rio Verde – Jataí, Ribeiro (2003) fundamenta que o crescimento da população, no período que vai de 1970 a 1991, foi altamente positivo e se refletiu no desenvolvimento das cidades pólos Jataí e Rio Verde.

A região Sudoeste goiana desenvolveu-se como uma extensão do processo

de expansão do Sudeste do país. Essa região sofreu os mesmos mecanismos de apropriação de terras e inserção naquele mercado. A única diferença foi a articulação que ocorreu através de estradas de rodagem.

Sendo cortada pela ferrovia, na região Sudeste de Goiás, foram implantadas estradas de rodagem. A finalidade dessas estradas era servir aos municípios do sudoeste. Esse processo de modernização alterou a estrutura regional que, após 1940, mudou efetivamente com a introdução de uma agricultura comercial voltada para a comercialização do arroz e do algodão, em municípios como Jataí, Rio Verde, Santa Helena, Quirinópolis, Paraúna, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, dentre outros (RIBEIRO, 2003, WWF-Brasil 2000, PEIXINHO, 1998).

Assim sendo, a introdução da soja da década de 1970 e a modernização da agricultura desencadearam profundas transformações no Estado de Goiás, que, hoje concentra a maior produção agrícola, com agroindústrias importantes, contando com uma agricultura altamente comercial. Atualmente, as melhores terras do sudoeste goiano abrangem uma produção agrícola e pecuária importante, tendo como base uma estrutura fundiária concentrada. Pode-se verificar que nas grandes propriedades do sudoeste goiano, a agricultura é altamente mecanizada. Utiliza-se pouca mão-de-obra e pode-se identificar a existência de monoculturas direcionadas para a exportação, caso da soja e do milho. Com isso, torna-se necessário descrever o município de Jataí-GO, apontando sua localização na microrregião do Sudoeste de Goiás e seus aspectos geográficos, econômicos, sociais e agrícolas.

2.3 Município de Jataí-GO: localização e caracterização

Jataí está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, no estado de Goiás, situada na Mesorregião do Sul Goiano e na Microrregião do Sudoeste de Goiás, como mostra o mapa 2. O Sudoeste de Goiás é composto por 18 municípios. Jataí foi emancipada em 31 de maio de 1895 e, em 2005, a sua estimativa populacional era de 83.479 habitantes[6], sendo que, aproximadamente, 90% da população era urbana.

[6] Informação do site: http://www.ibge.gov.br/cidades@.

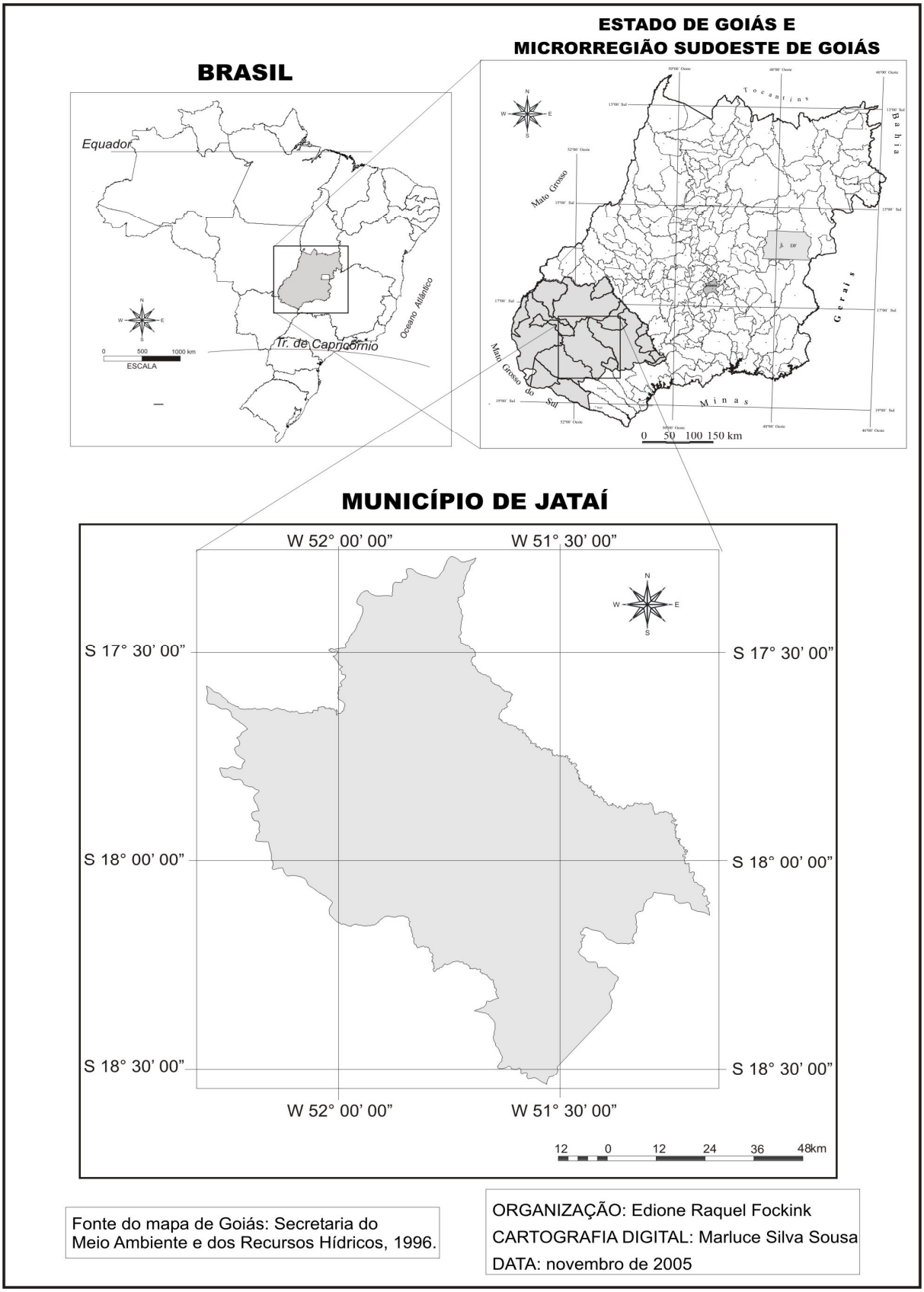
A sede municipal tem sua posição geográfica determinada pelo paralelo de 17º 55’ 53’’ de latitude e 51º 42’ 52’’ de longitude oeste, e as altitudes variam de 500 a 900 metros em média. Seu território está localizado no Planalto Meridional. O clima predominante é o *Awa* – Megatérmico, Tropical chuvoso com chuva no verão e seca no inverno[7] e a vegetação natural é formada por Cerrados.

Sua área é de 7.174 km^2, o que coloca esse município no 6º lugar em extensão territorial de Goiás, estado que possui 246 municípios, sendo que o primeiro é Niquelândia com 9.843 km^2.

O município de Jataí está inserido na vegetação de Cerrados, o que possibilitou o avanço de novas fronteiras agrícolas, viabilizando na produção para exportação.

[7] Conforme classificação de Köppen.

MAPA 2 – Localização do município de Jataí / GO.



A agricultura familiar em Jataí recebe incentivos econômicos do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – por intermédio da Cooperativa de Crédito de Jataí – CREDIJAT,- em que, aproximadamente, onde aproximadamente 285 pequenos produtores têm sido beneficiados, tanto no investimento quanto no custeio, mediante as linhas de financiamentos do PRONAF. A CREDIJAT possui mais de 473 sócios[8]. Os pequenos produtores familiares também recebem instrução de professores e alunos dos cursos de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí.

A estrutura fundiária de Jataí está representada no quadro abaixo, conforme o plano municipal de ações integradas da Agência rural – criada por meio da lei n.º 13.550 de 11 de novembro de 1999, vinculada à secretaria de agricultura, pecuária e abastecimento.

TABELA 1: Estrutura Fundiária de Jataí/GO – 2003.

Classificação da Estrutura Fundiária (Módulo Fiscal)	**Área (ha)**	**Imóveis**	
		Quantidade	**Área (ha)**
Pequena propriedade (0-4)	0 a 160	1.304	77.690,50
Média propriedade (4-15)	160 a 600	829	264.380,70
Grande propriedade (mais de 15)	mais 600	346	470.094,40

FONTE: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Elaboração do SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatísticas Socioeconômicas. 2003.
OBS: Cada módulo fiscal equivale a 40 hectares no município.

A estrutura fundiária do município de Jataí/GO reflete a concentração de terras, que compete com a situação histórica e atual da realidade agrária brasileira.

Conforme dados fornecidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), SEPLAN-GO/Gerência de Estatística Socioeconômicas 2003, Jataí possui 1.304 imóveis de pequenas propriedades, totalizando uma área de 77.690,50 hectares, e 346 imóveis de grandes propriedades, que resultam numa área de 470.094,40 hectares. Um número considerável de pequenas propriedades 3,8 vezes maior que o número das grandes propriedades e possuindo uma área 6

[8] Conforme relatório CREDIJAT – exercício/2005.

vezes menor que a área total das grandes propriedades.

Por se tratar de um município onde a pequena propriedade rural concentra maior quantidade, torna-se fundamental analisar a modernização agrícola e as alterações socioeconômicas que ocorrem em Jataí/GO.

2.4 A modernização agrícola e as transformações socioeconômicas no município de Jataí-GO

Os investimentos e a canalização de recursos destinados à produção agrícola resultaram em benefícios para alguns municípios goianos, e Jataí foi um desses. Ribeiro (2003) ressalta que, além de possuir todos os quesitos necessários para obtenção dos benefícios financeiros, Jataí apresentava outra característica indispensável para o desenvolvimento agrícola: a disponibilidade de jazidas de calcário. Por ser um componente básico para a correção da acidez dos solos do cerrado o calcário se constitui num componente básico para a correção da sua acidez.

A produção de grãos em Jataí começou a destacar-se a partir da década de 1980. Isso resulta no aproveitamento de terras ociosas, já “abertas” com pastagens, para a produção de cultura de soja e do arroz. Posteriormente, assas terras foram aproveitadas para o mercado externo. Dentre os produtos para exportação, a soja estava em pauta, pois, desde 1973, os grandes produtores mundiais desta oleaginosa registravam déficits em seus estoques.

Ribeiro (2003) aponta que um dos fatores que favoreceram a incorporação e a difusão de tecnologias de produção agrícola em Jataí foi o tipo de migração que ocorreu nesse município. No final da década de 1970, o referido município recebeu em seu território os “sulistas” (entendidos como todos os migrantes oriundos do Sul e do Sudeste). A presença dos sulistas gerou a expansão das frentes de agricultura comercial.

Dotado de um novo perfil produtivo, o contingente de migrantes promoveu transformações na produção agrícola do município e na redefinição das relações de produção, bem como mudanças nas relações de trabalho no campo. De acordo com Ribeiro (2003), estas mudanças são resultados da então chamada “modernização

da agricultura".

Na visão dessa autora, mesmo ocorrendo mudanças na agricultura de Jataí, esta preserva os traços do conservadorismo mantendo uma estrutura fundiária concentrada. Esta concentração é, por sua vez, consorciada com a mecanização das atividades agrícolas, bem como o emprego intensivo de tecnologias químicas e biológicas. Além disso, poupam trabalho, refletem-se na reorganização das relações trabalhistas e no uso do trabalho humano no campo.

O proprietário de pequenas extensões de terra não conseguiu usufruir das políticas públicas. De acordo com essas políticas, a dimensão da propriedade representa o requisito básico para a concessão dos benefícios impostos pelo governo federal. Diante desse cenário, o pequeno produtor agrícola foi obrigado a vender ou arrendar suas terras, gerando grande fluxo migratório do campo para a cidade de Jataí. Muitos pais de família passaram a trabalhar nos serviços urbanos ou mantiveram-se em subempregos temporários, inclusive aqueles ligados às atividades agrícolas. Esses serviços demandam pouca mão-de-obra e trabalho sazonal nos períodos de plantio e colheita. Uma vez que todas as atividades são mecanizadas, os serviços oferecidos pelos proprietários aos seus empregados são, normalmente, de "chapas", carregadores e operadores das máquinas.

As novidades geradas nas relações de trabalho, provenientes da modernização da agricultura em Jataí – Goiás, podem ser identificados a seguir:

> o rápido crescimento populacional, promovido pela migração intensiva, sobrepõe-se ao processo de urbanização da população tradicional que abandonou o meio rural para viver nas áreas suburbanas, formando o estoque de mão-de-obra temporária das grandes lavouras de grãos. No entanto o modelo de modernização agrícola no cerrado promoveu uma redução significativa do emprego rural. (WWF- BRASIL, 2000, p. 22).

Pode-se perceber que a modernização agrícola e a especialização da produção, monocultura da soja, em Jataí restringiram os pequenos proprietários e produtores, marginalizando-os no processo produtivo. Segundo Ribeiro (2003), o que se evidencia, nesse momento, são os reflexos da política agrícola altamente discriminatória, desenvolvida no decorrer da história de investimentos na área agrícola.

Assim, foi possível transformar o município de Jataí em um dos mais importantes centros graneleiros do país. Mesmo com a crise financeira e a queda

nos recursos públicos destinados à agricultura, que marcaram a década de 1980, o município de Jataí conseguiu aumentar a produção, a produtividade e o processamento de seus produtos agrícolas.

Dentre os fatores que contribuíram para esse crescimento na área agrícola, encontram-se a implantação em Jataí de uma filial da Cooperativa Mista dos Produtores do Sudoeste de Goiás – COMIGO – e o Programa FOMENTAR, atualmente, conhecido como PRODUZIR.

A COMIGO foi fundada em Rio Verde – GO, no ano de 1975, e desde então tornou-se um importante instrumento para o desenvolvimento agrícola em bases modernas no Sudoeste Goiano. Seus principais preceitos eram investir na mecanização agrícola e produzir para exportar. Ribeiro (2003) descreve que, ao ser instalada em Jataí, no ano de 1980, a COMIGO fez sua primeira exportação de grãos para a Suíça. Nesse ano, iniciou a inserção dessa cooperativa no mercado internacional de grãos.

Já o programa FOMENTAR, conhecido, atualmente, como PRODUZIR, foi desenvolvido em meados de 1980, pelo governo do Estado de Goiás. Sua finalidade era atrair indústrias para o Estado. Para alcançar este objetivo o governo estadual, financiara na forma de isenção, 70% do ICMS por até 20 anos a partir da implantação. Além da atração de indústrias têxteis e automobilísticas para o estado de Goiás, a implantação desse programa beneficiou os investidores do setor alimentício, sendo que grande parte de agroindústrias deste setor está direcionada à soja como matéria-prima ou derivados.

O município de Jataí foi o que mais se beneficiou com esses investimentos, pois os reflexos provenientes de tais mudanças no campo podem ser identificados em todos os setores da economia e também nos demais segmentos de produção e serviços urbanos. A cidade tornou-se o *locus* de apoio às inovações. De acordo com as novas funções que surgiam no setor agrícola, o comércio foi criando espaços para a implantação de novas empresas, como lojas de revendas de implementos, de máquinas, insumos e sementes, agências bancárias, agroindústrias de capital nacional e internacional, empresas de assistência técnica, cooperativas de produtores, escola de agronomia, escritórios de corretores de grãos e demais serviços.

Assim, com a monocultura da soja, na década de 1980, o município de Jataí passou a ser conhecido como o “mundo da soja”. A cidade pôde beneficiar-se de

todo o desenvolvimento tecnológico, científico e da estrutura que já vinha sendo implantada na região. Esse município também se destacou entre os demais pelo seu solo, passando a ser referência nacional nas exportações de grãos. Portanto, enquanto a economia nacional passava por um período de crises, Jataí vivenciava o período de maior crescimento econômico. Além de investimento na cultura de soja, Ribeiro (2003) esclarece que a criação do gado bovino exerceu destacou-se na economia jataiense:

> analisando o crescimento do efetivo bovino do município, podemos perceber que este foi bastante considerável, elevando-se em 59,63%, entre 1950 e 1960, atingindo crescimento de 339,65% no período compreendido entre os anos de 1950 e 1992; porém, mesmo com o crescimento numérico, a bovinocultura perdeu espaço econômico para a sojicultura. Esta última representava a implementação do "moderno" na estrutura produtiva agrícola, na década de 1980. (RIBEIRO, 2003 p. 54).

Por apresentar oscilações entre os anos de 1940 e 1996, a criação de gado bovino em Jataí foi bastante considerável. O declínio neste ramo de atividade tem como principal fato gerador o desenvolvimento de áreas do município para o surgimento, em 1958, de outros 3 municípios: Aporé, Itajá e Serranópolis. Também se observa a incorporação de novas tecnologias de produção à pecuária. Os resultados desses investimentos são a prática da criação intensiva e o aumento das pastagens plantadas.

Ribeiro (2003) cita que, mesmo mantendo expressividade na criação de gado bovino regional e estadual, no município de Jataí, as áreas destinadas às pastagens diminuem gradativamente, devido à incorporação de equipamentos e procedimentos modernos, o que resulta em maior parcela de terras disponíveis às lavouras temporárias.

Os produtores que conseguem aderir ao "moderno" processo de produção agrícola consideram a tecnologia como o principal recurso para a produção de supersafras verificadas no município. Portanto, nota-se que não existem mais barreiras naturais para a monocultura de grãos em Jataí. Isso tem levado muitos produtores a perder espaços no comércio local, regional e internacional de grãos, por não conseguirem investir em modernas tecnologias.

O capítulo a seguir destaca a Comunidade Rural da Onça existente em Jataí – Goiás, ressaltando os principais fatores que levam esses pequenos produtores a permanecer no campo.

3 A COMUNIDADE RURAL DA ONÇA: permanência e resistência no contexto da modernização agrícola

No primeiro capítulo deste trabalho de pesquisa, abordou-se o tema campesinato, sua importância sócio-histórica para as comunidades atuais e sua influências – direta ou indireta – sobre os meios de produção. Para tal intento, buscou-se a trajetória histórica e bibliográfica vivida pelo camponês, as reformulações conceituais sofridas, à medida que alteram suas relações com o proprietário rural. A fim de compreender esse processo, apoiou-se em alguns teóricos como Kautsky e Chayanov.

O segundo capítulo apresentou uma discussão sobre a questão agrária no Brasil, focalizando a modernização agrícola nacional e, conseqüentemente, as alterações socioeconômicas ocorridas no município de Jataí/GO. Nessa linha, a abordagem de outros subtemas, tais como: a agricultura familiar na perspectiva teórico-metodológica das ciências humanas e da Geografia Agrária, fez-se necessária para a compreensão do estudo do caso da Comunidade Rural da Onça.

Este capítulo busca estudar a Comunidade Rural da Onça, no município de Jataí – Goiás, bem como resgatar a história e formação dessa comunidade[9], abordar os costumes, tradições e modo de vida das famílias entrevistadas, e compreender os principais fatores que levam aqueles pequenos produtores rurais a permanecer no campo.

3.1 Caracterização socioambiental da Comunidade Rural da Onça

A Comunidade Rural da Onça é formada por pequenos, médios e grandes produtores rurais, está localizada, aproximadamente, a 30 km do centro da cidade de Jataí/GO. As propriedades dos pequenos produtores variam de 4 a 10 módulos

[9] O termo comunidade refere-se aos conceitos embasados na definição de um sistema em comum. A comunidade em estudo possui características comuns, pois os moradores pesquisados vivem dentro de uma dinâmica com semelhanças entre si. (ARCOVERDE, 1985).

fiscais[10]. Esta pesquisa teve seu estudo voltado aos pequenos produtores rurais filiados a APPRO (Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça), esses agricultores da Região da Onça, também denominada Comunidade Rural da Onça[11], são proprietários das terras, sendo que suas aquisições se deram por meio de heranças oriundas de gerações passadas.

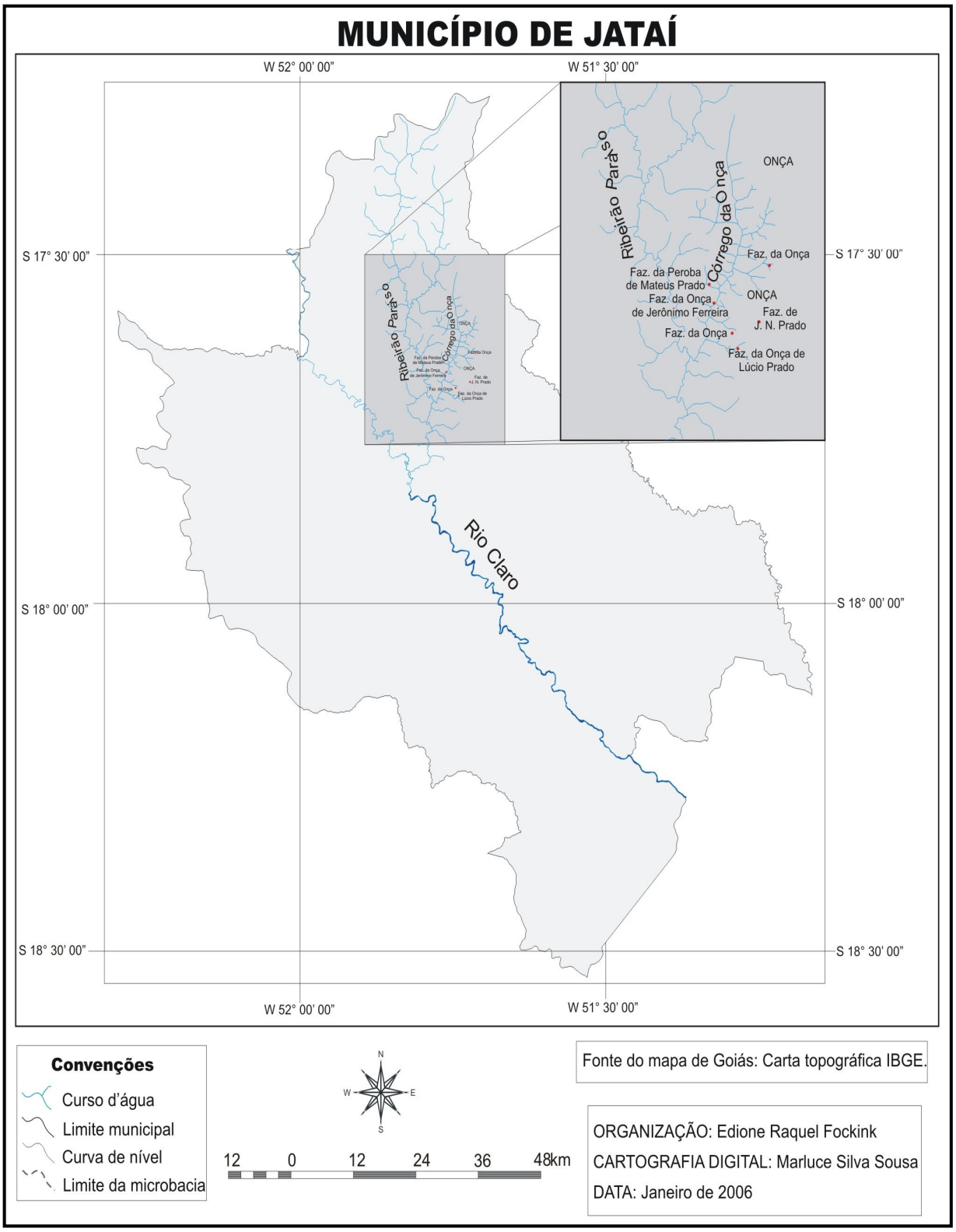
De forma geral, as famílias são descendentes de migrantes paulistas e mineiros. A maior parte é produtora de leite e na sede dessa comunidade, encontra-se um posto de resfriamento do leite. Alguns produtos, como ovos, frango, frutas, queijos e verduras, são vendidos de maneira informal e *in natura* para parentes e "conhecidos[12]" que residem na cidade. A comunidade é antiga no município, suas festas religiosas são importantes para a região, possui uma escola bem estruturada e um clube recreativo, onde acontecem as reuniões da associação de produtores de leite filiados a APPRO[13].

No mapa 3, temos o município de Jataí/GO, com destaque para as propriedades (fazendas) que estão localizadas no entorno do Córrego da Onça.

---

[10] Em Jataí, cada módulo fiscal equivale a 40 hectares. Fonte: Incra/2003.
[11] Recebe este nome porque as terras estão localizadas no entorno do Córrego da Onça.
[12] Termo comum usado para vender à pessoas que já conhecem seus produtos
[13] Entrevista com Hélio Ranes de Menezes – Supervisor do escritório da Agenciarural de Jataí/GO – Realizada em Outubro de 2005.

MAPA 3 – Município de Jataí/GO e a Comunidade Rural da Onça.



FONTE: Carta topográfica IBGE. 1977.
DATA: Janeiro de 2006.

No que diz respeito à caracterização socioambiental da Comunidade Rural da Onça, são destacados os seguintes aspectos sobre o relevo e o solo.

O relevo na bacia do Córrego da Onça e imediações se caracteriza por dois compartimentos distintos:

a) O topo da chapada: com declividade predominante de 0 a 6%, longos interflúvios e utilização predominante de lavouras comerciais (soja e milho);

b) vertentes medianamente dissecadas: com formas côncavas, convexas e mistas, com interflúvios menores que 2 km, a declividade predominante é de 6 a 12%, porém com áreas de até 70% de declividade nos rebordos erosivos do contato – chapada e vertente dissecada. O uso predominante é de pastagem. No entanto é nesse compartimento que se encontra grande parte da vegetação nativa, nas fitofisionomias de cerrado *stricto sensu*, cerradão e mata galeria.

O solo que predomina na bacia do córrego da Onça é o *Latossolo Vermelho Distrófico*, com variações da quantidade de areia, nas áreas de menor declive, encontram-se solos mais argilosos, enquanto que, nas vertentes, ocorrem os areno-argilosos. Ambos muito pobres em nutrientes, porém de boa estrutura e textura. As altitudes na região variam de 600 a 900 m[14].

3.1.1 Características dos produtores da Comunidade Rural da Onça

De acordo com os dados de campo, todos os entrevistados são casados e possuem filhos. Dentre os pesquisados, o número de filhos varia entre 1 a 5 filhos por família. A idade média dos responsáveis pelas famílias é de 53 anos, sendo que o mais jovem tem 49 anos e o mais velho 73 anos.

Dentre os moradores da Comunidade Rural da Onça, 61,5% dos pesquisados possuem Ensino Fundamental incompleto; 7,6% Ensino Médio incompleto e 7,6% curso Superior Completo; 23% não divulgaram o nível de escolaridade.

Quanto ao trabalho dos filhos dos entrevistados, pudemos verificar que, dos 21 produtores associados à APPRO, 13 (61,9%) utilizam mão-de-obra dos filhos e 8 (38,1%) não. Quando questionados sobre a vontade de continuar trabalhando na

[14] MORAGAS, 2005

área rural, 52,3%, ou seja, 11 produtores demonstraram total interesse em continuar trabalhando no campo, 38,1% pretendem adquirir uma formação profissional para trabalhar na cidade e nos finais de semana descansar na fazenda. Dois dos entrevistados não responderam sobre a questão de permanecer ou não no espaço rural. É o que demonstra a tabela a seguir:

TABELA 2 – Comunidade Rural da Onça – Jataí/GO: participação dos filhos no serviço agrícola.

Filhos que trabalham na propriedade rural				Interesse dos filhos em continuar na Comunidade					
Sim		Não		Sim		Não		Não responderam	
Qde	%	Qde	%	Qde	%	Qde	%	Qde	%
13	61,9	8	38,1	11	52,3	8	38,1	2	9,6
TOTAL DE ENTREVISTADOS: 21 PESSOAS									

FONTE: Pesquisa de campo / setembro 2006.
Org.: FOCKINK, E. R. 2006.

Com relação à influência do nível de escolaridade dos filhos no desenvolvimento agrícola, dentre os pesquisados, 46,2% consideram que a formação educacional dos filhos ajuda na melhoria dos serviços desenvolvidos no campo e 53,8% responderam “não”, conforme mostra o gráfico 1:

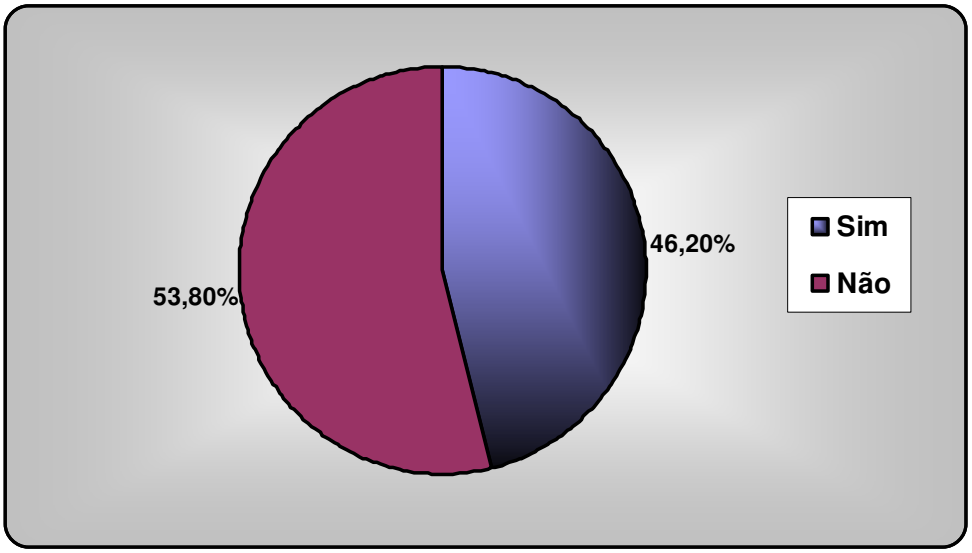


GRÁFICO 1 – Comunidade Rural da Onça – Jataí/GO: grau de instrução dos filhos dos produtores.
FONTE: Pesquisa de campo / setembro 2006.
Org.: FOCKINK, E. R. 2006.

Também foi possível verificar que, além das atividades domésticas desenvolvidas pelas mulheres, todas ajudam em outras atividades rurais e ainda no controle da administração da propriedade e ocupam o tempo vago para os trabalhos artesanais, como crochê e bordados, que são vendidos para conhecidos mais próximos. Pode-se verificar, segundo o depoimento de 56,6% dos entrevistados, que a qualidade de vida[15] nessa propriedade é considerada "boa", e 43,4% responderam que é "muito boa", conforme mostra o gráfico 2:

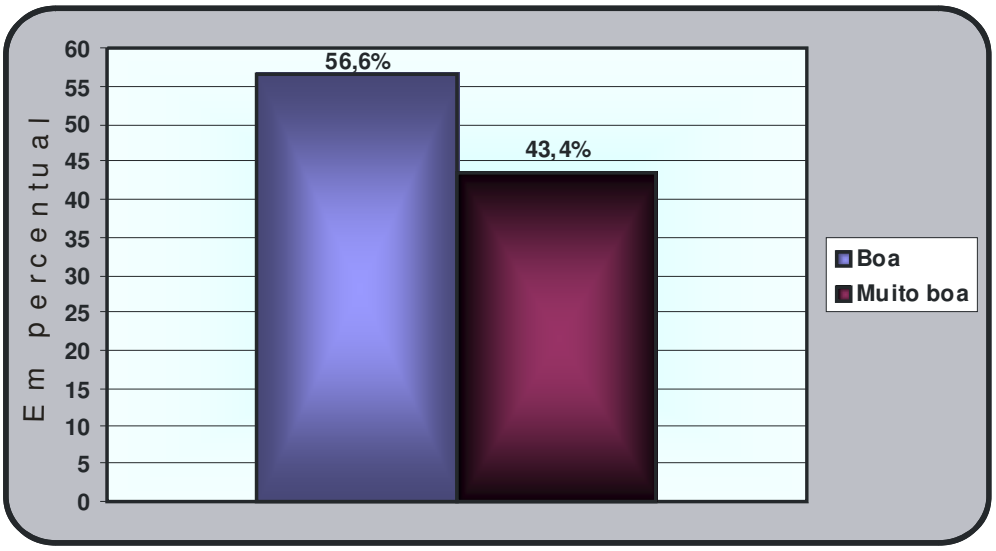


GRÁFICO 2 – Comunidade Rural da Onça – Jataí/GO: qualidade de vida nesta propriedades pesquisadas.
FONTE: Pesquisa de campo / setembro 2006.
Org.: FOCKINK, E. R. 2006.

Mesmo não existindo na propriedade atividades de lazer para os filhos, os entrevistados já julgam que a vinda da família para a fazenda representa uma forma de lazer.

Os personagens da pesquisa, quando questionados sobre qualidade de vida, manifestaram contentamento em viver nas suas propriedades rurais. Vimos que eles definiram suas vidas em "boa" e "muito boa" e nenhum manifestou descontentamento em relação à vida no espaço rural.

[15] Por ser um assunto muito discutido atualmente, consideramos aqui como uma forma "tranqüila" de viver no espaço rural, sem violência, sem poluição sonora e ambiental, sem a agitação do cotidiano urbano e em contato com a natureza.

3.1.2 A estrutura das propriedades rurais

No município de Jataí – Goiás, a propriedade rural também contribui para o desenvolvimento econômico, e o número de estabelecimentos e a área ocupada pelos agricultores encontram-se no grupo que abrange de 10 a 300 ha. Dentre os entrevistados, 58,3% concentram-se no grupo que abrange menos de 100 ha, e 41,7% enquadram-se no grupo que possui mais de 100 ha, conforme mostra a tabela 3.

TABELA 3: Comunidade Rural da Onça: distribuição de área.

Área em módulos fiscais*	Quantidade de propriedades	Porcentagem
Até 4	12	58,3
De 4 a 15	9	41,7
Mais de 15	-	-
Total	**21**	**100**

*** Em Jataí/GO cada módulo fiscal equivale a 40 hectares (INCRA – 2003).**
FONTE: Pesquisa de campo / setembro 2006.
Org.: FOCKINK, E. R. 2006.

A condição de produtor centraliza-se na categoria de proprietário. O tempo de residência nessa comunidade varia de 5 a 57 anos entre as famílias entrevistadas.

De acordo com os entrevistados, as propriedades que integram a Comunidade Rural da Onça dividem-se em residências para as famílias, local da ordenha (curral), lavoura e pastagem. Em todas as propriedades, existe um espaço do terreno destinado à criação de gado. Após a ordenha as vacas são encaminhadas para a área destinada à pastagem, é o que pode-se verificar na foto 2.

FOTO 2 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): vacas indo para o pasto.
Autora: FOCKINK, E. R., 2007.

Todas as propriedades são dotadas de energia elétrica, televisão, antena parabólica, geladeira, telefone e automóvel. Apenas 32,5% dos entrevistados possuem tratores para realização das atividades agrícolas. Pode-se observar que os agricultores familiares da Comunidade Rural da Onça têm acesso à tecnologia, veículos automotivos, o que indica um nível de qualidade de vida satisfatório para todos os integrantes da comunidade.

A pecuária leiteira é a atividade econômica preponderante entre esses agricultores familiares, que é exercida basicamente por todos os moradores da Comunidade Rural da Onça, com mão de obra centrada no trabalho familiar. A foto 3 ilustra a atividade praticada pelos moradores dessa comunidade, a produção de leite.

Pode-se observar, na tabela 4, que a produção diária de leite varia de 50 a 110 litros por família.

TABELA 4 – Comunidade Rural da Onça: produção diária de leite.

Quantidade/litro	% de famílias
20 – 35	5
35 – 50	45
50 – 70	15
70 – 110	35
Total	**100**

FONTE: Pesquisa de campo / setembro 2006
Org.: FOCKINK, E. R. 2006.
.

Com relação as famílias entrevistadas, observa-se que quase a metade (45%) dos agricultores que residem na Comunidade Rural de Onça produzem uma média diária entre 35 a 50 litros de leite; 5% produzem uma média diária de 20 a 35 litros de leite e 35% produzem por dia uma média de 70 a 110 litros. O processo de tiragem do leite é feito por meio da ordenha manual, como podemos verificamos na foto a seguir:

FOTO 3 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): ordenha manual.
Autora: FOCKINK, E. R., 2007.

Os afiliados da APPRO entregam a produção para o resfriador de leite, que

fica na sede da comunidade. O pagamento da produção é feito mensalmente pelo laticínio diretamente na conta bancária de cada produtor.

A coleta de leite é feita diariamente em cada propriedade, por caminhões que levam os tarros[16] vazios, trocando-os pelos cheios. Chegando ao resfriador, o leite é pesado, passa pelo teste de acidez e é despejado no tanque resfriador que tem capacidade para 2.500 litros. O destino da produção segue para o laticínio Marajoara[17], localizado em Hidrolândia/GO, o qual recolhe o leite num intervalo de dois dias, utilizando caminhões-tanque. O laticínio beneficia toda a produção fabricando queijo, manteiga e leite longa vida.

O leite longa vida, ultrapasteurizado ou UHT, é o leite líquido homogeneizado, que foi submetido durante 2 a 4 segundos a uma temperatura entre 130 e 150° C, mediante um processo térmico de fluxo contínuo; imediatamente resfriado a uma temperatura inferior a 32°C e envasado assepticamente. Para o leite ser classificado como longa vida, precisa, em primeiro lugar, contar com a matéria-prima de boa procedência, pois o equipamento que processa o leite longa vida não opera, economicamente, com matéria-prima de má qualidade. Segundo, passar pelo processo de ultrapasteurização, para, em seguida, ser acondicionado em embalagens assépticas. Dentro destas, o leite longa vida fica protegido de qualquer contaminação e não necessita de nenhum conservante[18].

Além da pecuária leiteira, essas famílias produzem milho, cana, mandioca, investem na avicultura e na criação de porcos. A contratação de empregados para atividades ligadas à agricultura e pecuária na Comunidade Rural da Onça é limitada.

Na pesquisa, apenas 10% das famílias entrevistadas declararam que contratam empregados temporários, sendo apenas um trabalhador para desenvolver diversas atividades. As demais famílias não contratam empregados e as atividades ligadas à agricultura e à pecuária são de responsabilidade dos próprios membros da família, ou seja, pai, mãe e filhos.

Com relação aos fatores que favorecem as atividades agrícolas, 90% destacam o investimento tecnológico e a assistência periódica; os demais 10% consideram o financiamento oferecido pelo governo ao produtor agrícola, conforme

---

[16] Recipiente com tampa onde é colocado o leite.
[17] Marajoara Indústria de Laticínios Ltda. Rodovia BR 153, Lote 01 – A. Hidrolândia/GO. Filiada à ABLV – Associação Brasileira do Leite Longa Vida.
[18] Fonte: ABLV - Associação Brasileira do Leite Longa Vida (2007).

mostra o próximo gráfico:

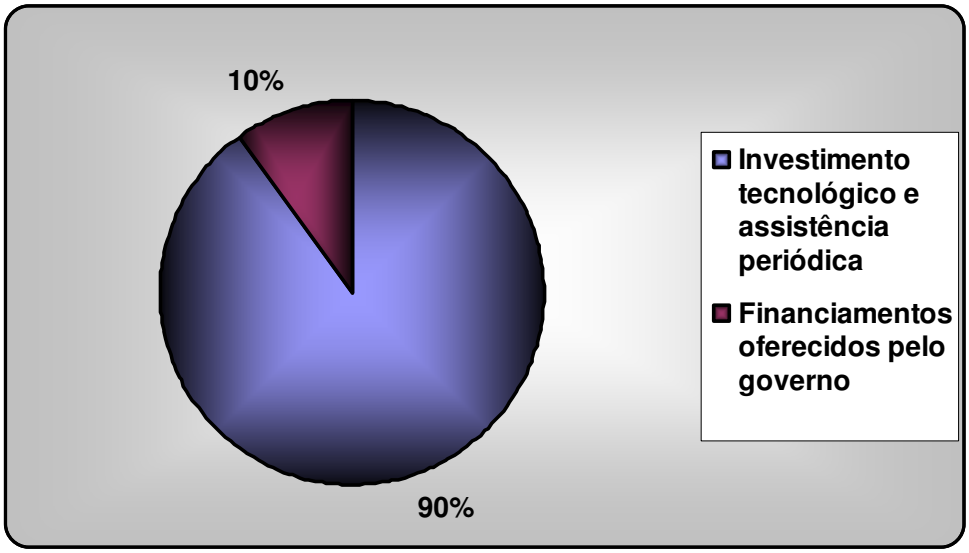


GRÁFICO 3 – Comunidade Rural da Onça – Jataí/GO: fatores que favorecem a atividade agrícola.
FONTE: Pesquisa de campo / setembro 2006.
Org.: FOCKINK, E. R. 2006.

Em decorrência das alterações que estão ocorrendo nos meios de produção, pode-se observar que o investimento tecnológico e a assistência periódica representam, para os agricultores familiares da Comunidade Rural da Onça, os principais fatores que estimulam a atividade agrícola. O financiamento e os demais créditos oferecidos pelo governo federal encontram-se em segunda categoria.

No entanto, ao serem questionados se a propriedade recebe auxílio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF-, 90% responderam que, atualmente, não recebem, mas que, em anos passados, receberam pequenas parcelas. Apenas 10% afirmaram que atualmente contam com auxílio financeiro.

Dentre as famílias que recebem auxílio do governo federal, foram apontados como principais benefícios o PRONAF e o financiamento pelo Banco do Brasil. Para essas famílias, a vinculação ao programa facilita a venda do leite e gera melhores resultados para o pecuarista.

Em Jataí, são, aproximadamente, 400 produtores que já foram beneficiados com o PRONAF, sendo que alguns produtores da Região da Onça receberam auxílio em 2006. Os critérios para o produtor adquirir esses benefícios, é que não

possua área acima de 160 ha para agricultura ou 240 ha para pecuária de corte, 80% da renda da família tem que vir da propriedade, não pode ser funcionário público, ou ter participação em empresa; e a renda bruta anual para o grupo D é de R$16 a R$45 mil reais. O beneficiário pode ser proprietário, arrendatário ou comodatário[19].

A Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar, com interação solidária de Jataí (CREDIJAT), é responsável por avaliar, aprovar e distribuir as verbas aos pequenos produtores rurais familiares do município, bem como fiscalizar a sua utilização.

Além das atividades implantadas na propriedade, 40% dos produtores da Comunidade Rural da Onça prestam serviços para as propriedades vizinhas, conforme mostra o gráfico 4:

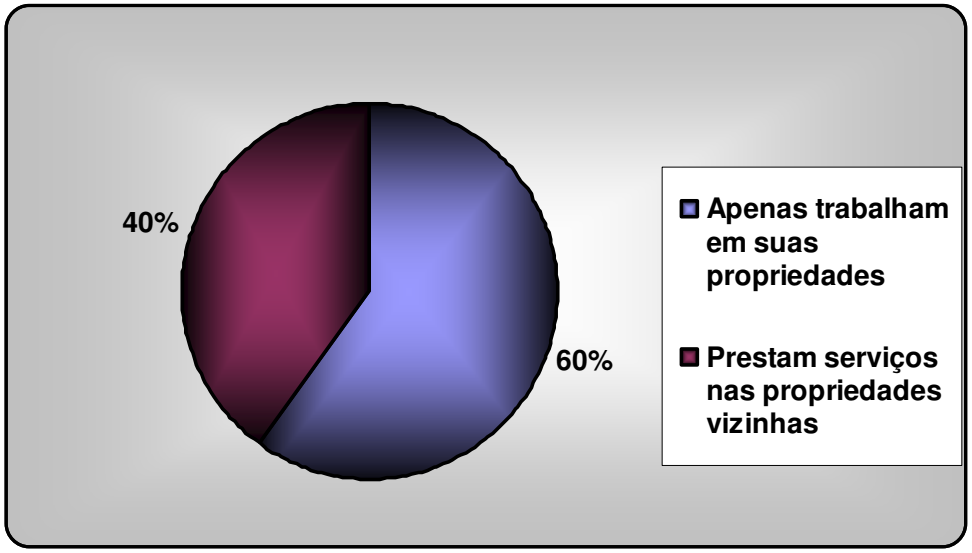


GRÁFICO 4 – Comunidade Rural da Onça – Jataí/GO: prestação de serviços às propriedades vizinhas.
FONTE: Pesquisa de campo / setembro 2006.
Org.: FOCKINK, E. R. 2006.

Dentre os serviços prestados pelos produtores familiares da Comunidade Rural da Onça aos seus vizinhos, destacam-se: plantação de cana, prestação de serviços com trator, roçar pasto, gradear a terra e serviços gerais. Nota-se que há, entre essas famílias, um clima comunitário. Segundo alguns entrevistados, tais serviços são prestados sem remuneração.

[19] Fonte: Funcionário: Weiner Silva. CREDIJAT (2007). Avenida Dorival de Carvalho, 141 – Setor Central. Jataí/GO.

Foi possível observar que a maioria dos produtores familiares da Comunidade Rural da Onça está satisfeita com suas propriedades, pois, além de serem herdadas fornecem alimentos para o sustento da família e são particulares. Apenas 20% dos entrevistados responderam que têm vontade de mudar de emprego, enquanto 80% desejam continuar em suas atividades agrícolas.

Dentre os produtores familiares que residem na Comunidade Rural da Onça e que buscam uma outra fonte de renda diferente nos serviços agrícolas, os fatores que os levam a tomar essa decisão são os problemas de saúde, enquanto os fatores que justificam a sua permanência desses na comunidade são: manter as atividades da fazenda; gostar de trabalhar no campo; não conseguir fazer outra atividade porque já estão acostumados com as atividades rurais.

Quanto ao desejo de morar na cidade, 80% dos produtores familiares que residem na referida comunidade disseram que não há interesse em mudar para a cidade, apenas 20% informaram que almejam esta mudança. Os principais fatores que levam essas famílias a continuar residindo no campo são: a vida na cidade é muito corrida e não conseguem adaptar-se com um novo ritmo de vida; a cidade é poluída e perigosa; já no campo se vive com mais tranqüilidade. Dentre os produtores que almejam morar na cidade, as justificativas são: não gostam do trabalho no campo; problemas de saúde associados a velhice; e a distância entre o meio rural e o urbano.

Numa conversa durante o trabalho de campo, tivemos relatos de produtores que não demonstraram vontade de mudar para a área urbana, dentre eles, um foi categórico com a resposta, quando questionado sobre residir na cidade:

> *Nunca... nem pensar, porque não me acostumo mais com aquele barulho, fedor e é muito perigoso. A vida na cidade é muito corrida e quando é quente aqui, lá na cidade está mais quente ainda. Lá deve ser para os mais novos que vão estudar e trabalhar, daí é mais fácil para eles se acostumar lá*[20].

Pode-se perceber, também, que esses produtores familiares apresentam planos e metas de trabalho agrícola diversificados. As principais metas são investir na agricultura e na pecuária. Porém as dificuldades para conseguir financiamento dificultam a realização dessas metas.

3.2 Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça –

[20] Fala do agricultor: *Seu Lorinho.* Sr. Lorivaldo Barbosa Magalhães. Fazenda Bela Vista (2006).

APPRO: organização e trabalho

O associativismo, como forma de organização para fomentar a resistência do pequeno produtor na área rural, foi um dos objetivos da pesquisa, questão que também foi discutida anteriormente no primeiro capítulo deste trabalho, baseada em Chayanov (1974) e outros autores.

Na foto 4, temos a sede da residência do Sr. Corivaldo[21], atual presidente da APPRO – Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça. Essa mostra o relevo íngreme, portanto, não-arável e também os aspectos físicos da pequena propriedade. Por outro lado, ressalta a melhoria na construção da moradia, se comparada à antiga, conforme foto 8.

FOTO 4 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): sede de uma pequena propriedade da Região da Onça
Autora: FOCKINK, E. R., 2006.

A organização dos produtores visa melhorar a vida do homem no campo para que aconteça sua permanência no espaço rural. Muitas dessas organizações surgem no campo. Alencar (2001) define o associativismo de forma ampla e mostra

[21] Sr. Corivaldo Furtado de Ozêda. Sítio Boa Esperança (2006).

que muitos tipos de organização social encontram-se presentes na área rural. O associativismo é um grupo social organizado com objetivos comuns. Os sindicatos e as cooperativas são exemplos de associativismo.

As associações, cooperativas ou sindicatos não possuem dono ou grupo de pessoas como proprietárias. Tais organizações são administradas por pessoas que pensam, formulam e ajudam a tomar decisões, e que são escolhidas em assembléias. Cada associado tem um voto, não importando a posição que exerça dentro da associação.

Para Alencar (2001), o associativismo rural é uma forma de manifestar as lutas dos pequenos produtores rurais, favorecendo a permanência na terra, garantindo uma renda e a participação como cidadãos.

Uma associação pode ter complexas formas de organização, pois os estatutos são variáveis e adequados às necessidades dos afiliados. A idéia de organizar um grupo social que vá resultar numa associação pode partir de um pequeno produtor rural, que reunirá os futuros associados e organizará o estatuto que será seguido.

A Comunidade Rural da Onça tem uma associação de pequenos produtores rurais com objetivos comuns pré-estabelecidos em reuniões.

Em entrevista realizada com o idealizador da APPRO, o Sr. Izalter[22], essa associação foi criada em maio de 1996 com o objetivo de, num sistema de agrupamento, buscar melhores condições de “sobrevivência” para a classe de pequenos produtores rurais, a qual passava por grandes dificuldades financeiras. No ano de sua fundação, a organização contava com 25 associados. A idéia de criar uma associação partiu de uma observação empírica em comunidades e organizações nos municípios de Ponta Grossa e Castro, localizados no estado do Paraná. A APPRO, que sempre teve esse nome, trouxe benefícios para os associados, pois iniciou, de uma forma coletiva, a venda do leite produzido pelo pequeno produtor rural familiar, garantindo-lhe o melhor preço, o destino do produto e a renda.

No ano da fundação, o Sr. Izalter era vereador, condição que favoreceu a arrecadação de donativos oriundos do Governo do Estado (um trator novo, transformador de voltagem, touros para melhoria do rebanho, dentre outros

[22] Sr. Izalter Francisco de Souza, radialista e pequeno produtor rural em Jataí/GO. Entrevista concedida em julho de 2006.

materiais) e a organização do espaço físico para a concretização de tanques de expansão de resfriadores de leite. A contribuição dos associados auxiliou os produtores menos favorecidos e na construção do primeiro barracão. Atualmente (2007), as reuniões dos associados acontecem na sede da Comunidade Rural da Onça, onde possui também uma escola e o resfriador de leite.

Os objetivos[23] desde a fundação da associação são os mesmos até os dias atuais (2007), bem como o produto principal que é o leite vendido *in natura* para uma empresa processadora. Essa produção não garante um crescimento econômico que reflete nas melhorias da propriedade, porém garante uma renda fixa, fator importante para a permanência dos pequenos associados em suas propriedades rurais.

O idealizador da APPRO foi presidente na ocasião da criação da associação e deixou este posto por questões estatutárias e por entender que "não devemos ter uma entidade como essa com objetivos pessoais". Para o entrevistado a associação contribui na fixação do pequeno produtor rural em suas propriedades, pois em nossa região esse segmento enfrenta muitos problemas por falta da diversificação de culturas.

Nos dias atuais (2007), a APPRO enfrenta alguns problemas, como a desvinculação de alguns associados, o que resulta na diminuição da arrecadação e na produção de leite.

Na sede da Comunidade Rural da Onça, encontra-se a escola Campos Elísios, o resfriador de leite, a sede da associação e a residência do responsável pela manutenção do local.

Na foto 5, temos o local que abriga o resfriador de leite da associação, localizado junto a sede da comunidade. Podemos ver, na foto ao fundo, sobre as dependências do local, o tanque resfriador, com a capacidade de 2.500 litros de leite, os tarros vazios, a esteira utilizada para auxiliar no descarregamento dos tarros com leite que chegam no caminhão de coleta, uma dependência com lavatório para os funcionários e uma caixa de água.

[23] Conforme o Estatuto Social que se encontra em anexo.

FOTO 5 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): resfriador de leite da APPRO
Autora: FOCKINK, E. R., 2006.

O município de Jataí possui seis escolas rurais, dentre as quais, destaca-se a Escola Municipal Campos Elísios (foto 6), construída com recursos próprios do município para desenvolvimento da educação no meio rural e inaugurada em setembro de 1999. É a primeira escola *pólo*[24] da região rural do município de Jataí/GO[25]. Em 2006, atendia a 117 alunos no período matutino do Jardim II até a 8ª série do Ensino Fundamental[26].

[24] Denominação dada devido à reunião de todas as pequenas escolas que funcionavam nas fazendas da região.
[25] Dados fornecidos pelo Sr. Gênio Eurípedes de Assis, atual vereador da cidade e Secretário da Educação no período da construção e inauguração da escola Campos Elísios.
[26] Conforme entrevista com a atual diretora da escola Sra. Eunice Adilina de Carvalho, em 10 de agosto de 2006.

FOTO 6 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): Escola Municipal Campos Elísios.
Autora: FOCKINK, E. R., 2006.

A foto 7 mostra o local onde acontecem as reuniões dos associados da APPRO, bem como cursos de aperfeiçoamento e palestras ministradas pela Agenciarural de Jataí, além de outros eventos.

FOTO 7 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): sede da APPRO.
Autora: FOCKINK, E. R., 2006.

Em conversas com antigos associados da APPRO[27], pode-se verificar que eles saíram da associação, pois pararam de produzir leite, estavam insatisfeitos com o preço da anuidade e também com a pouca renda mensal resultante da venda do produto para o laticínio. Atualmente (fevereiro de 2007), o produtor recebe 41 centavos de real por litro de leite.

As dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais também foram destacadas por esses dois ex-associados, dentre elas, citaram: a distância da área urbana, a péssima condição das estradas, a falta de infra-estrutura na área rural e o alto custo na manutenção dos animais, como gastos com ração e artigos veterinários. Mencionaram, também, a falta de incentivos fiscais para auxiliar na produção de leite. O Sr. Atair deixou de entregar o produto ao resfriador porque o caminhão de coleta parou de buscar o leite na fazenda, pois três entregadores de propriedades vizinhas arrendaram suas terras e, então, pararam de fornecer leite, sendo assim, o serviço de coleta tornou-se inviável para fazer um percurso longo e buscar leite somente de um produtor. A propriedade do Sr. Atair produzia em média 150 litros por dia.

3.2.1 O associativismo: resistência à exclusão

O associativismo está inserido nas mais diversas manifestações da sociedade e da economia. Esse sistema de organização surge numa forma viável de unir um grupo de pessoas num objetivo comum, dando condições de superação ao êxito de muitos ideais levantados pelo grupo.

No espaço rural tais organizações estão presentes como forma de integrar, num propósito comum, as orientações cabíveis à produção econômica e o destino do produto que conta com o incentivo da associação.

Para Pinheiro (1999), as associações surgem de uma forma homogênea e num segmento social específico, elas são condicionadas às necessidades fluentes.

As associações objetivam potencializar os resultados, trabalhando em conjunto com benefícios e metas em comum, elevando, assim, a capacidade do

[27] Conversas entabuladas em janeiro de 2007, com os Srs. Atair Cruzeiro do Prado, Onício Cruzeiro do Prado.

grupo envolvido em permanecer atuante, seja no mercado ou no meio social.

Muitas associações surgem a partir de relações interativas influenciadas por laços de amizade, parentesco ou vizinhança, isto é, pessoas ligadas por grande coesão social.

Para Alencar (2001), o associativismo está ligado a todos os tipos de organização social que se encontram no meio rural, buscando, assim, por meio de uma organização ou uma coletividade, propósito em comum.

Na comunidade rural estudada, temos o associativismo presente numa forma de coesão organizacional, dando resultados satisfatórios para seus afiliados, pois garante incentivos para a produção de leite e o destino desta produção.

A APPRO foi idealizada no ano de 1996 e tem sido, até hoje, um importante instrumento de apoio ao pequeno produtor rural, principalmente por assegurar uma fonte de renda mensal.

Neste ano de 2007, o presidente da APPRO é o Sr. Corivaldo Furtado de Ozêda[28] e o vice-presidente é o Sr. José Abadio de Gouveia, esse mandato valerá até fevereiro de 2008.

Numa associação, a confiança e a participação são os princípios básicos e, no caso da APPRO, foi o que verificamos, pois tanto o presidente como o vice estão empenhados na busca por melhorias das condições de trabalho, procurando auxílio em órgãos competentes, em cursos de capacitação e aperfeiçoamento, resultando, assim em benefícios, tanto particulares quanto coletivos.

A partir da década de 1980, as associações rurais começaram a emergir como um fenômeno generalizado no campo. Nesse sentido,

> o associativismo é um movimento que, desde a década de 1980, vem alcançando amplitude nacional, merecendo, por isso mesmo, atenção nesse momento em que se discutem políticas de apoio à agricultura familiar (PINHEIRO,1999, p. 328).

Os produtores organizam-se na tentativa de construir formas adequadas às reivindicações específicas nos assuntos que envolvam os propósitos de melhorias em comum.

Assim, quando Pinheiro (1999) discute o início das associações no Brasil, destaca as transformações políticas internas como um dos fatores responsáveis pelo

---

[28] O Sr. Corivaldo foi presidente da CREDIJAT na gestão 2002/2004.

início do associativismo, conforme se observa a seguir:

> é necessário contextualizar o crescimento das associações dentro da conjuntura específica em que surgiram, buscando entender os diferentes fatores que influenciaram a sua expansão. O momento político vivido no país também teve influência no aparecimento dessas novas formas de organização. (PINHEIRO,1999, p. 339).

No meio rural brasileiro, teve destaque a iniciação de questões referentes ao desenvolvimento de projetos comunitários, porque já no início da década de 1950, começaram a surgir experiências mais sistemáticas, partindo dos programas de assistência do governo norte-americano, as quais objetivavam promover a educação e a modernização no espaço rural latino-americano neutralizando, assim, a influência de assuntos comunistas conforme Pinheiro (1999).

Como forma de obter condições favoráveis para si e para um grupo de pessoas, a idéia de estruturar uma associação surge a partir de estratégias de formação espontânea fundamentadas na interação entre seus participantes, que podem ser amigos, parentes ou vizinhos.

Na associação pesquisada, encontramos esses três tipos de participantes. São parentes, amigos e vizinhos, e é muito comum escutar a expressão “compadre”, o que nos leva a concluir que os afiliados à APPRO são notoriamente mais que parentes, amigos e vizinhos.

Assim, esses sistemas organizacionais fluem de ideais conjuntos às melhorias que poderão ser alcançados. As associações de produtores resistem às dificuldades encontradas no decorrer de sua historia, porém são superadas com seus resultados. Há 11 anos, a APPRO e seus associados “caminham” em união, para conseguir manter seus objetivos e, com isso, usufruir diariamente de seus proveitos.

3.2.2 Heranças Socioculturais da Comunidade: as festas religiosas

Em entrevista com o historiador Sr. Manoel[29] e moradores da Comunidade

[29] Sr. Manoel Messias do Prado (2006).

Rural da Onça, certificamos-nos de que os produtores locais são antigos moradores e estes adquiriram a sua propriedade na forma de herança. Nas propriedades dessa comunidade rural, acontecem, anualmente, duas festas religiosas, as quais recebem muitos moradores do município de Jataí e cidades vizinhas. A festa de São Sebastião e a Festa de Nossa Senhora da Abadia que têm lugar, respectivamente, nos meses de janeiro e agosto, são eventos seculares e tiveram seu início com base em promessas feitas por antigos moradores da região. A Festa de São Sebastião foi organizada sob o problema da "peste", que estava matando muitas cabeças de gado e a de Nossa Senhora da Abadia surgiu após votos (promessas) contra as invasões dos índios que habitavam a região[30].

Os moradores mais antigos da comunidade preservam uma cultura antiga, que é expressa na culinária e nos hábitos cotidianos[31].

Na foto 8, temos a residência, que é a mais antiga da região, com aproximadamente um século. Essa residência já sofreu algumas modificações, como melhorias no telhado, água encanada e a cerca em seu entorno. Atualmente, é propriedade do Sr. Matheus[32], que tem 82 anos de idade. Essa casa pertenceu aos seus antepassados.

---

[30] Conversa com o Sr. Manoel Messias do Prado, antigo morador da região que participa das festas há mais de 60 anos.

[31] Entrevista com o historiador e atual vereador do município de Jataí/GO, Sr. Gênio Eurípedes de Lima Assis, em Abril/2006.

[32] Sr. Matheus Moraes, morador antigo na Região da Onça (2006).

FOTO 8 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): casa antiga.
Autora: FOCKINK, E. R., 2006.

A próxima foto apresenta um recorte de jornal do evento de agosto: a Festa de Nossa Senhora da Abadia. Noticiários sobre as festas são encontrados em jornais como “O Popular”, editado em Goiânia, que é um periódico que está há 67 anos em circulação. Em telejornais da TV Rio Claro (Jataí/GO), filiada à Rede Globo, divulgando em reportagens locais e regionais o evento.

O Popular

Cidades

CIRCUITO GOIANO

A DOIS MES
DO ENCHIN
LEITE, SÓ 1º

circu
Rua T

JATAÍ

Tradicional folia na Região da Onça

Reprodução/TV Rio Claro

Ritual que se repete há mais de um século: devotos buscam donativos em fazendas

Moradores da Região da Onça, no município de Jataí, iniciaram a tradicional folia em homenagem a Nossa Senhora da Abadia. O ritual se repete há mais de um século. Os foliões visitam as propriedades, a cavalo. O grupo enfrenta muitas dificuldades pelo caminho. Além do sol forte, subidas, descidas de serras e transposição de córregos. Com tiros de festim, a comitiva anuncia a chegada e a saída de cada fazenda.

Os devotos da santa percorrem a região em busca de donativos e convidam os moradores para a entrega da folia, no dia 14 de agosto. "A gente aceita qualquer tipo de doação, pode ser uma galinha, um porco, uma vaca, um saco de arroz... qualquer coisa", diz *seu* Valdelicio Nunes de Oliveira, o chefe da folia.

Por onde passa, a folia reúne dezenas de pessoas. Para alimentar tanta gente, é preciso muita comida. Na fazenda de *seu* José Mathias, por exemplo, um dos moradores mais antigos da região, foram necessários 40 quilos de carne, 15 de mandioca, 20 de arroz e 10 de feijão. No cardápio do almoço, preparado no fogão à lenha, o tradicional da roça: carne de panela, feijão, arroz carreteiro e carne com mandioca. Aos 89 anos de idade, *seu* José afirma que participa das homenagens a Nossa Senhora da Abadia há seis décadas e conta como começou a devoção à santa na região. "Os antigos diziam que fazendeiros e índios viviam em conflito por causa de terra. Aí foi feita uma promessa a Nossa Senhora para que acabassem as divergências. Não houve mais brigas entre nativos e fazendeiros aqui. Por isso não abro mão de participar da festa e enquanto vida eu tiver, vou continuar recebendo a folia na minha casa."

FOTO 9 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): reportagem da festa Nossa Senhora da Abadia

Fonte: Jornal "O Popular". Goiânia/GO, 21 de julho de 2006.

A seguir, transcrevemos a reportagem da foto 9, que demonstra a importância da festa na comunidade para a região:

> Moradores da Região da Onça, no município de Jataí, iniciaram a tradicional folia em homenagem a Nossa Senhora da Abadia. O ritual se repete há mais de um século. Os foliões visitam as propriedades, a cavalo, o grupo enfrenta muitas dificuldades pelo caminho. Além do sol forte, subidas, descidas de serras e transposição de córregos. Com tiros de festim, a comitiva anuncia a chegada e a saída de cada fazenda. Os devotos da santa percorrem a região em busca de donativos e convidam os moradores para a entrega da folia, no dia 14 de agosto. 'A gente aceita qualquer tipo de doação, pode ser uma galinha, um porco, uma vaca, um saco de arroz... qualquer coisa' diz *seu* Valdelício Nunes de Oliveira. Por onde passa, a folia reúne dezenas de pessoas. Para alimentar tanta gente é preciso muita comida. Na fazenda de *seu* José Mathias, por exemplo, um dos moradores mais antigos da região, foram necessários 40 quilos de carne, 15 de mandioca, 20 de arroz e 1 feijão. No cardápio do almoço, preparado no fogão à lenha, o tradicional da roça: carne de panela, feijão, arroz carreteiro e carne com mandioca. Aos 89 anos de idade, *seu* José afirma que participa das homenagens a Nossa Senhora da Abadia há seis décadas e conta como começou a devoção à santa na região. "Os antigos diziam que fazendeiros e índios viviam em conflito por causa de terra. Aí foi feita uma promessa à Nossa Senhora para que acabassem as divergências. Não houve mais brigas entre nativos e fazendeiros aqui. Por isso não abro mão de participar da festa e enquanto vida eu tiver, vou continuar recebendo a folia na minha casa".

A reportagem transcreve algumas etapas do evento, dando uma idéia da dimensão da folia e dos seus preparativos. O jornal responsável por essa matéria possui abrangência regional, fato que possibilita a muitos leitores o entendimento desta festa centenária, que integra as expressões socioculturais do município de Jataí.

A Festa de Nossa Senhora da Abadia acontece em 14 de agosto, mas os preparativos iniciam-se um mês antes desta data. Em caravana, o grupo de devotos, formado por, aproximadamente, quinze pessoas, sai a cavalo pedindo doações nas fazendas da região[33]. Na festa tiros de festim são emitidos pelo chefe da folia, "Seu Valdelício"[34], anunciando a chegada e a saída da fazenda.

Essa festividade surgiu há mais de um século, partindo da promessa feita

---

[33] Essas doações podem ser: vacas, galinhas, frutas, porcos, mandioca, dinheiro, macarrão, arroz, feijão, bebidas e algo que contribua para a festa.

[34] Sr. Valdelício Nunes de Oliveira, chefe da folia de 2006.

para a Santa por antigos fazendeiros da região, que viviam sob constante conflito com os índios que invadiam suas terras[35].

De acordo com "Seu Meco"[36], os índios que habitavam regiões vizinhas ao município de Jataí eram os Bororos do grupo Gê. As invasões aconteciam nas casas da região no século XIX, num sistema que a literatura indígena chama de "corrida" , que consiste em largar as aldeias e ficar, aproximadamente, um mês caminhando, inquietando e invadindo com atitudes brutais residências desconhecidas. Essas invasões, muitas vezes, eram seguidas de mortes de alguns moradores, fatos que podem ser descritos por estudiosos de Jataí/GO e municípios vizinhos. Nossa Senhora da Abadia é a protetora dos homens da zona rural, e desde então, os conflitos foram diminuindo até desaparecerem. Assim, a festa acontece anualmente como pagamento do voto à Santa, que "resolveu" o problema.

No dia 14 de agosto, várias pessoas do município e região vão para a fazenda escolhida na festa anterior para comer, beber e dançar para a imagem[37]. São necessários três dias para os preparativos finais da festa, quando muitas pessoas ficam acampadas na fazenda e outras pernoitam em redes estendidas debaixo das árvores próximas à sede da propriedade rural.

---

[35] Ver SALGUEIRO, 1999.
[36] Sr. Binônio da Costa Lima, historiador, residente em Jataí/GO. Entrevista realizada em 29 de outubro de 2006.
[37] Bandô de tecido e madeira com a uma foto da Santa ao centro.

FOTO 10 – Comunidade Rural da Onça/Jataí (GO): bandô com a imagem de Nossa Senhora da Abadia.
Autora: FOCKINK, E. R., 2006.

Essa festa ocorre desde o ano de 1874, e, com o passar do tempo, alguns modos de agradecer às promessas feitas à Santa, foram sendo incorporados ao evento[38]. A foto 10 mostra o bandô com a imagem da Santa e algumas fotos de pessoas, em retribuição às graças recebidas ou graças pedidas

Com os donativos arrecadados nas visitas às fazendas da região, são feitos leilões e as refeições no dia da festa.

Na foto 11, temos a cozinha, que foi construída na Fazenda Indaiá de propriedade do "festeiro"[39] - Leciomar[40]-, local onde aconteceu a festa do dia 14 de agosto de 2006.

As dependências dessa cozinha possuem instalações adequadas à demanda das festividades, pois com as doações são feitas quatro a cinco refeições no dia da

[38] Entrevista com o Sr. Manoel Messias do Prado, em 29 de maio de 2006.
[39] Denominação dada ao organizador e proprietário da fazenda onde acontece a festa.
[40] Leciomar Raimundo da Silva. Festeiro da festa de Nossa Senhora da Abadia (2006).

festa. As cozinheiras responsáveis se revezam nos trabalhos que se iniciam a três dias do evento. Esse trabalho comunitário de cozinhar e organizar as refeições é executado por cerca de doze mulheres e dez homens, que se empenham com disponibilidade e alegria nas tarefas diárias.

FOTO 11 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): cozinha comunitária na Fazenda Indaiá.
Autora: FOCKINK, E. R., 2006.

Observou-se, também, que no dia do evento, muitas pessoas se deslocam da área urbana do município e de fazendas vizinhas, por meio de carona, caminhando ou de ônibus, para fazer as refeições diárias, pois estas são servidas gratuitamente. Além de levarem para suas casas a comida que sobra no final do dia.

Podemos observar, na foto 12, mais um movimento que faz parte do ritual das festas relatadas aqui. É a chegada da Santa na fazenda, a qual é recebida com uma cerimônia envolvendo fogos de artifício, cantorias e saudações dos devotos. Isso ocorre nas duas festas.

FOTO 12 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): chegada da imagem de Nossa Senhora da Abadia.
Autora: FOCKINK, E. R., 2006.

No dia 20 de janeiro, acontece, na Comunidade Rural da Onça, a festa de São Sebastião, santo protetor dos animais. Este evento tem seus rituais muito parecidos com a Festa de Nossa Senhora da Abadia, como a arrecadação de doações um mês anterior à festa, a chegada da imagem que está num bandô (Foto 10), a cantoria, a adoração com rezas do terço, os fogos de artifício; a fogueira; e, à noite, a imagem é colocada na ponta de um mastro com aproximadamente vinte metros e erguido ao lado da fogueira, que já está queimando. Essa imagem fica até o amanhecer.

As festas da comunidade revelam semelhanças entre si, pois, além de serem em homenagem a graças alcançadas a partir de promessas feitas a santos, ocorrem em lugares previamente escolhidos, que podem ser repetidos na mesma fazenda, onde o altar é montado com a imagem do santo que está num bandô. Esse altar passa ser o espaço sagrado onde o crente entra em comunicação mais completa com o divino[41]. Neste altar, as cantorias, as velas e as homenagens seguem-se

[41] Para maior compreensão do espaço sagrado como lugares santos ver Rosendahl (1996, 1999).

pelo dia todo.

A foto 13 retrata o altar construído para a festa de São Sebastião. Podemos ver o adorno feito com galhos naturais de palmeiras, flores naturais e artificiais, o bandô com a imagem do santo, as velas, uma viola e um pandeiro. Esse altar é provisório, ficando à disposição de seus devotos somente no dia da festa.

Ao descrever a Festa do Espírito Santo na cidade goiana de Pirenópolis, Brandão (1978) ressalta as “festas de santo” não expressam somente um significado divertido e curioso, mas seus devotos manifestam simbolicamente gestos de comunicação entre si e os santos. Nas festas pesquisadas, mesmo que seja por um curto período de tempo, notou-se a presença assídua de crentes pedindo e agradecendo aos santos.

Esses dois eventos, embora tenham surgido com base em promessas feitas por moradores da região, contra a invasão dos índios na fazenda e contra a peste dos animais, com o passar do tempo, foram incorporando novos pedidos aos santos na forma de manifestações particulares.

Durante as festividades, pudemos presenciar diversas pessoas ajoelhadas pagando suas promessas ou pedindo alguma graça. Elas se comunicam com os santos em voz alta, com cantorias, fogos e por meio de gestos.

Dentre todos esses rituais que simbolizam as duas festas pesquisadas, foram verificadas formas de manifestações voltadas à identidade de cada participante, pois cada um paga a graça alcançada de modo particular dentro das expressões sagradas. Muitos devotos dos santos agradecem aos pedidos, acompanhando ajoelhados a procissão que chega pela estrada da fazenda. Assim, podemos concluir que foram sendo incorporados novos motivos de agradecimentos aos santos, o que desperta nos participantes o interesse em estar presente junto às imagens para pedir e demonstrar gratidão pelas graças alcançadas.

Essas festas rurais são vividas dentro de uma forma não somente em sua simbologia, mas com particulares formas de expressões identitárias. (Rosendahl, 1999). As pessoas envolvidas com o evento procuram dar o melhor de si, por meio do trabalho que acontece no dia das festividades, além da alegria de poder ajudar colaborando sem medir esforços, rezam, revêem amigos e saem por algumas horas do trabalho rotineiro de suas propriedades.

FOTO 13 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): bandô com a imagem de São Sebastião.
Autora: FOCKINK, E. R., 2007.

Em entrevista com a Sra. Celma Ferreira do Prado, viúva do Sr. José Francisco do Prado, que participava das festas há mais de sessenta anos, constatou-se que o empenho dos moradores em ajudar e participar da folia é intenso, pois o evento é esperado com empolgação por pessoas da Região da Onça, fazendas vizinhas, da área urbana de Jataí e de outros municípios.

Tais festas, além de atraírem muitas pessoas que residem na Comunidade Rural da Onça, auxiliam na permanência do pequeno produtor no campo, pois a participação tanto na organização como no dia do evento, resulta na satisfação pessoal. Notou-se, também, que a religião predominante é a católica.

Na foto 14 temos a fogueira da festa de São Sebastião. Ela é incendiada na noite do evento como forma de agradecer ao Santo as graças alcançadas em favor da extinção de pestes nos animais das propriedades rurais.

FOTO 14 – Comunidade Rural da Onça/Jataí(GO): fogueira da festa de São Sebastião.
Autora: FOCKINK, E. R., 2007.

Os festejos têm lugar na propriedade escolhida na festa anterior, através de um sorteio. O público que prestigia esse evento fica em torno de 600 pessoas, que se deslocam da área urbana por meio de carona, ônibus fretado pela prefeitura local e muitos caminhando. Tudo é recompensado com a alegria de ter refeições fartas e variadas no dia do evento. O final das festas acontece após a queima da fogueira, que pode chegar até a madrugada do dia seguinte.

Assim, ao concluir a pesquisa de campo, é possível descrever os pequenos proprietários da Região da Onça como trabalhadores rurais que resistem ao êxodo rural, por gostarem da vida no espaço rural herdado, incluindo aí não só a propriedade, mas também os traços culturais da terra e os laços afetivos que

enriquecem a tradição familiar no campo.

Por outro lado, esses trabalhadores fornecem seu produto principal, o leite, a uma única empresa, que detém a sua comercialização.

Esses pequenos produtores rurais familiares, sujeitos da pesquisa, são pessoas que acreditam no trabalho e na solidariedade, portadores de profunda religiosidade e cidadãos que lutam com as forças que possuem ou que lhes são propiciadas para preservarem suas identidades e seus valores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar continua representando um dos principais eixos norteadores das discussões que envolvem a questão agrária no Brasil. Tal fato se deve, por um lado, à influência no desenvolvimento socioeconômico do país, uma vez que, sem a existência dessa modalidade, a agricultura sofreria problemas no abastecimento alimentar, e uma grande parcela da população estaria sem emprego.

Para melhor compreender a relevância da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico do país, foi necessária uma cuidadosa revisão bibliográfica acerca da definição de camponês e do seu papel nesse contexto – isso porque os sujeitos deste estudo se encaixam nesse perfil, possuem laços familiares de sangue e suas características inserem-se nas definições de campesinato.

Há que se destacar que a agricultura familiar representa um mercado de trabalho gerador de emprego e renda para muitos brasileiros. As famílias que exercem a pequena produção dependem da renda e dos benefícios para garantir a sobrevivência dos seus filhos e demais dependentes.

Contudo, mesmo considerando tamanha importância, várias mudanças ocorreram no campo, o que gerou transformações para muitos agricultores e seus familiares, conforme o que foi mostrado neste trabalho de pesquisa. Os resultados advindos dessas mudanças, nem sempre têm favorecido os pequenos agricultores, pois alguns destes foram obrigados a mudar-se para os centros urbanos em busca de novos empregos, principalmente com a modernização agrícola.

Para chegar a essas considerações, o presente estudo pautou-se por conhecimentos relevantes: o ponto de partida foi a leitura e a interpretação dos clássicos da questão agrária, o que permitiu a elaboração de uma análise voltada às opiniões de estudiosos do meio rural desde os séculos passados (XIX e XX), sendo possível sua comparação com a realidade atual. E, também, buscaram-se informações sobre os debates que envolvem a agricultura familiar, bem como sobre os habitantes da Região pesquisada em Jataí/GO.

Os sujeitos desta pesquisa foram integrados ao meio rural por intermédio da aquisição de suas terras, advindas de heranças. Para as muitas famílias, a propriedade rural adquiriu um valor sentimental, além de não gostarem do modo de

vida urbano. Em entrevista à pesquisadora, a maioria dos moradores daquela comunidade não pretende sair do espaço rural. São integrados, mesmo possuindo opiniões divergentes sobre a produção e a distribuição de produtos, na relação, por exemplo, com a associação, que lhes garante o destino da produção de leite.

Assim, para dar prosseguimento à presente pesquisa, foi necessário elaborar uma cuidadosa revisão da definição de camponês e o papel que este executa – isso porque os personagens deste estudo são camponeses; possuem laços familiares de sangue e suas características estão inseridas nas definições de campesinato.

Houve, também, a necessidade de buscar informações sobre os debates que envolvem a agricultura familiar, bem como sobre os habitantes da Região pesquisada em Jataí – GO.

Para melhor entender o processo de exclusão desse pequeno agricultor, analisamos a modernização da agricultura no âmbito nacional e regional, voltando nosso olhar para o município de Jataí, pois este está inserido nas transformações socioeconômicas resultantes da expansão agrícola a partir da década de 1970.

Analisamos, no Capítulo 2, a modernização da agricultura no âmbito nacional e regional, voltando-nos, especificamente, para o município de Jataí, no sudoeste goiano, pois este está inserido nas transformações socioeconômicas resultantes da expansão agrícola a partir da década de 1970.

As transformações socioeconômicas provocadas pela modernização refletiram-se na paisagem tanto rural quanto urbana. Com a expansão do agronegócio no município, sobretudo a partir dos anos 1980, a pequena propriedade rural resistiu. As áreas favoráveis à mecanização passaram a implantar cada vez mais as monoculturas, como soja e milho para exportação. De outro lado, os terrenos com maior declividade foram absorvidos pelas propriedades menores. Em Jataí, o número de pequenas propriedades rurais é significativo, pois existem 1.304 pequenas, 829 médias e 346 grandes propriedades rurais.

O estudo sobre o modo de vida e suas interações com o espaço rural foi importante para a pesquisa, destacando as relações de trabalho voltadas para a subsistência familiar. De acordo com os levantamentos feitos na comunidade pesquisada, esta se encontra organizada de forma a permitir ao camponês continuar residindo no campo. Esses produtores não pretendem morar na cidade, gostariam de receber mais incentivos governamentais para investir na propriedade e, assim, permanecerem nelas. Podemos concluir que somente 10% dos sujeitos deste

estudo recebem atualmente (2006) incentivos do PRONAF, porém todos os produtores já receberam algum auxílio governamental até hoje, fato que faz estes produtores terem conhecimento e experiência nas questões relativas aos benefícios financeiros.

O que se verifica ao longo da história brasileira, é um intenso processo de diferenciação social da produção familiar. Mesmo possuindo objetivos sociais, culturais, econômicos e políticos diferenciados, para os pequenos produtores, a família continua sendo o vínculo entre a terra e o trabalho.

Identificou-se, pela pesquisa, que o município de Jataí – GO, localizado na microrregião Sudoeste Goiano, a Comunidade Rural da Onça contribui de forma direta para o desenvolvimento socioeconômico local. Os agricultores que integram a comunidade agrícola recebem incentivos do governo para investir no aumento gradativo das culturas, notadamente, na produção de leite *in natura* por meio de ordenha manual.

A pesquisa destaca, no capítulo 3, o associativismo e suas contribuições no auxílio de renda mensal dessas famílias que dependem do trabalho do campo para a própria sobrevivência. Abordamos dados oriundos da pesquisa de campo que comprovam o favorecimento que uma organização associativista - Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça - APPRO traz ao pequeno produtor rural familiar, pois organiza o destino da produção e as melhorias das condições de vida aos homens e animais.

Pertencentes há 11 anos (2007) a essa associação que diretamente auxilia melhoria da produção de leite, esses produtores trabalham em condições simples, em dependências precárias e retiram o produto por meio de ordenha manual. Quando há chuva, é necessário esperar que esta diminua ou pare para continuarem o trabalho da ordenha.

Outro aspecto analisado foi a importância das duas festas centenárias que são organizadas anualmente pelos moradores da Comunidade nos meses de Janeiro (São Sebastião) e Agosto (Nossa Senhora da Abadia). Essas festas surgiram há mais de um século, em razão de votos (promessas) feitas por proprietários e fazendeiros da Região da Onça contra as pestes que ocorriam nos animais e as invasões de terras efetuadas pelos índios desde o século XIX. Hoje, os moradores da Comunidade Rural da Onça participam com entusiasmo dessas festas católicas, que envolvem as folias. Falam com alegria e expectativa na data de cada

evento, além de trabalharem sem remuneração nos dias das festas.

As categorias de análise discutidas nesta dissertação permitem concluir que o homem permanece no espaço rural devido às questões e aos fatores como o associativismo, o apego às tradições socioculturais, os laços de afetividade que os unem à terra e aos seus parentes. Podemos verificar, também, que a realidade econômica em que vivem alia-se à necessidade como elemento fundamental para a sobrevivência e à falta de opção imposta pelo mercado econômico.

Pretendeu-se com este estudo mostrar a situação do homem do campo, especificamente, o pertencente à Comunidade Rural da Onça, situada em Jataí/GO, buscando compreender os fatores que o fazem permanecer em sua propriedade resistindo às mudanças ocasionadas pela modernização da agricultura no município nas últimas três décadas.

Não apresentamos soluções para os problemas suscitados, nosso propósito é promover uma reflexão acerca do tema, por todos aqueles envolvidos nas questões abordadas por esta pesquisa.

Espera-se que o presente trabalho venha a contribuir de alguma forma com outros pesquisadores e, por que não, com os grandes produtores, que, percebendo a relevância do pequeno produtor rural e, conseqüentemente, da agricultura familiar como geradores de renda e desenvolvimento local, reflitam sobre seus atos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para análise da realidade agrária brasileira. In: TEDESCO, J. C. (Org). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas**.** 2 ed. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 149 – 175.

ARCOVERDE, A. C. B. **O coletivo ilusório**: uma reflexão sobre o conceito de comunidade. Recife: Universitária: UFPE, 1985.

BEZERRA, L. M. C. CLEPS JUNIOR, J. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do Estado de Goiás. **Caminhos da geografia,** Uberlândia, v. 12, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br>.

BLUM, R. Agricultura familiar: estrutura preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 2 ed. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 57 – 107.

BRANDÃO, C. R. **O divino, o santo e a senhora.** Rio de Janeiro: Mícron, 1978. cap. 1,3 e 7.

_____. **Plantar, colher, comer:** um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1981.

BRUM, A. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 121 – 162.

CARDOSO, C. F. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, A. L. (org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume/Drumará, 2002.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidade económica campesina.** Bueno Aires: Nueva Vision, 1974. cap. 3, 4 e 7.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil – 1965-1985.**

Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

DIAS, G. M. **Depois do latifúndio:** continuidade e mudança na sociedade rural nordestina. Brasília: Editora da UNB, 1978.

FERREIRA, D. F. **Análise das transformações recentes na atividade agrícola da Região Sudoeste de Goiás – 1970/1995-6. 2001.** 142f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

FOCKINK, E. R. A (re)estruturação da agricultura familiar frente a expansão agrícola no sudoeste goiano: o caso de Jataí/GO. In: JORNADA DE GEOGRAFIA, 6, 2004, Jataí. **Anais**... Jataí, GO: UFG/CAJ, 2004. 1 CD ROM.

_____. Expansão agrícola nos cerrados brasileiros: alterações socioeconômicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia. **Anais**... Goiânia, GO: UFG/IESA, 2004. 1 CD ROM. 1 CD ROM.

_____. **Mateando no cerrado:** migração sulista para Jataí – GO – aspectos da integração cultural. 2002. 92 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Campus Avançado de Jataí, Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 1999.

_____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977.

HESPANHOL, R. A. de M. **Produção familiar:** perspectiva de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**.** 2000. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

IBGE. <http://www.ibge.gov.br/cidades@>. Acesso em: 12 de junho de 2006.

JANK, M. S.; GALAN, V. B. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite.** São Paulo: PENSA/FIA/FEA/USP, 1997.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução de C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta editorial, 1980.

KELLER, E. C. de S. O "habitat" rural. In: AZEVEDO, A. de. **A Terra e o homem**. São Paulo: Ed. da USP, 1970. p. 291 – 343.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar:** comparação internacional**.** Tradução de Fréderic Bazin. Vol. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

MARTINS, J. de S. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, C. M. S. V. de. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de presidente prudente nos anos de 1980-90.** 2002. 224f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MORAGAS, W. M. **Análise dos sistemas ambientais do alto do Rio Claro – Sudoeste de Goiás:** contribuição ao planejamento e gestão. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2005.

MOURA, M. M. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 63 – 110.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

PEIXINHO, D. M. **Onças vermelhas e amarelas:** a ocupação dos cerrados e a

dinâmica sócio-espacial em Rondonópolis/MT. 1998. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PETRONE, P. Povoamento e colonização**.** In: AZEVEDO, A. de. **A Terra e o homem**. São Paulo: Ed. da USP, 1970. p. 127 – 158.

PINHEIRO, D. A agricultura familiar e suas organizações – o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. (Org). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 337 – 365.

PRADO JR, C. **História e desenvolvimento.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 85 – 90.

_____. **A questão agrária no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, M. I. P. de. O sitiante tradicional brasileiro e o problema do campesinato**. O campesinato brasileiro**. São Paulo: Ed. da USP, 1973. p. 7 – 32.

RIBEIRO, D. D. **Modernização da Agricultura e (re)organização do espaço no município de Jataí/GO.** 2003. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião:** uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.

_____. **Hierópolis:** o sagrado e o urbano. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

SALGUEIRO, S. de C. **Brasis D'Antanho.** São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1999.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SILVA, M. G. da. **Imigração italiana e vocações religiosas no Vale do Itajaí.** Campinas: Ed. da FURB/Ed. da UNICAMP, 2001.

TEDESCO, J. C. Contratualização e Racionalidade Familiar. In: TEDESCO, J. C.

(Org). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 107 – 148.

TRADICIONAL FOLIA NA REGIÃO DA ONÇA. **O Popular,** Goiânia-GO, p. 2, jul. 2006.

VALVERDE, O. **Estudos de geografia agrária brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1985.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica**.** São Paulo: Hucitec, 1991.

VELHO, O. G. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VILLA, Marco Antônio. **Canudos:** o povo da terra. São Paulo: Ática, 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira**.** In: ARAÚJO, B. J. de. (Org.). **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 15 – 40.

_____. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.,** Brasília, v.2, n.1, p. 13 – 78, jan./abr.1985.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro**.** In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p.21 – 53.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 02, p. 29-37, dez. 2000**.**

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia rural:** questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras a Margem, 2002.

WILKINSON, J. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec, 1986. cap. 1 – 4.

WORTMANN, H. F. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do sul e sitiantes do NE. São Paulo: Hucitec, 1995.

WWF-BRASIL. **Expansão agrícola e perda da biodiversidade no cerrado:** origens

históricas e o papel do comércio internacional. Brasília: WWF-Brasil, nov. de 2000. Série Técnica, v. VII.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de entrevista com produtores Comunidade Rural da Onça – Filiados a APPRO

Data da entrevista:___/___/_____Local:_____

Identificação do entrevistado:

1. Nome:_____
2. Sexo: ( ) feminino ( ) masculino Data de Nascimento:___/___/____
3. Endereço Residencial:_____
   _____
4. Nível de Escolaridade:_____
5. Estado Civil:_____
6. Tem Filhos: ( ) Sim - Quantos: _____ ( ) Não

Informações sobre a família:

7. Os filhos trabalham na propriedade: ( ) Não ( ) Sim - Eles pretendem continuar nesta atividade? _____
8. Os filhos estudam/estudaram na escola Campos Elísios? ( ) sim ( ) não
9. Os filhos demonstram interesses de continuar trabalhando no campo?_____
   _____
10. A mulher além de suas atividades domésticas, ajuda em outras atividades rurais?_____Quais: _____
    _____
11. Como o senhor(a) definiria a qualidade de vida nesta propriedade?
    ( ) Muito boa ( ) Boa ( ) Ruim
    Por quê?_____
    _____
    _____

12. Há na propriedade alguma(s) atividade(s) de lazer para sua família?
    Justifique:

_____

_____

_____

Situação do Trabalhador (empregado)

13. Há quanto tempo trabalha nesta propriedade?_____
14. Quais as funções que desempenha na propriedade?_____
15. Qual a jornada de trabalho? Possui folgas semanais e férias anuais?_____

_____

16. As condições de trabalho são:
    ( ) Muito Boas ( ) Boas ( ) Regulares ( ) Fracas
    Por quê?_____

_____

17. Como são desenvolvidas as relações entre trabalho e família?

_____

Informações sobre a propriedade

18. Forma de aquisição da propriedade: ( ) herança ( ) compra
19. Qual o tamanho da propriedade?_____
20. Há quantos anos reside na
    propriedade?_____
21. Quantas pessoas residem na propriedade?_____
22. A propriedade possui: ( ) trator ( ) ordenhadeira mecânica
    ( ) outro maquinário. Qual?_____( ) energia elétrica
    ( ) Televisão ( ) antena parabólica ( ) geladeira ( ) telefone ( ) automóvel
23. A propriedade recebe assistência técnica? ( ) sim ( ) não. Com que freqüência?

_____

24. Qual é o destino da produção do leite além de mandar para o resfriador?

_____

_____

25. Quantos litros de leite são produzidos por dia?_____
26. O que mais é produzido na propriedade?_____

_____

27. Destino da produção: ( ) consumo próprio ( ) mercado informal
28. Por quê está filiado a APPRO?_____

_____

_____

29. Contrata agregados? Quantos, quando e para quais atividades?

_____

_____

30. Na sua opinião, quais os fatores que facilitam a atividade agrícola?

_____

_____

31. A propriedade recebe auxílio do PRONAF? ( ) sim ( ) não

Outra entidade beneficente auxilia esta propriedade? ( ) sim ( ) não

Qual?_____

_____

32. Outras atividades na propriedade: ( ) suínos ( ) gado de corte ( ) aves

Qual o destino da produção?_____

_____

_____

_____

33. Você presta serviços para as grandes propriedades vizinhas?

    ( ) sim ( ) não

    Quais serviços?_____

34. As grandes propriedades vizinhas prestam serviços a você?

    ( ) sim ( ) não

    Quais serviços?_____

35. Você está satisfeito com a propriedade?

_____

_____

36. Quais são os seus planos e metas acerca do trabalho agrícola?_____

_____

_____

37. Tem vontade de mudar de emprego? Justifique sua resposta._____

_____

_____

38. Tem vontade de ir morar na cidade? Justifique sua resposta._____

_____

_____

39. Algum comentário que queira fazer: _____

_____

MUITO OBRIGADA PELA ATENÇÃO!!!!

ANEXO B – Roteiro de entrevista com Senhor Isalter Francisco de Souza – idealizador da APPRO (Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça)

1 – Local, data e hora da entrevista:_____

_____

2 – Nome completo: _____

3 – Idade: _____Natural de Jataí: ( ) Sim ( ) Não

4 – Se não, natural de onde?_____ Há quanto tempo reside em Jataí?_____

5 – Profissão:_____

6 – Endereço:_____

7 – O que é a APPRO?_____

_____

8 – Por que essa associação foi idealizada?_____

_____

9 – Data da criação da APPRO:_____

10 – Como surgiu idéia da criação dessa associação?_____

_____

11 – Onde aconteceu a primeira reunião?_____

_____

12 – Quantos associados possuía na época de sua criação?_____

13 – Teve outro nome? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual e por que mudou?_____

_____

14 – Que benefícios ela trouxe aos associados na época de sua criação? Por quê?

_____

_____

15 – Quais são os critérios necessários para a escolha do presidente da APPRO?_____

_____

16 – Quais são as condições para o ingresso nesta associação? _____

_____

17 – A sede foi estruturada com quais verbas? E quando foi construída?_____

_____

_____

18 – Qual era o produto em destaque na época da criação desta associação?

_____

19 – Que destino tinha esse produto?_____

_____

20 – A APPRO recebe algum apoio governamental? ( ) Sim ( ) Não. De qual entidade? _____

Recebe o quê?_____

21 – O senhor foi presidente da APPRO em qual período?_____

_____ Por que deixou a presidência?_____

_____

22 – Na sua opinião, essa associação contribui para a fixação dos associados em suas propriedades rurais? Por quê?_____

_____

_____

23 – Tem algo a comentar sobre a APPRO? _____

_____

_____

_____

_____

Muito obrigada!

ANEXO C – Ficha de Identificação e Filiação da Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça. (Frente)

Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça

CNPJ nº 01.281.395/0001-00

Ficha de Identificação e Filiação

Nº				

Nome	

Identificação

				CPF nº			
Identidade nº		Data Emissão				Órg. Expd.	
Data Nasc.		Naturalidade				U.F.	
Pai							
Mãe							
Título Eleitor nº		Zona		Cidade		U.F.	
Profissão		Estado Civil					
Grau de Instrução		Nº de filhos					

Cônjuge

Nome							
				CPF nº			
Identidade nº		Data Emissão				Órg. Exp.	
Data Nasc.		Naturalidade				U.F.	
Pai							
Mãe							
Título Eleitor nº		Zona		Cidade		U.F.	
Profissão		Grau de Instrução					

Endereço Residencial

Logradouro				Nº	
Bairro		Cidade		U.F.	
CEP		Telefone		Celular	

Propriedade Rural

Nome do Imóvel				Área/Hectare.	
Município		U.F.		Região	
Via de Acesso					
Inscrição Estadual		Cód. Incra			
Condição de Desfruto					
Atividades Desenvolvidas:					
Outras informações sobre a propriedade:					

ANEXO D – Ficha de Identificação e Filiação da Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça. (Verso)

A Admissão do Associado foi aprovada na Assembléia Geral de:			

Assinatura do Presidente	
Assinatura do Secretário	
Ciente e de acordo: Assinatura do Associado:	

Registro de Ocorrências e Observações

Desfiliação

Data				Motivo	

Assinatura do Presidente	
Assinatura do Secretário	
Ciente e de acordo: Assinatura do Associado:	

ANEXO E – Estatuto Social da APPRO – Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Região da Onça

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS

Artigo 1º - Sob a denominação de "ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DA REGIÃO DA ONÇA", com a sigla de fantasia de APPRO, fica constituída uma associação civil, sem fins lucrativos, que só gerará pelo presente estatuto, obedecendo a legislação específica.
Artigo 2º - A sede da associação será na Fazenda Vista Alegre, no município de Jataí, Estado de Goiás, localizada na Estrada Velha de Caiapônia (GO-184), Km 35, a Esquerda 3 km.

Artigo 3º - O prazo de duração da associação é por tempo indeterminado e a sua fundação ocorreu no dia 01 de maio de 1996 (01.05.96) e o ano social será de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 4º - A área de ação, para efeito de admissão de associados, abrange as regiões do Ribeirão da Onça e Ribeiro das Pedras todos no município de Jataí-GO.
Parágrafo Único: Para efeito desse artigo, são considerados Pequenos Proprietários, aqueles que se dediquem a atividades agropecuárias como proprietários, parceiros ou arrendatários de estabelecimento rural em área de até 200 (duzentos) hectares.

Artigo 5º - A associação será constituída por um número ilimitado de sócios, sem distinção de raça, credo e política, com personalidade jurídica própria, distinta de seus sócios, que não responde subsidiaria e solidariamente pelas obrigações por ela contraída o que a administra conforme estes estatutos.

Artigo 6º - A associação tem por objetivo a colaboração recíproca, a que se obrigam seus associados, objetivando:

a) Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimos, proporcionando aos associados a seus dependentes, atividades econômicas, culturais e assistenciais;
b) Dar condições aos pequenos produtores de produzir alimentos e contribuir para a racionalização de suas atividades, organizados em grupos, na busca de soluções comuns;
c) Racionalizar as atividades de coleta, transporte, beneficiamento, armazenagem, classificação, embalagem e outros necessários ao incentivo da produção de seus associados;
d) Prestar assistência técnica e informação de mercado aos associados;
e) Manter serviço de cadastro dos produtores e principais mercados;
f) Garantir o acesso dos pequenos produtores, de maneira racional, aos mecanismos de Política Agrícola, preços mínimos, crédito rural, assistência técnica e pesquisa;
g) Assegurar a colocação dos produtos no mercado, através de instituições de comercialização, aproximando o produtor organizado com o consumidor;
h) Manter um sistema de compras conjuntas de produtos e insumos agropecuários consumíveis nas propriedades rurais;
i) Representar os interesses dos seus associados.

CAPÍTULO – II

DOS PODERES DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 7º - São poderes da associação:

a) A Assembléia Geral;
b) A Diretoria;
c) O Conselho Fiscal.

CAPÍTULO – III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 8º - A Assembléia Geral, órgão soberano da associação, será constituída por todos os sócios fundadores e efetivos, no gozo de seus direitos sociais e quites com a tesouraria da sociedade.

Artigo 9º - A Assembléia Geral se reunirá para tratar de assuntos exclusivos da associação, e, deverão ser convocadas com antecedência mínimo de 5 (cinco) dias, com indicação do horário e local de sua realização e assuntos a serem tratados e suas deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos associados presentes e serão convocados, prioritariamente, pelo:

a) Presidente em exercício da associação;
b) Presidente do Conselho Fiscal, quando houver omissão ou negligência da Diretoria quanto à administração da associação;
c) Por, no mínimo, 10 (dez) sócios, quando se fizer necessário, pelas omissões da Diretoria e Conselho Fiscal e serão presididas por quem as convocou.

Artigo 10º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente até o último dia do mês de fevereiro, de cada ano e serão instaladas, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados e em segunda convocação, mais hora após, com qualquer número, caso não haja verificado quorum na primeira.
Parágrafo Único: Compete, prioritariamente, à Assembléia Geral Ordinária, a eleição da Diretoria Executiva e os membros do Conselho Fiscal, a prestação de contas anual da diretoria e o relatório de atividades, com parecer do Conselho Fiscal.

Artigo 11º - A Assembléia Geral reúne-se extraordinariamente, a qualquer tempo e se instala em primeira convocação com a presença mínima de dois terços dos associados e não havendo esse quorum, em segunda e última convocação com a presença maioria absoluta dos associados, e, caso não obtenha o número mínimo em nenhuma das chamadas, será fixado nova data para a realização da mesma.

Artigo 12º - Compete privativamente à Assembléia Geral:

a) Reformular o Estatuto, no todo ou em partes;
b) Eleger ou destituir, a qualquer tempo, membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal;
c) Autorizar a realização ou contração de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e constituição de garantias, caso exigidas;
d) Autorizar a alienação de bens da sociedade, obsoletos ou não;
e) Decidir sobre programas de trabalho e respectivos orçamentos;
f) Aprovar orçamentos anuais e prestação de contas;
g) Fixar valores de jóia de admissão e anuidade dos associados.

Artigo 13º - Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, eleitos em Assembléia Geral, serão por votação direta e secreta e considerar-se-ão eleitos os que obtiverem maioria simples dos votos, sendo permitida a reeleição.

CAPÍTULO – IV

DA DIRETORIA

Artigo 14º - A associação é administrada por uma Diretoria Executiva, composta de 4 (quatro) membros, todos associados, eleitos conforme determina este estatuto, para um mandato de 2 (dois) anos, composta de Diretor Presidente, Diretor Vice-presidente, Diretor Secretário e Diretor Tesoureiro e serão empossados na Assembléia Geral que os elegeram.

Artigo 15º - São atribuídos da Diretoria:
a) Administrar a associação, praticando todos os atos legais necessários, ao seu perfeito funcionamento;
b) Organizar o regimento interno da associação e zelar para que seja cumprido;
c) Organizar o plano anual de ação, o orçamento financeiro, as prestações de contas e submetê-los a apreciação o Conselho Financeiro à Assembléia Geral;
d) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, estabelecendo resoluções normativas ou administrativas necessárias ao bom andamento da sociedade;
e) Estimar a rentabilidade das operações e serviços, sua viabilidade e providenciar os recursos financeiros para sua consecução;
f) Determinar as taxas destinadas a cobrir despesas de serviços da sociedade.

Artigo 16º - A Diretoria é regida pelas seguintes normas:

a) Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente a qualquer tempo, sempre que necessário, por convocação do Diretor Presidente, da própria Diretoria ou do Conselho Fiscal;
b) Delibera validamente com a presença da maioria de seus membros, ficando proibido a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples dos votos, reservado ao Diretor Presidente o voto de desempate;
c) Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, Diretor Presidente e substituído pelo Diretor Vice-Presidente;
d) Se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos da Diretoria, deve ser convocada Assembléia Geral para preenchimento sendo que os substitutos exercem seus mandatos até o final previsto para seus antecessores;
e) Perde automaticamente o cargo, o membro da Diretoria, que sem justificativa, faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) durante o ano, após notificação expressa ao faltante.

Artigo 17º - Ao Diretor Presidente, entre outras, compete as seguintes atribuições;

a) Representar a associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
b) Contratar e demitir funcionários, visando o bom funcionamento da associação;
c) Supervisionar todas as atividades da associação;
d) Assinar cheques bancários, juntamente com o Diretor Tesoureiro ou gerente:
e) Assinar juntamente com o Diretor Secretário, toda a correspondência da associação, bem como contatos e demais documentos constituíveis em obrigações, além dos livros obrigatórios da associação;
f) Fazer organizar a contabilidade da associação bem como a guarda de todos os documentos das operações realizadas;
g) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Diretoria, Conselho Fiscal e Assembléias, na fora dos Estatutos.

Artigo 18º - Compete ao Diretor Vice-Presidente, colaborar com a Diretoria, no que for solicitado, além de substituir o Diretor Presidente, na forma deste Estatutos.

Artigo 19º - Compete ao Diretor Secretário, a organização e direção de todos os assuntos da secretaria da associação, além de assinar documentos e assessorar o

Diretor-Presidente, na forma prevista no Estatuto da Associação.

Artigo 20º - Compete ao Diretor Tesoureiro, as seguintes atribuições:

a) Efetivar a arrecadação da receita, promovendo meios para tal;
b) Promover a liquidação de débitos da sociedade, devidamente autorizados;
c) Responder pela guarda dos valores e títulos da associação;
d) Assinar, com o Diretor Presidente, a documentação pertinente às suas atribuições, previstas nestes Estatutos;
e) Apresentar à Diretoria e ao Conselho Fiscal os balancetes mensais de receitas e despesas, além do balanço financeiro patrimonial anual da associação.

CAPÍTULO – V

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 21º - Compõe-se o Conselho Fiscal de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) efetivos e 3 (três) suplentes, todos eleitos em Assembléia Geral, em pleno gozo de seus direitos, com mandatos de 2 (dois) anos, coincidindo com o mandato da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único: O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu Presidente.

Artigo 22º - São atribuições do Conselho Fiscal:

a) Orientar e fiscalizar a gestão financeira e contábil da associação;
b) Conferir numerários em caixa, extratos bancários, livros contábeis e fiscais da associação, comparando-os com os balancetes e balanços;
c) Averiguar se existem problemas com funcionários ou reclamações dos associados quanto à administração da associação;
d) Emitir parecer sobre prestação de contas da Diretoria e fazer relatórios à Diretoria ou Assembléia Geral, sobre quaisquer irregularidades constatadas.

Parágrafo Único: O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês para discutir e/ou emitir parecer sobre suas atividades.

CAPÍTULO – VI
DOS ASSOCIADOS

Artigo 23º - Pode associar-se à associação, salvo se houver impossibilidade técnica por parte desta, qualquer pessoa física que se enquadre nos requisitos destes estatutos e que com ele concorde e ainda que não pratique atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade.
Parágrafo Único: O número de associados é ilimitado quanto ao máximo não podendo, contudo, ser inferior a 10 (dez) pessoas físicas.

Artigo 24º - Para associar-se o interessado preenche a respectiva proposta de admissão apresentando-a à Diretoria e caso seja aprovado sua inclusão, paga a jóia de admissão e a anuidade em vigor e assinando o livro de matrícula sua admissão fica completada, passando, então, a assumir todos os direitos e deveres inerentes aos demais associados.

Artigo 25º - Considera-se sócios fundadores, aqueles que fundaram a associação e sócios efetivos, os que foram admitidos após sua fundação.

Artigo 26º - São direitos dos sócios fundadores e efetivos:
a. Votar e ser votado;
b. Tomar parte das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela sejam tratados;
c. Apresentar, por escrito, à Diretoria ou Assembléia Geral, medidas de interesse da associação;
d. Demitir-se da associação quando lhe convier, desde que esteja regular com a mesma;
e. Realizar com a associação as operações que constituem o seu objetivo;
f. Propor a admissão de novos associados;
g. Solicitar, por escrito, informações a respeito das atividades e documentação.

Artigo 27º - São deveres dos associados:
a) Realizar com a associação, todos as operações que constituam seus objetivos econômicos e sociais;

b) Promover o engrandecimento mora, cultural e material da associação, cumprindo as obrigações estatutárias, regimento interno e deliberações de Diretoria e Assembléias Gerais;
c) Estar quites com a associação;
d) Desempenhar com zelo e dedicação os cargos para os quais forem eleitos;
e) Prestar à associação, esclarecimentos relacionados com as atividades que lhes facultaram a associar-se.

Artigo 28º - Dos direitos e obrigações dos associados falecidos, contraídos com a associação e os oriundos de sua responsabilidade como associado perante terceiros, passem aos herdeiros ou sucessores;

Artigo 29º - A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida ao Diretor Presidente, sendo por este levada à Diretoria em sua primeira reunião, averbada no livro de matrícula e imediatamente comunicado, por escrito ao requerente.

Artigo 30º - A eliminação do associado, que é aplicada em virtude de infração deste estatuto é feita por sugestão da Diretoria, *"ad-referendum"* da Assembléia Geral, depois de notificação prévia ao infrator.
Parágrafo 1º - Além de outros motivos, a associação deve eliminar o associado que:
a) Venha a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à associação ou que colida com seus objetivos sociais;
b) Levar a associação à prática dos atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;
c) Cometa falta grave contra a associação, tentando ludibriar quaisquer dos seus poderes ou manifestando-se em termos ofensivos contra seu crédito e atos que prejudiquem seu conceito público;
d) Deixe de pagar suas anuidades e contribuições;
e) Presente à associação informações inverídicas.
Parágrafo 2º - Os motivos que a determinarem devem constar de termo lavrado no livro de matrícula assinado pelo Diretor Presidente.
Parágrafo 3º - Cópia autenticada da decisão será remetida dentro do prazo de 30 (trinta) dias ao interessado, por processo que comprove datas de remessa e do

recebimento.

Artigo 31º - A exclusão do associado é feita:

a) Por dissolução da associação:
b) Por morte da pessoa física;
c) Por incapacidade civil não suprida;
d) Deixar de exercer atividades dentro da área de atuação da associação.

Artigo 32º - Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão o associado não tem direito a restituição financeira, de qualquer espécie, bem como fundos existentes e os seus deveres perante a associação perduram até que aprovados, pela Assembléia Geral, as contas do exercício em que se deu o seu desligamento.

CAPÍTULO – VII

DO VOTO E SUA REPRESENTAÇÃO

Artigo 33º - O associado presente à Assembléia Geral, ou representado, tem direito a apenas um voto, sendo o do titular.

Artigo 34º - Para fins de representação do voto, o mandatário deve comparecer ao local da Assembléia Geral munido dos respectivos instrumentos legais e, ao assinar o Livro de Presença, nele deve inserir, também, o nome e número da matrícula do mandante.

Parágrafo 1º - Do instrumento de mandato deve constar:

a) Nome e número de matrícula do mandante e do mandatário que o assinar;
b) Prazo do mandante;
c) Declaração da constituição de mandatário para fins de representação em Assembléia Geral;
d) Data de sua elaboração e a declaração de estarem, mandante e mandatário, no gozo de seus direitos sociais;
e) Firma do mandante devidamente reconhecida ou abonada por dois (2) associados no gozo de seus direitos sociais e não ocupantes de cargos coletivos na sociedade, que se identificarem pelo nome e número da matrícula;

Parágrafo 2º - Um mandatário não pode representar mais de um mandante.

CAPÍTULO – VIII

DO PATRIMÔNIO E DOS FUNDOS

Artigo 35º - A associação terá um orçamento anual, de receitas e despesas e os fundos da entidade serão constituídos de:

a) Das contribuições dos associados;
b) Das subvenções, auxílios, donativos, legados, etc.;
c) Das rendas patrimoniais;
d) Dos bens móveis pertencentes à associação;
e) Dos resultados das atividades sociais, não compreendidas nas alíneas anteriores.

Artigo 36º - Os saldos apurados no fim de cada exercício deverão ser aplicados na formação patrimonial, mediante aquisição de bens móveis, imóveis, títulos etc.

Artigo 37º - A jóia de admissão, no valor de 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo no país no dia do pagamento, é instituída com a finalidade de cobrir despesas de admissão e reforçar o fundo de caixa.

Artigo 38º - A anuidade para os sócios fundadores e efetivos, será no valor de 50% (cinqüenta por cento) do salário mínimo vigente no país, tendo a finalidade de cobrir as despesas administrativas associação, juntamente com outras receitas.
Parágrafo 1º - A anuidade de que trata esse artigo, deverá ser paga até o dia 31 de janeiro década ano ou no ato da admissão para os novos associados.
Parágrafo 2º - Para os associados admitidos posteriormente à fundação da associação, o valor da jóia de admissão será definida pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO – IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 39º - A associação deve ter os seguintes livros:

a) Da matrícula dos associados;
b) De ata de Assembléias Gerais;
c) De atas de Reuniões da Diretoria;
d) De atas do Conselho Fiscal;
e) De presença dos associados nas Assembléias Gerais;
f) Outros fiscais e contábeis obrigatórios.

Parágrafo único: É facultada a adotar folhas soltas ou fichas, em substituição ao Livro Matrícula.

Artigo 40º - O exercício de qualquer cargo eletivo será gratuito e, porém as despesas de viagens e representação em favor da associação serão reembolsadas, desde que comprovadas.

Artigo 41º - A filiação da associação em entidades afins dá-se sem o comprometimento da sua autonomia e patrimônio.

Artigo 42º - Os ocupantes de cargos sociais, eleitos pela Assembléia Geral de fundação da associação, têm seus mandatos somente até a primeira Assembléia Geral Ordinária, em cujo ano social terão início os mandatos previstos neste Estatuto.

Artigo 43º - A primeira anuidade a ser paga pelos sócios fundadores, previsto no artigo 38º, deverá ser paga, no máximo, até 30 (trinta) dias após a fundação.

Artigo 44º - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as deliberações da Diretoria "*ad Referendum*" da Assembléia Geral.

Artigo 45º - Para conhecer, elucidar ou dirimir qualquer pendência, dúvida ou questão relativa ao cumprimento deste Estatuto, fica eleito o Foro da Comarca da Jataí, Estado de Goiás.

Artigo 46º - Este Estatuto foi discutido e aprovado em Assembléia Geral de Constituição, realizada no dia 01 de maio de 1996 às 14:00 horas, na fazenda Vista Alegre, no município de Jataí-Goiás, passando a vigorar a partir de seu registro em Cartório e publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.